

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE



Iochepe-Maxion S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 11.932

Rua Dr. Othon Barcellos 83, CEP 12730-900, Cruzeiro, SP
CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022
perfazendo o total de

R\$397.732.000,00

Classificação de Risco: Standard & Poor's "brA".

Códigos ISIN:

BRMYPKDBS033 (Debêntures da Primeira Série)

BRMYPKDBS041 (Debêntures da Segunda Série)

BRMYPKN01OR1 (Bônus de Subscrição)

Debêntures: Registros CVM/SRE/DEB/2014/007, para as Debêntures da Primeira Série; e CVM/SRE/DEB/2014/008, para as Debêntures da Segunda Série, ambos concedidos em 28 de abril de 2014. Bônus de Subscrição: Registro CVM/SRE/RBS/2014/001, concedido em 28 de abril de 2014.

A Iochepe-Maxion S.A. ("Companhia") está realizando uma oferta pública de distribuição de 397.732 debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries, da sétima emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante de, R\$397.732.000,00, na data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2014, com 32 bônus de subscrição de emissão da Companhia para cada debênture, como vantagem adicional, os quais poderão ser negociados independentemente das debêntures, a partir do dia útil imediatamente subsequente à data de integralização ("Bônus de Subscrição" e "Debêntures"), sob a coordenação do Banco Fator S.A. ("Banco Fator" ou "Coordenador Líder") e do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, ("Coordenadores"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"). As Debêntures serão colocadas sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto); e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto).

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido neste Prospecto), tendo sido apurada a demanda apresentada por potenciais investidores, e, consequentemente, definida, com a Companhia, a alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item "Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries", na página 42 deste Prospecto, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição"), o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema de Negociação BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, observado o disposto na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo).

A Emissão a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição foram aprovadas (i) pelo conselho fiscal da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2014; e (ii) pelo conselho de administração da Companhia em reuniões realizadas (a) em 26 de fevereiro de 2014, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 10 de março de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; e (b) em 25 de março de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014.

A Oferta será realizada de acordo com os termos e condições constantes do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochepe-Maxion S.A.", celebrado em 25 de março de 2014, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), e seu primeiro e segundo aditamentos, celebrados em 10 de abril de 2014 e 15 de abril de 2014 respectivamente (em conjunto, "Escritura de Emissão"). A Escritura de Emissão foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014, o primeiro aditamento à Escritura de Emissão foi arquivado na JUCESP em 16 de abril de 2014 e o segundo aditamento à Escritura de Emissão será arquivado na JUCESP.

ESTE PROSPECTO ("PROSPECTO") NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A COMPANHIA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures e/ou aos Bônus de Subscrição, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures e dos Bônus de Subscrição no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua.

OS INVESTIDORES DEVEM LER O PROSPECTO DEFINITIVO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL, A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA, ÀS DEBÊNTURES E AOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO", DO PROSPECTO DEFINITIVO, BEM COMO AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCORPORADO POR REFERÊNCIA AO PROSPECTO DEFINITIVO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES E NOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Companhia, o qual foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e é incorporado por referência a este Prospecto.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Companhia, que é parte integrante deste Prospecto.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores

bancofator
Coordenador Líder

BancoVotorantim

A data deste Prospecto Definitivo é 29 de abril de 2014.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	11
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES	12
Auditores Independentes da Companhia	13
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	14
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES	16
Banco Fator – Coordenador Líder	16
Votorantim	17
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO.....	19
DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA.....	21
SUMÁRIO DA OFERTA	22
CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA.....	36
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	37
Autorização	37
Composição do Capital Social	37
Alterações no Capital Social da Companhia decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição	37
Características da Oferta.....	38
Colocação.....	38
Coleta de Intenções de Investimento	38
Prazo de Subscrição.....	39
Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures.....	39
Negociação das Debêntures	40
Negociação dos Bônus de Subscrição	40
Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição	40
Número da Emissão.....	40
Valor Total da Emissão	40
Quantidade.....	40
Valor Nominal Unitário	40
Séries.....	41
Forma e Comprovação de Titularidade	41
Conversibilidade	41
Bônus de Subscrição.....	41
Espécie.....	46
Data de Emissão	46
Prazo e Data de Vencimento	46
Pagamento do Valor Nominal Unitário	46
Remuneração.....	47
Extinção, Limitação e/ou não Divulgação da Taxa DI	47
Repactuação Programada	48
Resgate Antecipado Facultativo	48
Amortização Antecipada Facultativa	48
Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.....	49
Aquisição Facultativa	50
Direito ao Recebimento dos Pagamentos	50
Local de Pagamento	50
Prorrogação dos Prazos	50

Encargos Moratórios	50
Decadência dos Direitos aos Acréscimos.....	51
Imunidade Tributária	51
Vencimento Antecipado	51
Publicidade	57
Assembleia Geral de Debenturistas	57
Contrato de Distribuição	58
Regime de Colocação.....	58
Melhores Esforços	58
Garantia Firme	59
Público Alvo	60
Plano da Oferta.....	60
Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	61
Características das Debêntures da Sexta Emissão.....	65
Quadro Comparativo entre as Debêntures da Sexta Emissão e as Debêntures	65
Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária.....	70
Debêntures da Segunda Série – Oferta Institucional	75
Exclusão das Instituições Consorciadas	77
Remuneração dos Coordenadores.....	77
Cópia do Contrato de Distribuição	78
Custos Estimados da Oferta	79
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	79
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta, Modificação da Oferta, Suspensão da Oferta e Cancelamento ou Revogação da Oferta.....	80
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores	80
Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder	80
Relacionamento da Companhia com o Votorantim	81
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA, ÀS DEBÊNTURES E AOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO.....	85
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	92
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	93
CAPITALIZAÇÃO.....	95
DILUIÇÃO.....	96
ANEXOS	101
ANEXO A - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS	105
ANEXO B - ATOS SOCIETÁRIOS DA COMPANHIA RELATIVOS À EMISSÃO – ATAS DE RCA.....	239
ANEXO C - SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	253
ANEXO D - DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER	261
ANEXO E - ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA.....	267

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Emissora, em conjunto com suas subsidiárias, salvo referência diversa neste Prospecto Definitivo. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo referência diversa neste Prospecto:

AGD	Assembleia geral de Debenturistas.
5ª Emissão	Quinta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 124.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas por fiança da Lochpe Holdings, LLC, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando, portanto, R\$1.240.000.000,00, objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, com prazo de nove anos contados da data de emissão, qual seja, 15 de março de 2013, sendo toda a emissão garantida por penhor da totalidade do capital social da Lochpe Holdings, LLC, penhor da totalidade do capital social da Maxis Wheels e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A., existentes e originados no futuro decorrentes da venda de produtos e serviços de qualquer natureza pelas outorgantes a terceiros, correspondendo tais direitos de crédito a 100% de sua receita operacional.
6ª Emissão	Sexta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 320.000 debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantias adicionais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, portanto, R\$320.000.000,00, objeto de oferta pública de distribuição, com prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento.
Ação/Ações	Ação(ões) ordinária(s), nominativa(s) e sem valor nominal de emissão da Companhia.
Acionistas	No âmbito da Oferta Prioritária, titulares de ações de emissão da Companhia na Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária, que sejam, cumulativamente, titulares de ações de emissão da Companhia na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, conforme as respectivas posições em custódia em tais datas na BM&FBOVESPA e no Escriturador, instituição escrituradora de ações de emissão da Companhia, e tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, observado que aqueles que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º e do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e para os três últimos trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e KPMG Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Bônus de Subscrição	12.727.424 bônus de subscrição de emissão da Companhia, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, na proporção de 32 Bônus de Subscrição para cada uma Debênture subscrita e integralizada nos termos da Escritura de Emissão, sendo que cada Bônus de Subscrição dará direito à subscrição de uma Ação.
BOVESPAFIX	Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Banco Fator ou Coordenador Líder	Banco Fator S.A.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CETIP	Cetip S.A. – Mercados Organizados.

Cetip21	Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, datado de 9 de junho de 2010.
Companhia ou Iochpe-Maxion	Iochpe-Maxion S.A.
Conselho de Administração	Conselho de administração da Companhia.
Consultores Legais	Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, para a Companhia, e Pinheiro Guimarães – Advogados, para os Coordenadores.
Contrato de Distribuição	“Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.”, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores.
Controlada	Controlada da Companhia conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Controlada Relevante	(i) a Iochpe Holdings LLC; (ii) a Maxion Wheels; e (iii) qualquer outra Controlada cujo ativo total ou cuja receita bruta, com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas de tal Controlada, represente, no mínimo, 5% do ativo consolidado da Companhia ou da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.
Controladora	Controladora da Companhia conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Convênio CVM-ANBIMA	Convênio para adoção do Procedimento Simplificado firmado em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e ANBIMA.
Coordenadores	O Coordenador Líder e o Votorantim, em conjunto.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014.
Data de Exercício	Data de recebimento da Solicitação de Exercício.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a subscrição e integralização, das Debêntures, à vista, no ato da subscrição.
Data de Vencimento	O prazo das Debêntures será de cinco anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019.

DDA	DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	397.732 debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com Bônus de Subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures, em duas séries, da sétima emissão da Companhia.
Debêntures da Primeira Série	147.732 debêntures.
Debêntures da Segunda Série	250.000 debêntures.
Debêntures da Quinta Emissão	Debêntures objeto da quinta emissão, emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A., celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado.
Debêntures da Sexta Emissão	Debêntures da sexta emissão da Companhia, emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.”, celebrado em 27 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia	As Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente.
Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia	Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia

Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM.

Dias Úteis ou Dia Útil

Para os fins da Escritura de Emissão, (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

Dívida Líquida

Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório do endividamento financeiro da Companhia do circulante e do não circulante, venda de recebíveis com coobrigação, garantias em favor de terceiros, leasing financeiro, debêntures e notas, passivos oriundos de outros instrumentos financeiros, incluindo contas a pagar de operações de fusão e aquisição e dívidas oriundas de aquisições de novas entidades ainda não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, deduzido da rubrica “caixa e aplicações financeiras”.

DOESP

Diário Oficial do Estado de São Paulo.

EBITDA

Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM 527.

Efeito Adverso Relevante

Qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e das Controladas, considerado de forma agregada e com relação à Companhia e as Controladas como um todo; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão.

Emissão	A emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição, nos termos da lei das Sociedades por Ações.
Encargos Moratórios	Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2%.
Escritura de Emissão	“Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.”, celebrado em 25 de março de 2014, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 10 de abril de 2014 e em 15 de abril de 2014, e seus demais aditamentos.
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Evento de Inadimplemento	Qualquer um dos eventos previstos na seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Vencimento Antecipado”, na página 51 deste Prospecto.
Família Iochpe	As seguintes pessoas físicas e jurídicas: Aline Kolodny Nemetz, Dan Ioschpe, Debora Berg Ioschpe Russowski, Evelyn Noemi Berg Ioschpe, Glaucia Stifelman, Gustavo Berg Ioschpe, IBI Participações e Negócios S/A, Iboty Brochmann Ioschpe, Ivoncy Brochmann Ioschpe, Marlene Iochpe Kolodny, Mauro Litwin Iochpe, Mirela Litvin Iochpe Wainstein, Salomão Ioschpe e Fundação Iochpe.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, conforme previsto na Instrução CVM 480, incorporado a este Prospecto por referência.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Hayes Lemmerz	Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar esforços de colocação das Debêntures da Primeira Série aos Debenturistas da Sexta Emissão, no âmbito da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, e das Debêntures da Segunda Série exclusivamente aos Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores e as Instituições Consorciadas em conjunto.
Investidores Institucionais	No âmbito da Oferta Institucional, investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
Obrigação Financeira	Significa valores devidos, em qualquer jurisdição, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, cédulas de crédito bancário, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias, <i>bonds</i> , notes ou instrumentos similares; (ii) aquisições societárias a pagar; (iii) saldo líquido de operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de sociedades não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (v) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos fixos ou mínimos, se aplicável.

Oferta	A oferta pública de distribuição de Debêntures e dos Bônus de Subscrição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400.
Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	Oferta das Debêntures da Primeira Série aos Debenturistas da Sexta Emissão.
Oferta Institucional	Oferta das Debêntures da Segunda Série aos Investidores Institucionais.
Oferta Prioritária	Oferta das Debêntures da Segunda Série aos Acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (i), (ii) ou (iii) acima.
Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	Pedido de reserva de Debêntures da Primeira Série no âmbito da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, realizado no Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão”, na página 70 deste Prospecto, mediante preenchimento de formulário específico.
Pedido de Reserva da Oferta Prioritária	Pedido de reserva de Debêntures da Segunda Série no âmbito da Oferta Prioritária, realizado no Período de Reserva da Oferta Prioritária, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária”, na página 70 deste Prospecto, mediante preenchimento de formulário específico.
Período de Exercício	Os Bônus de Subscrição, à opção de seus titulares, poderão ser exercidos, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão até 1º de abril de 2019.

Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	Período de 10 de abril de 2014, inclusive, a 14 de abril de 2014, inclusive.
Período de Reserva da Oferta Prioritária	3 e 4 de abril de 2014.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização.
Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária	Final do dia 7 de março de 2014.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, tendo sido apurada a demanda apresentada por potenciais investidores, e, consequentemente, a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no Contrato de Distribuição, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este prospecto definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospectos	Este Prospecto e o Prospecto Preliminar, em conjunto.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Remuneração	Os juros remuneratórios das Debêntures, conforme previsto no item “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Remuneração”, na página 47 deste Prospecto.
Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária	Final do dia 10 de abril de 2014.

Solicitação de Exercício

Os titulares dos Bônus de Subscrição que desejarem exercer seus Bônus de Subscrição, nos termos previstos acima, deverão exercer esse direito durante o Período de Exercício da seguinte forma:

- I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício; e
- II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e por meio dos procedimentos do Escriturador, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício.

Taxa DI

Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Termo de Cessão de Direitos de Prioridade

Termo de cessão de direitos de prioridade, celebrado entre o Acionista cedente e o Acionista cessionário, conforme modelo constante do Anexo F do Prospecto Preliminar.

Valor Nominal Unitário

R\$1.000,00, na Data de Emissão.

Valor Total da Emissão

R\$397.732.000,00, na Data de Emissão, observado o disposto no item “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	Iochpe-Maxion S.A. sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35 300 014 022, registrada como companhia aberta perante a CVM.
Registro na CVM	A Companhia está registrada na CVM sob o nº 1193-2.
Sede	Localizada na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, CEP 12.730-900.
Diretoria de Relações com Investidores e Atendimento aos Debenturistas	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O responsável por esta diretoria é o Sr. Oscar Antônio Fontoura Becker. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é +55 (11) 5508-3803, o fax é +55 (11) 5506-7353 e o <i>e-mail</i> é becker@iochpe.com.br. O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor de Relações com Investidores.
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e para os três últimos trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e KPMG Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001 04.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64.
Jornais nos quais divulga informações	A Companhia divulga suas informações do DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Websites na Internet	O <i>website</i> da Companhia na Internet é: www.iochpe.com.br . As informações constantes do <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Companhia

Iochpe-Maxion S.A.

Rua Luigi Galvani, nº 146, 13º andar
04575-020, São Paulo – SP
At.: Sr. Oscar A. Fontoura Becker
Tel.: (55 11) 5508-3803
Fax: (55 11) 5506-7353
E-mail: becker@iochpe.com.br
Website: www.iochpe.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Fator S.A.

Rua Renato Paes de Barros, nº 1.107, 11º e 12º andares
04530-001, São Paulo – SP
At.: Sr. Mauro Monteiro de Miranda
Tel.: (55 11) 3049-6178
Fax: (55 11) 3842-5280
E-mail: mauromiranda@bancofator.com.br
Website: www.bancofator.com.br

Banco Votorantim

Av. das Nações Unidas 14.171 – 16º andar
At.: Roberto Roma
Tel.: (55 11) 5171-2612
Fax: (55 11) 5171-5626
E-mail: roberto.roma@bancovotorantim.com.br
Website: www.bancovotorantim.com.br

Consultores Legais da Companhia

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 10º andar
04543-011, São Paulo – SP
At.: Sra. Fabíola Cavalcanti
Tel.: (55 11) 2179-4634
Fax: (55 11) 2179-4597
E-mail: fac@bmalaw.com.br
Website: www.bmalaw.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista, nº 1842, 24º Andar – Torre Norte
01310-923, São Paulo – SP
At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Tel.: (55 11) 4501-5000
Fax: (55 11) 4501-5025
E-mail: fjpg@pinheiroguimaraes.com.br
imoura@pinheiroguimaraes.com.br
Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

Auditores Independentes da Companhia

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua José Guerra, nº 127
04719-030, São Paulo – SP
At.: Sr. André Rafael de Oliveira
Tel.: (55 11) 5186-1321
Fax: (55 11) 5186-3582
E-mail: rafaeloliveira@deloitte.com
Website: www.deloitte.com

KPMG Auditores Independentes

Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 33
04530-904, São Paulo – SP
At.: Sr. Wagner Bottino
Tel.: (55 11) 2183-3129
Fax: (55 11) 2183-3244
E-mail: wbottino@kpmg.com.br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este Prospecto está disponível nos seguintes *websites*:

- <http://www.cvm.gov.br>, em tal página, acessar no item “Acesso Rápido”, “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”, no link, digitar “Iochpe” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “Iochpe-Maxion S.A.” e selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Clicar em download do Prospecto com a data mais recente.
- <http://www.bmfbovespa.com.br>, em tal página clicar no link abaixo de “Empresas Listadas”, digitar “Iochpe” no campo disponível e clicar em BUSCAR. Em seguida, clicar em “Iochpe-Maxion S.A.” e acessar “Informações Relevantes”, e, posteriormente, clicar no link “Prospectos de Distribuição Pública” para ter acesso ao Prospecto Definitivo.
- <http://cop.anbid.com.br>, nesse *website*, acessar “Acompanhar Análise de Oferta”, clicar em “Iochpe-Maxion S.A.” e, em seguida acessar protocolo “005/2014” “Iochpe-Maxion S.A.” clicar no link referente ao último prospecto disponibilizado.
- <http://www.cetip.com.br>, em tal página, selecionar o link “Prospectos” na seção “Comunicados e Documentos”, em seguida, “Prospectos de Debêntures”, digitar “Iochpe” e o ano “2014”, e clicar em BUSCAR”, na sequência, acessar o link referente ao Prospecto Definitivo).
- <http://www.bancofator.com.br/banco/> – nesse *website*, acessar “Ofertas Públicas” no canto direito da página e, em seguida, “Debêntures – Iochpe-Maxion – Prospecto Definitivo da 7ª Emissão de Debêntures”, e em seguida “Prospecto Definitivo”.
- <http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas>, em tal página acessar “Iochpe-Maxion – Prospecto Definitivo da 7ª Emissão de Debêntures” – que estará divulgado em ordem alfabética.
- <http://www.iochpe.com.br>, em tal página clicar em “Relações com Investidores”, posteriormente selecionar “Informações aos Investidores”, em seguida clicar em “Outros Documentos Entregues à CVM” selecionar em “Prospecto Definitivo”.

Informações adicionais sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com os Coordenadores ou nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ – 20159-900; e

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP – 01333-010

Website: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

São Paulo, SP – 01452-001

Website: www.cetip.com.br

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Praça Antonio Prado, nº 48

São Paulo, SP – 01010-901

Website: www.bmfbovespa.com.br

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ – 22640-102

CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38

Website: www.pentagonotruster.com.br

Sra. Nathalia Machado

Sra. Marcelle Motta Santoro

Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D a este Prospecto, constante da página 261.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES

Banco Fator – Coordenador Líder

A história do Coordenador Líder começou a ser escrita em 1967, com a criação da Fator S.A. Corretora de Valores, que no seu processo de desenvolvimento originou o Coordenador Líder. Hoje, são mais de 40 anos de atuação no mercado financeiro.

Desde 1989, o Coordenador Líder atua como banco múltiplo, na carteira comercial e de investimentos, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis, desenvolvendo os principais negócios de modo integrado. O Coordenador Líder e suas empresas controladas dispõem de diversos produtos e serviços para clientes pessoas físicas e jurídicas, principalmente para as operações em mercados de capitais. Atua de forma coordenada em sete segmentos: comercial/tesouraria proprietária (emissão de debêntures e de ações, crédito, entre outros); banco de investimento (fusões e aquisições, privatizações, financiamento de projetos e reorganização societária); seguradora, corretagem; administração/gestão de recursos de terceiros, *private equity* e *private banking*.

A Fator S.A. Corretora de Valores, subsidiária do Coordenador Líder, tem mais de 40 anos de atuação nas atividades de intermediação para clientes individuais e corporativos junto à BM&FBOVESPA. Mantém equipe de análise (*sell side*), oferecendo cobertura de diversas empresas listadas em bolsa (com ênfase em *small caps*). Atua no mercado de *Exchange Traded Funds* (ETFs), além de ter desenvolvido sua estrutura funcional e tecnológica para oferecer plataformas de negociação eletrônica para operar mercadorias, futuros e opções sob o conceito de Acesso Direto ao Mercado (DMA – Direct Market Access). A Fator Corretora possui classificação de risco AA– (estável) concedida pela Austin Rating.

A FAR – Fator Administração de Recursos Ltda., subsidiária do Coordenador Líder, foi constituída em 1997, com foco na gestão ativa em renda variável e de fundos multimercado, focando seu crescimento no desenvolvimento de novos produtos. A FAR possui classificação de risco M2– (bra) concedida pela *Fitch Ratings*.

A Fator Seguradora S.A. iniciou suas atividades em julho de 2008 com estratégia voltada ao atendimento da demanda de clientes corporativos. Tem atuação voltada também às empresas que necessitam de garantias financeiras e cobertura para Responsabilidade Civil e D&O. A Fator Seguradora possui classificação de risco BBB+(bra) concedida pela *Fitch Ratings*, refletindo o suporte de seu acionista, o Coordenador Líder.

A área de banco de investimento do Coordenador Líder possui uma variedade de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos. Assessorou o Governo do Estado de São Paulo na avaliação econômico-financeira do Banco Nossa Caixa S.A., o qual foi alienado para o Banco do Brasil S.A., além de também ter assessorado o Banco do Brasil S.A. na elaboração de um *fairness opinion* acerca do valor de aquisição do Banco Votorantim S.A. Adicionalmente, assessorou a Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. no processo de reestruturação financeira e societária através de um aporte de capital superior a R\$315 milhões.

O Coordenador Líder possui ainda uma tesouraria cuja atuação está pautada no controle da liquidez do banco, princípio este também adotado para oferecer a seus clientes produtos como a captação de recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDBs) ou operações estruturadas de *hedge* para vários ativos financeiros.

Por fim, o Fator *Private Banking* é uma área especializada na alocação de investimentos para clientes alta renda, de acordo com características e objetivos específicos de cada investidor, respeitando seu nível de tolerância ao risco. Sua oferta baseia-se em uma “arquitetura aberta”, ou seja, permite a oferta de produtos de terceiros sem incorrer em conflito de interesses com as demais áreas de negócios do banco.

Votorantim

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. Após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991, o Banco Central autorizou sua conversão em banco múltiplo em 7 de agosto de 1991. Segundo o Banco Central, atualmente, é o quinto maior banco privado brasileiro em total de ativos e o décimo maior considerando todas as instituições de capital público e misto (desconsiderando o BNDES), com R\$111 bilhões de ativos no quarto trimestre de 2013.

O portfólio de negócios do Votorantim é amplo, com atuação focada em quatro grandes segmentos: *Corporate & Investment Banking*, *Wealth Management*, Financiamento de Veículos e Outros Negócios, sendo os dois últimos estruturados para operações de varejo. As atividades do segmento de atacado do Votorantim têm por objetivo estabelecer um relacionamento ágil e de longo prazo com os clientes, com soluções financeiras integradas (por exemplo, Crédito, Produtos Estruturados, *Investment Banking*, Derivativos e Distribuição), proporcionando qualidade de crescimento com foco em agilidade operacional.

Em setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., de forma que o Banco do Brasil S.A. passou a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Baseada em sinergias e visão de longo prazo, a parceria busca favorecer a expansão dos negócios e contribuir para que o Votorantim seja uma instituição mais forte e competitiva. Ambos os acionistas do Votorantim possuem graus de investimento pelas três principais agências internacionais de *rating* – Fitch, Moody's e S&P, na data do Prospecto.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul, Nassau (Bahamas), Nova Iorque e Londres. Além disso, o funcionamento do Banco Votorantim *Securities Inc.*, que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque e em Londres, foi autorizado em 2006 e 2011, respectivamente.

A área de *Investment Banking* do Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos com acesso abrangente aos mercados de capitais (renda variável e renda fixa) e no segmento de fusões e aquisições (M&A), contando com o apoio da Votorantim Corretora e suas equipes especializadas de *Equity e Debt Sales*, *Research e Equity Trading*.

O segmento de Mercado de Capitais do Votorantim trabalha sempre para melhor atender as necessidades de seus clientes, oferecendo serviços para estruturação de ofertas públicas iniciais e subsequentes de ações e ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, bem como assessoria a clientes na captação de recursos no mercado local e internacional através de debêntures, notas promissórias, securitizações e bonds.

A área de renda variável do Votorantim já realizou diversas operações, dentre elas os IPOs de Júlio Simões Logística S.A, OSX Brasil S.A, Brazil Pharma S.A, Locamerica – Companhia de Locação das Américas, Senior Solution S.A e BB Seguridade Participações S.A e os *Follow-ons* de Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, Banco do Brasil S.A., JBS S.A, Gafisa S.A, Kroton Educacional S.A, Direcional Engenharia S.A e Tecnisa S.A. Em 2013, o Votorantim figurou como 5º colocado no *ranking* de ofertas públicas iniciais de emissão de ações da Bloomberg, refletindo a sua atuação como coordenador líder (*Sole Bookrunner*) no IPO da Senior Solution S.A. no segmento de listagem de acesso da BM&FBOVESPA, o Bovespa Mais, e a participação como Joint Bookrunner no IPO de BB Seguridade S.A., maior IPO do ano em termos de valor total ofertado.

Em renda fixa, o Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*, sendo que, no ano de 2013, o Votorantim ocupou a 1ª e a 2ª colocação nos *rankings* doméstico de origemação de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), respectivamente; a 2ª colocação no *ranking* doméstico de origemação de securitização e a 7ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. A título de exemplo, o Votorantim coordenou as emissões de Debêntures do BNDES (R\$2,000 bilhões), da MRS Logística (R\$300 milhões), BR Properties (R\$600 milhões), Algar Telecom (R\$294 milhões), Concessionária Auto Raposo Tavares (R\$750 milhões), Cemig Distribuição (R\$2,160 bilhões), JSL (R\$400 milhões), Dasa (R\$450 milhões) e Cemig GT (R\$500 milhões); as emissões de CRI com lastro em recebíveis da Cyrela (R\$300 milhões), Viver (R\$98 milhões), Even (R\$75 milhões) e Odebrecht (R\$216 milhões); e as emissões de FIDC da Cedae (R\$1,140 bilhões) e BV Financeira (R\$2,511 bilhões); as emissões de Letra Financeira do Paraná Banco (R\$200 milhões) e RCI (R\$500 milhões); as emissões de CRA da Odebrecht Agroindustrial (R\$400 milhões), Cheminova (R\$63,42 milhões) e CCAB (R\$85,8 milhões).

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação e *fairness opinions*. Tem participado nos últimos anos de transações nos mais diversos segmentos econômicos, tais como geração de energia elétrica, açúcar e álcool, infraestrutura logística, reflorestamento, produção de cosméticos, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto e o nosso Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, incluem estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive, mas não se limitando, na seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição”**, na **página 85 deste Prospecto** e nos itens 4.1, 4.2, 4.3, 5.1, 7.1, 10.1 e 10.2 do nosso Formulário de Referência, que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de nossos resultados.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar nossos negócios operacionais e nossos setores de atuação, bem como nossa situação financeira e resultados operacionais e prospectivos. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, tais estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações atualmente disponíveis.

Nosso desempenho pode diferir substancialmente daquele previsto em nossas estimativas e declarações futuras em razão de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e demais países em que possuímos atuação relevante e, em especial, nas regiões em que atuamos;
- alterações relevantes na taxa de câmbio frente ao Real, tanto no que diz respeito à sua desvalorização como à valorização;
- alterações nas tendências antecipadas na indústria de rodas automotivas e de componentes estruturais automotivos, incluindo alterações na capacidade e movimentos dos preços industriais;
- as expectativas e estimativas dos nossos administradores quanto ao nosso desempenho financeiro futuro, planos financeiros e efeitos da concorrência;
- a implementação da nossa estratégia operacional e/ou financeira e planos de investimento de capital, incluindo a ampliação das nossas atividades, e seu impacto no nosso endividamento;
- a nossa habilidade de produzir e entregar nossos produtos nos prazos determinados;
- a nossa habilidade de empreender projetos de crescimento, bem como de diminuir os custos envolvidos nesses projetos;
- alterações ou inovações na legislação e regulamentação relacionada ou que possa afetar o setor de rodas automotivas e de componentes estruturais automotivos;
- a nossa capacidade de pagar nossas obrigações financeiras, e para acessar os mercados financeiro e de capitais em condições favoráveis, quando necessário;
- a nossa capacidade de manter e aprimorar nossa estrutura logística; e
- outros fatores de risco apresentados na seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição”** na **página 85 deste Prospecto**.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras de significados similares, quando utilizadas neste Prospecto, têm por objetivo identificar e apresentar estimativas acerca do futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a nossa Companhia nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de uma nova informação, eventos futuros ou quaisquer outros fatores, exceto conforme determinado pela Instrução CVM 480. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas podem vir a não se concretizar, muitas delas estando além da nossa capacidade de controle ou previsão. Em vista dessas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

DOCUMENTOS INCORPORADOS POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

- Formulário de Referência;
- nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012;
- nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011; e
- os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos em nossa sede social, por email ou em nosso website, conforme abaixo:

www.iochpe-maxion.com.br

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto também podem ser obtidos no website da CVM, conforme abaixo:

- www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No *link* buscar por “Iochpe-Maxion S.A.” e clicar em “Formulário de Referência” e acessar o Formulário de Referência, versão de data mais recente).
- www.cvm.gov.br (neste website, no campo “Acesso Rápido”, acessar “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”. No link buscar por “Iochpe-Maxion S.A.” e clicar em “Dados Econômico-Financeiros”).

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Companhia que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição” na página 85 deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

Companhia	Iochepe-Maxion S.A.
Capital Social da Companhia	O capital social da Companhia, nesta data, é de R\$700.000.000,00.
Coordenador Líder	Banco Fator S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Votorantim.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Na data de celebração da Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário (i) na 5ª Emissão, consistindo em 124.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas por fiança de Iochepe Holdings, LLC, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando, portanto, R\$1.240.000.000,00, com prazo de nove anos contados da data de emissão, qual seja, 15 de março de 2013, sendo toda a emissão garantida por penhor da totalidade do capital social de Iochepe Holdings, LLC, penhor da totalidade do capital social de Maxion Wheels e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A., existentes e originados no futuro decorrentes da venda de produtos e serviços de qualquer natureza pelas outorgantes a terceiros, correspondendo tais direitos de crédito a 100% de sua receita operacional (observados os termos de tal contrato), tendo ocorrido evento de amortização extraordinária e não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, repactuação ou inadimplemento; e (ii) na 6ª Emissão, consistindo em 320.000 debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, portanto, R\$320.000.000,00, com prazo de cinco anos contados da data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento.

Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.
-------------------------	--------------------

Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	Standard & Poor's "brA".
Aprovações Societárias	<p>A Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com base nas deliberações:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; II. da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 25 de março de 2014; e III. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 25 de março de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014.
Destinação dos Recursos	<p>Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, permitir o alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante a dação em pagamento das Debêntures da Sexta Emissão; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a amortização parcial antecipada das obrigações decorrentes das debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos", deste Prospecto.</p>

Regime de Colocação

As Debêntures e os Bônus de Subscrição serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação”, na página 58 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, para a apuração da demanda apresentada por potenciais investidores, e, conseqüentemente, a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 47 deste Prospecto, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no Contrato de Distribuição, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia.

Foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Tendo em vista que (i) os Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido verificado excesso de demanda da Oferta. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.**

As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, mediante o recebimento de reservas, e não estavam sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.**

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e a existência e a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão recebidos, serão divulgados por meio do Anúncio de Início.

Prazo de Subscrição

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures e os Bônus de Subscrição serão subscritos, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado, em qualquer caso, à data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures.

As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização (Preço de Integralização), observado que:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, por meio do MDA ou da Central Depositária da BM&FBOVESPA, conforme o caso, exclusivamente mediante utilização dos créditos decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, observado que:
 - (a) cada Debênture da Sexta Emissão dará direito à subscrição e integralização de uma Debênture da Primeira Série (acrescida dos Bônus de Subscrição a que cada Debênture faz jus nos termos da Escritura de Emissão), tendo em vista que o saldo devedor de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão (correspondente ao saldo devedor do valor nominal das Debêntures da Sexta Emissão, acrescido dos juros, calculados pro rata temporis desde a data de pagamento de juros imediatamente anterior até a respectiva Data de Integralização) corresponderá ao Preço de Integralização de cada uma das Debêntures da Primeira Série;
 - (b) somente poderão ser utilizadas para integralizar Debêntures da Primeira Série (i) por meio do MDA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na CETIP; e (ii) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na BM&FBOVESPA; e
 - (c) os titulares de Debêntures da Sexta Emissão que utilizarem Debêntures da Sexta Emissão para integralizar Debêntures da Primeira Série deverão adotar todas as medidas e providências necessárias à efetivação da integralização das Debêntures da Primeira Série e renunciar, de forma irrevogável e irretratável, a quaisquer direitos a que façam jus na qualidade de titulares de Debêntures da Sexta Emissão, inclusive eventuais garantias e/ou remunerações e/ou encargos referentes às suas Debêntures da Sexta Emissão, que serão canceladas pela Companhia após a integralização das Debêntures da Primeira Série; e
- II. com relação às Debêntures da Segunda Série, por meio do MDA ou do DDA, conforme o caso, exclusivamente em moeda corrente nacional.

O Agente Fiduciário acompanhou e concorda com os cálculos propostos para a troca das Debêntures da Sexta Emissão pelas Debêntures da Primeira Série, possibilitando o alongamento da dívida da Companhia junto a tais debenturistas.

Negociação das Debêntures	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.
Negociação dos Bônus de Subscrição.	Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Bônus de Subscrição”, na página 41 deste Prospecto.
Número da Emissão	As Debêntures representam a sétima emissão de debêntures da Companhia.
Valor Total da Emissão	O valor total da Emissão será de R\$397.732.000,00, na Data de Emissão, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto.
Quantidade	Serão emitidas 397.732 Debêntures, observado o disposto no item Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto.
Valor Nominal Unitário	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão.
Séries	<p>A Emissão será realizada em duas séries, observado que:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. com relação à primeira série, serão emitidas 147.732 debêntures (Debêntures da Primeira Série); e II. com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 debêntures (Debêntures da Segunda Série). <p>Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências ao termo Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.</p> <p>Fica desde já certo e ajustado que, no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Encerramento, a Escritura de Emissão será aditada, uma ou mais vezes, independentemente de qualquer deliberação societária da Companhia e/ou de qualquer AGD, exclusivamente para (i) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e (ii) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série, sob a denominação de “Debêntures”.</p>

Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Bônus de Subscrição	<p>Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 bônus de subscrição de emissão da Companhia, com as características previstas na Escritura de Emissão (Bônus de Subscrição).</p> <p>Os Bônus de Subscrição concedidos às Debêntures subscritas e integralizadas (i) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou do DDA, no caso das Debêntures da Segunda Série, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio da BM&FBOVESPA, na respectiva Data de Integralização; e (ii) por meio do MDA, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio do Escriturador, na respectiva Data de Integralização.</p> <p>Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do Dia Útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos na Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.</p>
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 (Data de Emissão).
Prazo e Data de Vencimento	Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019 (Data de Vencimento).
Pagamento do Valor Nominal Unitário	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento.

Remuneração

A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; e
- II. juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação incidirão juros remuneratórios correspondentes a 99% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI) (Remuneração), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia primeiro dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada nos termos previstos na Escritura de Emissão.

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

**Resgate Antecipado
Facultativo**

Exceto pelo disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”, na página 49 deste Prospecto, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

**Amortização Antecipada
Facultativa**

A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

**Oferta Facultativa de
Resgate Antecipado**

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na seção “Informações Sobre a Oferta Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”, na página 49 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As obrigações decorrentes das Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Vencimento Antecipado”, na página 51 deste Prospecto, e seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado”**, na página 86 deste Prospecto.

Quoruns de Deliberação

Nas deliberações das AGDs, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quórum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão;
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI”, na página 47 deste Prospecto; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto primeiro parágrafo desse item; e
- III. as disposições referentes aos Bônus de Subscrição, que não estão sujeitas às deliberações de Debenturistas.

Público Alvo da Oferta

Observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta”, na página 60 deste Prospecto, a Oferta será realizada para:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, exclusivamente titulares de Debêntures da Sexta Emissão que tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, observado que aqueles que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (Debenturistas da Sexta Emissão); e
- II. com relação às Debêntures da Segunda Série:
 - (a) no âmbito da Oferta Prioritária, titulares de ações de emissão da Companhia ao final do dia 7 de março de 2014 (Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária), que sejam, cumulativamente, titulares de ações de emissão da Companhia ao final do dia 10 de abril de 2014 (Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária), conforme as respectivas posições em custódia em tais datas na BM&FBOVESPA e no Escriturador, instituição escrituradora de ações de emissão da Companhia, e tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, observado que aqueles que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária (Acionistas); e
 - (b) no âmbito da Oferta Institucional, investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409 (Investidores Institucionais).

Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão

No contexto da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, a totalidade das Debêntures da Primeira Série será destinada à colocação pública exclusivamente aos Debenturistas da Sexta Emissão que desejarem entregar em pagamento Debêntures da Sexta Emissão. Para mais informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão”, na página 61 deste Prospecto.

A Companhia e o Agente Fiduciário atestaram que o mecanismo de utilização dos créditos das Debêntures da Sexta Emissão para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão.

Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, o montante de 187.500 Debêntures, ou seja, 75% das Debêntures da Segunda Série, será destinado prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que desejarem exercer seu direito de prioridade. Para mais informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária”, na página 70 deste Prospecto.

Oferta Institucional

As Debêntures da Segunda Série destinadas à Oferta Prioritária que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária serão destinadas à Oferta Institucional juntamente com as demais Debêntures da Segunda Série. Para mais informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Debêntures da Segunda Série – Oferta Institucional”, na página 75 deste Prospecto.

Exclusão das Instituições Consorciadas

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no contrato de adesão ao Contrato de Distribuição celebrado com as Instituições Consorciadas ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

Formador de Mercado

Não serão celebrados contratos de formador de mercado tendo por objeto as Debêntures e/ou os Bônus de Subscrição. O investidor deve ler a seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – A volatilidade e a baixa liquidez do mercado de capitais brasileiro e do mercado secundário brasileiro de debêntures e de bônus de subscrição pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures e nos Bônus de Subscrição por seus titulares.”**, na página 87 deste Prospecto.

Pessoas Vinculadas

Foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Tendo em vista que (i) os Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido verificado excesso de demanda da Oferta. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”**, deste Prospecto.

As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, mediante o recebimento de reservas, e não estavam sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”**, deste Prospecto.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) por meio da CETIP, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio da BM&FBOVESPA, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA; ou (iii) por meio do Escriitorador ou na sede da Companhia, conforme o caso nos demais casos.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures e/ou aos Bônus de Subscrição, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures e dos Bônus de Subscrição no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição”, na página 85 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados nas seções “Informações Cadastrais da Companhia” e “Identificação dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, nas páginas 11 e 12 deste Prospecto, respectivamente.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA em 7 de março de 2014, por meio do Procedimento Simplificado previsto na Instrução CVM 471. A Oferta foi registrada pela CVM em 28 de abril de 2014 sob o nº CVM/SRE/DEB/2014/007, para as Debêntures da Primeira Série; sob o nº CVM/SRE/DEB/2014/008, para as Debêntures da Segunda Série; e sob o nº CVM/SRE/RBS/2014/001 para os Bônus de Subscrição.

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	
1.	Divulgação do aviso de fato relevante sobre o pedido de registro da Oferta (nas páginas da Internet da Companhia e da CVM)	07/03/2014
	Disponibilização da minuta do Prospecto Preliminar (nas páginas da Internet da Companhia, da CVM, da BM&FBOVESPA e da ANBIMA)	
	Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária	
2.	Publicação do aviso de fato relevante sobre o pedido de registro da Oferta	10/03/2014
	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas)	
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	27/03/2014
	Início das apresentações para potenciais investidores	
4.	Data para cessão de direito de prioridade pelos Acionistas	02/04/2014 até 16h
	Replicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas)	
5.	Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária	03/04/2014
6.	Término do Período de Reserva da Oferta Prioritária	04/04/2014
7.	Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária	10/04/2014
	Início do Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	
8.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão	14/04/2014
9.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	15/04/2014
	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	
10.	Registro da Oferta pela CVM	28/04/2014
	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do	
11.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	29/04/2014
	Disponibilização deste Prospecto Definitivo	
12.	Data de Liquidação	30/04/2014
13.	Data de Início da Negociação das Debêntures	02/05/2014
	Data de Início da Negociação dos Bônus de Subscrição	
14.	Publicação do Anúncio de Encerramento	07/05/2014

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM, podendo ser por esta considerada como modificação de Oferta, sujeita ao disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Sobre a Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", na página 80 deste Prospecto.

⁽³⁾ Para informações sobre o prazo e exercício da garantia firme e do regime de melhores esforços de colocação, pelos Coordenadores, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação", na página 58 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.iochpe.com.br).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Autorização

A Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014;
- II. da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 25 de março de 2014; e
- III. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 25 de março de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014.

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$700.000.000,00, representado por 94.863.372 Ações.

A tabela abaixo contém informações sobre os acionistas que detêm participação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia:

Acionista	Nº de ações	Percentual
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	6.419.280	6,766869%
JPMORGAN Asset Management Holdings Inc.	5.881.529	6,199999%
HSBC Bank Brasil S.A.	5.285.200	5,571381%
Schroder Investment Management Limited.....	4.963.052	5,231790%
Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A.	4.865.839	5,129313%
Sul América Investimentos DTVM S.A.....	4.780.200	5,039037%
Itau Unibanco S.A.	4.745.428	5,002382%

Para mais informações sobre o controle da Companhia, vide seção 15 "Controle" do Formulário de Referência.

A tabela abaixo mostra a evolução do capital social da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

Data	Aumentos realizados
	(valor em R\$)
14/04/2011	140.000.000,00
26/04/2012	150.000.000,00
26/04/2013	50.000.000,00

Fonte: Companhia.

Para maiores informações sobre o capital social da Companhia, vide a seção 17 "Capital Social" do Formulário de Referência.

Alterações no Capital Social da Companhia decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição

Considerando a emissão e o exercício da totalidade dos 18.240.000 Bônus de Subscrição no âmbito da Oferta, pelo preço de emissão de R\$31,25, o capital social da Companhia será aumentado em 18.240.000 Ações, passando de 94.863.372 Ações para 113.103.372 Ações.

Características da Oferta

Colocação

As Debêntures e os Bônus de Subscrição serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série.

Coleta de Intenções de Investimento

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, para a apuração da demanda apresentada por potenciais investidores, e, conseqüentemente, a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no Contrato de Distribuição, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia.

Foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Tendo em vista que (i) os Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido verificado excesso de demanda da Oferta. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.**

As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, mediante o recebimento de reservas, e não estavam sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto.**

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e a existência e a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão recebidos, serão divulgados por meio do Anúncio de Início.

Prazo de Subscrição

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures e os Bônus de Subscrição serão subscritos, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado, em qualquer caso, à data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures

As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização) pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização (Preço de Integralização), observado que:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, por meio do MDA ou da Central Depositária da BM&FBOVESPA, conforme o caso, exclusivamente mediante utilização dos créditos decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, observado que:
 - (a) cada Debênture da Sexta Emissão dará direito à subscrição e integralização de 1 (uma) Debênture da Primeira Série (acrescida dos Bônus de Subscrição a que cada Debênture faz jus nos termos da Escritura de Emissão), tendo em vista que o saldo devedor de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão (correspondente ao saldo devedor do valor nominal das Debêntures da Sexta Emissão, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis* desde a data de pagamento de juros imediatamente anterior até a respectiva Data de Integralização) corresponderá ao Preço de Integralização de cada uma das Debêntures da Primeira Série;
 - (b) somente poderão ser utilizadas para integralizar Debêntures da Primeira Série (i) por meio do MDA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na CETIP; e (ii) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na BM&FBOVESPA; e

- (c) os titulares de Debêntures da Sexta Emissão que utilizarem Debêntures da Sexta Emissão para integralizar Debêntures da Primeira Série deverão adotar todas as medidas e providências necessárias à efetivação da integralização das Debêntures da Primeira Série e renunciar, de forma irrevogável e irretratável, a quaisquer direitos a que façam jus na qualidade de titulares de Debêntures da Sexta Emissão, inclusive eventuais garantias e/ou remunerações e/ou encargos referentes às suas Debêntures da Sexta Emissão, que serão canceladas pela Companhia após a integralização das Debêntures da Primeira Série; e
- II. com relação às Debêntures da Segunda Série, por meio do MDA ou do DDA, conforme o caso, exclusivamente em moeda corrente nacional.

O Agente Fiduciário acompanhou e concorda com os cálculos propostos para a troca das Debêntures da Sexta Emissão pelas Debêntures da Primeira Série, possibilitando o alongamento da dívida da Companhia junto a tais debenturistas.

Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

Negociação dos Bônus de Subscrição

Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado, observado o disposto no item “– Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Bônus de Subscrição”, na página 41 deste Prospecto.

Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição

Número da Emissão

As Debêntures representam a sétima emissão de debêntures da Companhia.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$397.732.000,00, na Data de Emissão, observado o disposto no item “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Séries”, na página 41 deste Prospecto.

Quantidade

Serão emitidas 397.732 Debêntures, observado o disposto no item “– Séries”, na página 41 deste Prospecto.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00, na Data de Emissão (Valor Nominal Unitário).

Séries

A Emissão será realizada em duas séries, observado que:

- I. com relação à primeira série, serão emitidas 147.732 debêntures (Debêntures da Primeira Série); e
- II. com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 debêntures (Debêntures da Segunda Série).

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências ao termo Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Fica desde já certo e ajustado que, no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Encerramento, a Escritura de Emissão será aditada, uma ou mais vezes, independentemente de qualquer deliberação societária da Companhia e/ou de qualquer AGD, exclusivamente para (i) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e (ii) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série, sob a denominação de "Debêntures".

Forma e Comprovação de Titularidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Bônus de Subscrição

Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 bônus de subscrição de emissão da Companhia, com as características previstas na Escritura de Emissão e abaixo (Bônus de Subscrição).

Valor da Emissão dos Bônus de Subscrição

Não será atribuído valor à emissão dos Bônus de Subscrição, uma vez que os Bônus de Subscrição serão emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures.

Quantidade

Serão emitidos 12.727.424 Bônus de Subscrição pela Companhia, sendo 32 Bônus de Subscrição atribuídos a cada uma Debênture subscrita e integralizada nos termos da Escritura de Emissão, os quais circularão independentemente das Debêntures subscritas a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização.

Séries

Os Bônus de Subscrição serão emitidos em série única.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 (Data de Emissão).

Forma e Comprovação de Titularidade

Os Bônus de Subscrição serão emitidos sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade dos Bônus de Subscrição será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação aos Bônus de Subscrição que estiverem custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do respectivo titular, que servirá de comprovante de titularidade de tais Bônus de Subscrição.

Registro para Negociação

Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado.

Quantidade de Ações a Serem Subscritas e Preço de Emissão

Cada Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser emitida pela Companhia (Ação) ao Preço de Emissão.

O preço de emissão das Ações será de:

- I. R\$31,25 por Ação (Preço de Emissão); ou
- II. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre de 1º de abril de 2014 e de 1º de abril de 2017 (exceto nos casos previstos abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição, exclusivamente pelo prazo de 60 dias contados da data em que o preço de emissão por ação ordinária da nova emissão pela Companhia for estabelecido, poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão. Após o decurso do referido prazo de 60 dias, o Preço de Emissão será reestabelecido conforme valor mencionado no inciso I acima; ou
- III. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre de 2 de abril de 2017 e de 1º de abril de 2019 (exceto nos casos previstos abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão até 1º de abril de 2019.

O disposto no parágrafo acima, incisos II e III, não será aplicável se as referidas emissões de ações (i) resultarem em um preço de emissão por ação superior ao Preço de Emissão; (ii) decorrerem do exercício de plano de opção de compra de ações da Companhia já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão; (iii) decorrerem da conversão das Debêntures da Sexta Emissão; ou (iv) decorrerem dos eventos societários permitidos nos termos da Escritura de Emissão.

Caso ocorra qualquer das hipóteses de alteração do Preço de Emissão, a Companhia, no prazo de até dois dias úteis contados da data do evento que lhe der causa, deverá publicar um comunicado, na forma prevista na Escritura de Emissão, informando o novo Preço de Emissão, sem qualquer ajuste ao Preço de Emissão pago por Ações que já tenham sido subscritas e integralizadas em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição.

A quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição e o Preço de Emissão, (i) serão automaticamente ajustados por qualquer bonificação, desdobramento, ou grupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão; e (ii) não serão ajustados por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros. Assim, por exemplo, (a) em caso de grupamento de ações de emissão da Companhia, a quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição, e o respectivo Preço de Emissão, deverão ser multiplicados pela mesma razão referente ao grupamento das ações de emissão da Companhia; e (b) em caso de desdobramento de ações ou bonificações, a quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição, e o Preço de Emissão deverão ser divididos pela mesma razão referente ao desdobramento das ações de emissão da Companhia ou pela mesma razão utilizada para a bonificação.

As Ações subscritas e integralizadas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, bem como farão jus a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da Data de Exercício, inclusive no que se refere ao direito a dividendos integrais que venham a ser deliberados a partir da Data de Exercício, mesmo que se refiram a resultados de exercícios anteriores ao da Data de Exercício.

Procedimento para Exercício do Bônus de Subscrição

Os Bônus de Subscrição, à opção de seus titulares, poderão ser exercidos, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão até 1º de abril de 2019 (Período de Exercício).

Os titulares dos Bônus de Subscrição que desejarem exercer seus Bônus de Subscrição, nos termos previstos acima, deverão exercer esse direito durante o Período de Exercício da seguinte forma (Solicitação de Exercício):

- I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício; e
- II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e por meio dos procedimentos do Escriturador, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício.

O Escriturador (i) fará o controle e a confirmação da Solicitação de Exercício e da verificação da quantidade de Bônus de Subscrição do respectivo titular; e (ii) informará, na mesma data, a Companhia acerca do exercício de cada Bônus de Subscrição.

Para todos os efeitos legais, a data de exercício dos Bônus de Subscrição será a data de recebimento da Solicitação de Exercício (Data de Exercício), desde que a mesma tenha sido confirmada nos termos do parágrafo acima, observado o disposto no item “Forma de Pagamento do Preço de Emissão” abaixo.

Os Bônus de Subscrição que não tenham sido exercidos no Período de Exercício serão automaticamente extintos.

Forma de Pagamento do Preço de Emissão

O pagamento do Preço de Emissão poderá ser feito da seguinte forma:

I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador:

- (a) em moeda corrente nacional; ou
- (b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:
 - (i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;
 - (ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanescer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e
 - (iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão; e

II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e por meio dos procedimentos do Escriturador:

- (a) em moeda corrente nacional; ou
- (b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:
 - (i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;

- (ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanescer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e
- (iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão.

Somente Debêntures custodiadas no Escriturador poderão ser utilizadas para fins de pagamento do Preço de Emissão.

A Companhia depositará no Escriturador, no prazo de até três Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício, a quantidade de Ações correspondentes à quantidade de Bônus de Subscrição exercidos. Quaisquer tributos e despesas relacionados ao depósito serão pagos pela Companhia.

Os aumentos de capital decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição, observada a forma estabelecida no artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, serão arquivados na JUCESP no prazo de até 30 dias contados da data da respectiva efetivação.

Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos na Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.

Cotação das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

As tabelas abaixo indicam as cotações mínima, média e máxima para as ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, a partir do início da negociação das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA, para os períodos indicados.

Anos	Reais por Ação Ordinária		
	Mínima	Média	Máxima
2009.....	8,40	16,31	25,51
2010.....	13,18	22,82	31,49
2011.....	15,70	21,20	26,00
2012.....	20,31	27,80	37,25
2013.....	22,79	26,15	29,46

Fonte: Companhia.

Trimestres	Reais por Ação Ordinária		
	Mínima	Média	Máxima
2012			
Primeiro Trimestre	25,70	31,14	36,60
Segundo Trimestre	22,25	28,86	37,25
Terceiro Trimestre	20,31	24,89	29,80
Quarto Trimestre	24,90	26,30	28,80
2013			
Primeiro Trimestre	24,98	26,40	28,56
Segundo Trimestre	22,79	24,65	27,12
Terceiro Trimestre	23,25	26,67	29,46
Quarto Trimestre	24,91	26,91	29,21
2014			
Primeiro Trimestre	22,50	24,24	26,69

Fonte: Companhia.

Últimos Seis Meses	Reais por Ação Ordinária		
	Mínima	Média	Máxima
Outubro de 2013	27,23	28,04	29,21
Novembro de 2013	25,60	26,89	28,33
Dezembro de 2013	24,91	25,56	26,35
Janeiro de 2014	24,15	25,58	26,69
Fevereiro de 2014	22,60	23,63	24,28
Março de 2014	22,50	23,33	23,86

Fonte: Companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 (Data de Emissão).

Prazo e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019 (Data de Vencimento).

Pagamento do Valor Nominal Unitário

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento.

Remuneração

A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; e
- II. juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação incidirão juros remuneratórios correspondentes a 99% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI) (Remuneração), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos da Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia primeiro dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada nos termos previstos na Escritura de Emissão.

Extinção, Limitação e/ou não Divulgação da Taxa DI

Observado o disposto no parágrafo abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até cinco dias contados da data de término do prazo de 10 dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar AGD para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, referida AGD não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da AGD prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

Exceto pelo disposto no item “– Oferta Facultativa de Resgate Antecipado” abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

Amortização Antecipada Facultativa

A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (Oferta Facultativa de Resgate Antecipado):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão (Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e prazo de manifestação à Companhia pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, e, conforme indicado no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, deverá ocorrer, no prazo de, no mínimo, 10 dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de dois Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, dois Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos do item “– Local de Pagamento” abaixo; e

VI. o resgate antecipado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) por meio da CETIP, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio da BM&FBOVESPA, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA; ou (iii) por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso nos demais casos.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (Encargos Moratórios).

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um Evento de Inadimplemento).

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto abaixo:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de um Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) ou dos Bônus de Subscrição, declarada por meio de decisão judicial transitada em julgado;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer Controladora, por qualquer Controlada, e/ou por qualquer coligada da Companhia, da Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação;

- V. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo; (b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (f) eventos similares aos descritos nas alíneas (a) a (e) acima em outras jurisdições;
- VI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (Valor Base), sendo que, nesse caso, será recalculada toda a Remuneração paga até a data do efetivo pagamento, em cada data de pagamento de Remuneração, considerando-se uma taxa de 125% da variação acumulada da Taxa DI (Taxa Ajustada), sendo que as diferenças entre os valores recalculados e os valores efetivamente pagos, para cada data de pagamento de Remuneração, serão trazidas a valor presente pela Taxa Ajustada até a data do efetivo pagamento e adicionadas ao Valor Base; ou
 - (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada, de ações de emissão de qualquer Controlada ou de parcela cindida de qualquer Controlada; ou
 - (d) pela incorporação, por qualquer Controlada, de qualquer outra Controlada, de ações de emissão de qualquer outra Controlada ou de parcela cindida de qualquer outra Controlada; ou
 - (e) pela incorporação, pela Companhia ou por qualquer Controlada (de modo que a Companhia ou a Controlada seja a incorporadora) de qualquer sociedade, de ações de emissão de qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações de emissão da Companhia ou de ações de emissão da respectiva Controlada, desde que, em qualquer caso, seja realizada, imediatamente após a realização da operação, a atualização da classificação de risco (rating) das Debêntures e que a nova classificação de risco (rating) das Debêntures seja igual ou superior àquela obtida por ocasião da emissão das Debêntures; ou
 - (f) pela incorporação, por qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, de qualquer Controlada que não seja uma Controlada Relevante; ou

- (g) pela cisão, total ou parcial, de qualquer Controlada, desde que a totalidade da parcela cindida do patrimônio da Controlada cindida seja vertida para a Companhia e/ou para qualquer outra Controlada; ou
- (h) pela cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária de qualquer Controlada em razão de ordem judicial, sentença arbitral, exigência legal ou decisão do CADE;
- VIII. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. não manutenção de capital autorizado necessário ao exercício dos Bônus de Subscrição, nos termos previstos no item “– Bônus de Subscrição” acima;
- X. criação de ações preferenciais de emissão da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação;
- XI. alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de qualquer Controlada, se não resultar em alteração do objeto social principal da respectiva Controlada;
- XII. vencimento antecipado, seja por declaração do respectivo credor ou de forma automática, de qualquer dívida ou obrigação, incluindo qualquer Obrigação Financeira, da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora);
- XIII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; ou
- XIV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da seção “Destinação dos Recursos”, na página 93 deste Prospecto.

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Bônus de Subscrição, não sanado no prazo de dez Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

- II. aquisição, por terceiros, do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se o(s) novo(s) controlador(es) atender(em), cumulativamente, às seguintes condições: (a) possuir classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco (*rating*) atribuída à Companhia, em escala local, caso aplicável, pela Standard & Poors' ou pela Fitch Ratings, ou classificação similar publicada pela Moody's; (b) possuir histórico de adimplência de todas as suas obrigações com os mercados financeiros brasileiro e internacional similar ao da Companhia na Data de Emissão; e (c) manter as ações de emissão da Companhia listadas no Novo Mercado;
- III. pedido de cancelamento ou cancelamento (a) do registro da Companhia como companhia emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM; e/ou (b) da listagem das ações de emissão da Companhia e/ou dos Bônus de Subscrição no Novo Mercado, exceto se o cancelamento tenha ocorrido em virtude de reorganização societária envolvendo a Companhia que seja autorizada pelos Debenturistas ou permitida, nos termos do parágrafo acima, inciso VII, alínea (a) ou (b);
- IV. caso a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante deixe de manter todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, exceto por aquelas cuja ausência, perda ou não renovação não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- V. citação da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante em autuações na esfera administrativa ou medida judiciais iniciadas por órgãos governamentais de natureza fiscal, previdenciária, ambiental ou de defesa da concorrência, em qualquer jurisdição, exceto se, no prazo legal aplicável, tenham sido apresentadas as defesas, recursos e/ou exceções cabíveis, com o objetivo de suspender ou interromper tais autuações ou medida judiciais e, caso aplicável, tenham sido apresentadas garantias consideradas suficientes pelo respectivo juízo, exceto por tais eventos que não tenham um Efeito Adverso Relevante;
- VI. realização, pela Companhia ou por qualquer Controlada, de qualquer operação com parte(s) relacionada(s), exceto:
- (a) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se contratada em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços, e a taxas de juros e condições de mercado, no caso de mútuos; ou
 - (c) se contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou quaisquer de suas subsidiárias;
- VII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de um Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

- IX. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação que não seja Obrigação Financeira, em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00, ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de cinco Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- X. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00, ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, não sanado no prazo de cinco Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) para a Companhia ou qualquer Controlada; ou
 - (c) por venda de ativo(s) para terceiros em virtude de ordem judicial, sentença arbitral ou exigência legal de decisão do CADE; ou
 - (d) pela cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativo(s) em valor, individual ou, durante a vigência das Debêntures, agregado, considerando quaisquer aquisições de ativos a partir da Data de Emissão, igual ou inferior a 5% (x) do ativo consolidado da Companhia ou (y) da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor entre os itens (x) e (y), com base (i) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia então mais recentes à época da cessão, venda, alienação e/ou transferência em questão; ou, alternativamente, (ii) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013, o que for maior entre os itens (i) e (ii) acima;
- XIII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse, direta ou indireta, da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, que resultem em Efeito Adverso Relevante; ou

XIV. não observância, pela Companhia, do índice financeiro abaixo (Índice Financeiro), a ser assegurado pelo Auditor Independente (conforme definido na Escritura de Emissão) semestralmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Escritura de Emissão, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014: o quociente da divisão da Dívida Líquida pela soma do EBITDA dos quatro últimos trimestres, não deverá ser superior a:

- (a) 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014;
- (b) 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2014;
- (c) 3,50 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2015;
- (d) 3,25 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2015;
- (e) 3,0 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2016;
- (f) 2,75 vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2016; e
- (g) 2,50 vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos acima, o Agente Fiduciário deverá, nos termos da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de cinco Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, AGD, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos destinados ao pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

Publicidade

Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item "Publicidade" acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quórum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão;
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto no item "Extinção, Limitação e/ou não Divulgação da Taxa DI" acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto no parágrafo acima (quórum de 75% das Debêntures em Circulação); e
- III. as disposições referentes aos Bônus de Subscrição, que não estão sujeitas às deliberações de Debenturistas.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva AGD.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Contrato de Distribuição

Regime de Colocação

Desde que todas as condições previstas no Contrato de Distribuição, tenham sido satisfeitas, ou sua satisfação tenha sido renunciada pelos Coordenadores por escrito, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o Plano da Oferta, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série, observado o disposto no item "Melhores Esforços" abaixo; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item "Garantia Firme" abaixo.

Melhores Esforços

Desde que todas as condições previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas, ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série (Melhores Esforços e Debêntures Objeto dos Melhores Esforços, respectivamente).

Os Melhores Esforços descritos no parágrafo acima são válidos até a data de liquidação prevista no item "Cronograma Estimado das Etapas da Oferta", na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014.

Se até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014, as Debêntures Objeto dos Melhores Esforços não tiverem sido total ou parcialmente subscritas e integralizadas, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado, devendo a Escritura de Emissão ser aditada nos termos do Contrato de Distribuição.

Garantia Firme

Desde que todas as Condições Suspensivas tenham sido satisfeitas, ou sua satisfação tenha sido renunciada pelos Coordenadores por escrito, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de garantia firme, da totalidade das Debêntures da Segunda Série, até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014, na seguinte proporção:

- I. Coordenador Líder: 125.000 Debêntures, no valor de R\$125.000.000,00 (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder); e
- II. Votorantim: 125.000 Debêntures, no valor de R\$125.000.000,00 (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Votorantim e, em conjunto com as Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder, Debêntures Objeto da Garantia Firme).

A garantia firme descrita no parágrafo acima é válida até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014.

Se, até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014, as Debêntures Objeto da Garantia Firme não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que porventura não forem colocadas para investidores, observado que, em qualquer caso, a garantia firme será sempre exercida levando-se em conta a Remuneração, conforme prevista nas seções “Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Remuneração” acima.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures da Segunda Série por força da garantia firme prestada nos termos do item “Garantia Firme” acima; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures da Segunda Série antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures da Segunda Série será igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures da Segunda Série pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures da Segunda Série, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Público Alvo

Observado o disposto no item “Plano da Oferta” abaixo e seguintes, a Oferta será realizada para:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, exclusivamente titulares de Debêntures da Sexta Emissão que tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, observado que aqueles que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (Debenturistas da Sexta Emissão); e
- II. com relação às Debêntures da Segunda Série:
 - (a) no âmbito da Oferta Prioritária, titulares de ações de emissão da Companhia ao final do dia 7 de março de 2014 (Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária), que sejam, cumulativamente, titulares de ações de emissão da Companhia ao final do dia 10 de abril de 2014 (Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária), conforme as respectivas posições em custódia em tais datas na BM&FBOVESPA e no Escriturador, instituição escrituradora de ações de emissão da Companhia, e tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, observado que aqueles que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão se certificar que não existem restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impeçam ou restrinjam sua participação na Oferta Prioritária (Acionistas); e
 - (b) no âmbito da Oferta Institucional, investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409 (Investidores Institucionais).

Plano da Oferta

Os Coordenadores realizarão a Oferta de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio das instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar esforços de colocação das Debêntures da Primeira Série aos Debenturistas da Sexta Emissão, no âmbito da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, e das Debêntures da Segunda Série exclusivamente aos Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária (Instituições Consorciadas).

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação das Instituições Participantes da Oferta), por meio:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, de uma oferta aos Debenturistas I. da Sexta Emissão (Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão); e
- II. com relação às Debêntures da Segunda Série, de (a) uma oferta aos Acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 (Oferta Prioritária); e (b) uma oferta aos Investidores Institucionais (Oferta Institucional).

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia, e assegurarão (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes das Instituições Participantes da Oferta tenham recebido previamente exemplares deste Prospecto e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores (Plano da Oferta). O Plano da Oferta será fixado nos termos deste item e dos itens “Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão”, “Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária”, “Debêntures da Segunda Série – Oferta Institucional”, “Exclusão das Instituições Consorciadas” e “Formador de Mercado” abaixo.

Após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar, puderam ser realizadas apresentações para potenciais investidores (road show e/ou one-on-ones) (Apresentações para Potenciais Investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Companhia.

Os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados foram submetidos, por meio da ANBIMA, à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados, por meio da ANBIMA, à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400, conforme o caso.

Desde que todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas, ou sua satisfação tenha sido renunciada pelos Coordenadores por escrito, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

Iniciada a Oferta, observado o disposto nos itens abaixo, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na Data de Integralização, pelo Preço de Integralização.

Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão

No contexto da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, a totalidade das Debêntures da Primeira Série será destinada à colocação pública exclusivamente aos Debenturistas da Sexta Emissão que desejarem entregar em pagamento Debêntures da Sexta Emissão, de acordo com o procedimento abaixo indicado:

- I. no Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, cada um dos Debenturistas da Sexta Emissão interessado em participar da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão deverá ter realizado pedido de reserva de Debêntures da Primeira Série no âmbito da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto neste inciso e nos incisos IX, X, XI e XII abaixo, mediante preenchimento de formulário específico (Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão), com uma única Instituição Participante da Oferta. Os Debenturistas da Sexta Emissão deverão ter estipulado, no Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, a quantidade de Debêntures da Sexta Emissão a serem entregues em pagamento do Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderam aos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão realizados por Debenturistas da Sexta Emissão titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor;

- II. com relação (a) às Debêntures da Sexta Emissão custodiadas na CETIP, adicionalmente ao Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, o Debenturista da Sexta Emissão deverá, ainda, ter realizado um pedido de bloqueio no sistema da CETIP, informando a quantidade de Debêntures da Sexta Emissão a serem entregues em pagamento do Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série; e (b) às Debêntures da Sexta Emissão custodiadas na BM&FBOVESPA, adicionalmente ao Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, o Debenturista da Sexta Emissão deverá, ainda, ter realizado um pedido de bloqueio no sistema da BM&FBOVESPA, informando a quantidade de Debêntures da Sexta Emissão a serem entregues em pagamento do Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série;
- III. as Debêntures da Sexta Emissão objeto do respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão e indicadas nos termos do inciso II acima permanecerão bloqueadas para qualquer negociação ou movimentação até a respectiva Data de Integralização;
- IV. as Instituições Participantes da Oferta recomendaram aos Debenturistas da Sexta Emissão interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verificassem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão; (c) entrassem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta; (d) caso as Debêntures da Sexta Emissão, de sua titularidade, estejam custodiadas na CETIP, se certificassem que seus respectivos cadastros estavam atualizados na respectiva Instituição Participante da Oferta, observando os procedimentos para a Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão aqui descritos; e (e) caso as Debêntures da Sexta Emissão, de sua titularidade, estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, se certificassem que seus respectivos cadastros estavam atualizados na respectiva Instituição Participante da Oferta, observando os procedimentos para a Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão aqui descritos;
- V. antes de terem apresentado seus Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, os Debenturistas da Sexta Emissão que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão ter se certificado que não existiam restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impedissem ou restringissem sua participação na Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão;
- VI. os Debenturistas da Sexta Emissão deverão ter realizado seus Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão exclusivamente no período de 10 de abril de 2014, inclusive, a 14 de abril de 2014, inclusive (Período de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão), sendo que os Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão a sua condição de Pessoa Vinculada;

VII. tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial (a Oferta das Debêntures da Primeira Série será realizada em regime de melhores esforços), nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o Debenturista da Sexta Emissão poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

- (a) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o Debenturista da Sexta Emissão (i) tiver realizado o bloqueio nos termos do inciso II acima e ainda não tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX abaixo, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão desbloqueadas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou (ii) já tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX abaixo, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão devolvidas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou
- (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Debenturista da Sexta Emissão, mas que não poderá ser inferior a 250.000 Debêntures, podendo o Debenturista da Sexta Emissão, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures da Primeira Série subscritas por tal Debenturista da Sexta Emissão ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Debenturista da Sexta Emissão em receber a totalidade das Debêntures da Primeira Série subscritas por tal Debenturista da Sexta Emissão, sendo que, se o Debenturista da Sexta Emissão tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o Debenturista da Sexta Emissão (i) tiver realizado o bloqueio nos termos do inciso II acima e ainda não tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX abaixo, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão desbloqueadas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou (ii) já tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX abaixo, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão devolvidas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição;

VIII. como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. **Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto;**

- IX. na Data de Integralização, cada Debenturista da Sexta Emissão deverá subscrever as respectivas Debêntures e efetuar o pagamento do Preço de Integralização, mediante dação em pagamento das Debêntures da Sexta Emissão objeto do respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, por meio do MDA ou da Central Depositária da BM&FBOVESPA, ficando, desde já, a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, a CETIP e a BM&FBOVESPA autorizadas a transferir da custódia do Debenturista da Sexta Emissão para a custódia da Companhia (para posterior cancelamento) a quantidade de Debêntures da Sexta Emissão indicada no respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão e bloqueada nos termos dos incisos II e III acima, sob pena de, caso tal procedimento não seja possível, ter seu Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão automaticamente cancelado;
- X. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) o Debenturista da Sexta Emissão poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, devendo, para tanto, informar sua decisão para a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Debenturista da Sexta Emissão, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Debenturista da Sexta Emissão em não revogar sua aceitação. Se o Debenturista da Sexta Emissão revogar sua aceitação e se o Debenturista da Sexta Emissão (i) tiver realizado o bloqueio nos termos do inciso II acima e ainda não tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão desbloqueadas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou (ii) já tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão devolvidas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição;
- XI. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto que altere substancialmente o risco assumido pelo Debenturista da Sexta Emissão ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o Debenturista da Sexta Emissão poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Debenturista da Sexta Emissão, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Debenturista da Sexta Emissão em não revogar sua aceitação. Se o Debenturista da Sexta Emissão revogar sua aceitação e se o Debenturista da Sexta Emissão (i) tiver realizado o bloqueio nos termos do inciso II acima e ainda não tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão desbloqueadas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou (ii) já tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão devolvidas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; e

- XII. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão comunicará tal evento aos Debenturistas da Sexta Emissão, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Debenturista da Sexta Emissão (i) tiver realizado o bloqueio nos termos do inciso II acima e ainda não tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão desbloqueadas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou (ii) já tiver entregue as respectivas Debêntures da Sexta Emissão nos termos do inciso IX acima, referidas Debêntures da Sexta Emissão serão devolvidas, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição.

A Companhia e o Agente Fiduciário atestaram que o mecanismo de utilização dos créditos das Debêntures da Sexta Emissão para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão.

Características das Debêntures da Sexta Emissão

As Debêntures da Sexta Emissão compreendem 320.000 debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantias adicionais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, portanto, R\$320.000.000,00, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com prazo de cinco anos contados da data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento. Os titulares das Debêntures da Sexta Emissão fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, pagos semestralmente, correspondentes a 99% da variação acumulada da Taxa DI. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures da Sexta Emissão foram integralmente utilizados para reperfilamento de passivos financeiros da Companhia.

Quadro Comparativo entre as Debêntures da Sexta Emissão e as Debêntures

	Debêntures da Sexta Emissão	Debêntures da Sétima Emissão
Espécie	Quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.	Quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.
Conversibilidade	Conversível em ações ordinárias de emissão da Companhia.	Não conversível em ações de emissão da Companhia.
Vantagem adicional	Não há.	Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 Bônus de Subscrição, sendo que cada Bônus de Subscrição dará direito à subscrição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.
Prazo	Cinco anos.	Cinco anos.
Data de Vencimento	1º de abril de 2018.	1º de abril de 2019.

	Debêntures da Sexta Emissão	Debêntures da Sétima Emissão
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes a 99% da variação acumulada da Taxa DI.	Juros remuneratórios correspondentes a 99% da variação acumulada da Taxa DI.
Pagamento da Remuneração	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures da Sexta Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, nos termos previstos na escritura da 6ª Emissão, a remuneração das Debêntures da Sexta Emissão será paga semestralmente a partir da data de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, no dia primeiro dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2013 e o último, na data de vencimento das Debêntures da Sexta Emissão, exceto se as Debêntures da Sexta Emissão forem convertidas em Ações, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, caso em que, com relação às Debêntures da Sexta Emissão convertidas em Ações, sem prejuízo do disposto na escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, a remuneração das Debêntures da Sexta Emissão será devida <i>pro rata temporis</i> desde a data de integralização das Debêntures da Sexta Emissão ou a data de pagamento de remuneração das Debêntures da Sexta Emissão imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão.	Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia primeiro dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento.

Conversão das Debêntures da Sexta Emissão em Ações ou Exercício dos Bônus de Subscrição em Ações

Debêntures da Sexta Emissão

Quantidade de Ações = VN/Preço de Conversão por Ação, onde:

"Quantidade de Ações" significa a quantidade de Ações em que cada Debênture da Sexta Emissão poderá ser convertida, desconsiderando-se as frações;

"VN" significa o valor nominal de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão; e

"Preço de Conversão por Ação" significa:

- (i) R\$30,303030, correspondente a 114,21% da média dos preços de fechamento por Ação dos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente anteriores a 7 de março de 2013 ("Preço de Conversão por Ação Original"); ou
- (ii) caso, a qualquer tempo durante o período de conversão das Debêntures da Sexta Emissão, ocorra qualquer emissão de Ações pela Companhia, para subscrição pública ou particular, exceto se tal emissão decorrer do exercício de plano de opção de compra de ações já existente na data de emissão das Debêntures da Sexta Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à data de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, o Preço de Conversão por Ação passará a ser o menor valor entre (a) o preço de emissão por Ação objeto de tal emissão; ou (b) o Preço de Conversão por Ação Original.

Debêntures da Sétima Emissão

Cada Debênture fará jus a 32 Bônus de Subscrição, sendo que cada Bônus de Subscrição dará direito à subscrição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

O preço de emissão das Ações será de:

- I. R\$31,25 por Ação (Preço de Emissão); ou
- II. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre de 1º de abril de 2014 e de 1º de abril de 2017 (exceto nos casos previstos abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição, exclusivamente pelo prazo de 60 dias contados da data em que o preço de emissão por ação ordinária da nova emissão pela Companhia for estabelecido, poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão. Após o decurso do referido prazo de 60 dias, o Preço de Emissão será reestabelecido conforme valor mencionado no inciso I acima; ou
- III. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre de 2 de abril de 2017 e de 1º de abril de 2019 (exceto nos casos previstos abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão até 1º de abril de 2019.

Debêntures da Sexta Emissão

Tendo em vista a fórmula acima, na data de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, cada Debênture da Sexta Emissão corresponderá a 33 Ações.

Debêntures da Sétima Emissão

O disposto no parágrafo acima, incisos II e III, não será aplicável se as referidas emissões de ações (i) resultarem em um preço de emissão por ação superior ao Preço de Emissão; (ii) decorrerem do exercício de plano de opção de compra de ações da Companhia já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão; (iii) decorrerem da conversão das Debêntures da Sexta Emissão; ou (iv) decorrerem dos eventos societários permitidos nos termos da Escritura de Emissão.

Covenants Financeiros

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, a serem apurados pelo Auditor Independente (conforme definido na escritura de Emissão das Debêntures da Sexta Emissão) semestralmente, nos termos da Escritura de Emissão, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2014: o quociente da divisão da Dívida Líquida⁽²⁾ pelo EBITDA⁽³⁾, que deverá ser igual ou inferior a:

- I. 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2014;
- II. 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2014;
- III. 3,50 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2015;
- IV. 3,25 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2015;

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, a serem assegurados pelo Auditor Independente (conforme definido na Escritura de Emissão) semestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2014: o quociente da divisão da Dívida Líquida⁽²⁾ pela soma do EBITDA⁽⁴⁾ dos quatro últimos trimestres, não deverá ser superior a:

- I. 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2014;
- II. 3,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2014;
- III. 3,50 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2015;
- IV. 3,25 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2015;

Debêntures da Sexta Emissão	Debêntures da Sétima Emissão
V. 3,00 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2016;	V. 3,00 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2016;
VI. 2,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2016; e	VI. 2,75 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro de 2016; e
VII. 2,50 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 30 de junho de 2017 e às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 31 de dezembro e a 30 de junho subsequentes.	VII. 2,50 vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia ⁽¹⁾ relativas a 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em 14 de abril de 2014, a Companhia realizou assembleia geral de Debenturistas da Sexta Emissão, que aprovou a modificação dos índices financeiros, entre outros assuntos relacionados. Tendo em vista tal aprovação, os índices financeiros das Debêntures da Sexta Emissão passaram a ser os mesmos aplicáveis às Debêntures, conforme descrito acima.

- ⁽¹⁾ Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia significa, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão e da Escritura de Emissão, (i) demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por Auditor Independente (conforme definido na Escritura de Emissão), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; e (ii) as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, em conjunto.
- ⁽²⁾ Dívida Líquida significa, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão e da Escritura de Emissão, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório do endividamento financeiro da Companhia do circulante e do não circulante, venda de recebíveis com coobrigação, garantias em favor de terceiros, *leasing* financeiro, debêntures e notas, passivos oriundos de outros instrumentos financeiros, incluindo contas a pagar de operações de fusão e aquisição e dívidas oriundas de aquisições de novas entidades ainda não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, deduzido da rubrica “caixa e aplicações financeiras”.
- ⁽³⁾ EBITDA significa, nos termos da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, depreciação e amortização, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012.
- ⁽⁴⁾ EBITDA significa, nos termos da Escritura de Emissão, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012.

Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, o montante de 187.500 Debêntures da Segunda Série, ou seja, 75% das Debêntures da Segunda Série, será destinado prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que desejarem exercer seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado:

- I. os Acionistas puderam ceder, uma única vez, para um único Acionista cessionário, e exclusivamente entre Acionistas, seus respectivos direitos de prioridade, no todo ou em parte, para subscrição das Debêntures da Segunda Série (e respectivos Bônus de Subscrição) destinadas à Oferta Prioritária, desde que fossem atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Acionista cedente e o Acionista cessionário celebrassem termo de cessão de direitos de prioridade, conforme modelo anexo ao Prospecto Preliminar (Termo de Cessão de Direitos de Prioridade); e (b) exclusivamente em 2 de abril de 2014, até as 16h, uma via do Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, devidamente firmado, com firma reconhecida, acompanhado, (i) no caso de Acionistas representados por procuradores, de procuração, outorgada por meio de instrumento público; e (ii) no caso de Acionistas que não sejam pessoas físicas, de cópia autenticada de todos os documentos que comprovassem os respectivos poderes de representação (incluindo estatuto social, contrato social, regulamento e atos de nomeação de representantes), fosse entregue ao Coordenador Líder (Banco Fator S.A., Rua Dr. Renato Paes de Barros 1017, 12º andar, CEP 04530-001, São Paulo, SP, aos cuidados do Sr. Mauro Monteiro de Miranda, telefone (11) 3049-6178); observado que não havendo o atendimento aos requisitos previstos neste inciso, ou se fosse apontada qualquer incongruência, distorção, incompatibilidade ou incorreção pela BM&FBOVESPA e/ou pelo Escriturador, com relação a qualquer informação fornecida pelo Acionista cedente e/ou pelo Acionista cessionário no Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, a cessão seria desconsiderada, sendo o Limite de Subscrição Proporcional que viesse a ser cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade automaticamente cancelado;
- II. no Período de Reserva da Oferta Prioritária, cada um dos Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária deverá ter realizado pedido de reserva de Debêntures da Segunda Série no âmbito da Oferta Prioritária, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto neste inciso e nos incisos IX, XIII, XIV, XV e XVI abaixo, mediante preenchimento de formulário específico (Pedido de Reserva da Oferta Prioritária), com uma única Instituição Participante da Oferta. Os Acionistas deverão ter estipulado, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, um valor máximo de investimento e o interesse em subscrever sobras na Oferta Prioritária. As Instituições Participantes da Oferta somente atenderam aos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados por Acionistas titulares de conta neles aberta ou mantida pelo respectivo investidor;

- III. as Instituições Participantes recomendaram aos Acionistas interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verificassem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; (c) entrassem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta; (d) caso as ações de emissão da Companhia, de sua titularidade, estejam custodiadas no Escriturador, se certificassem que seus respectivos cadastros estavam atualizados no Escriturador, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos; e (e) caso as ações de emissão da Companhia, de sua titularidade, estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, se certificassem que seus respectivos cadastros estavam atualizados em uma das Instituições Participantes da Oferta, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos;
- IV. antes de terem apresentado seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, os Acionistas que não sejam residentes e domiciliados ou com sede no Brasil deverão ter se certificado que não existiam restrições legais ou regulamentares em suas respectivas jurisdições que impedissem ou restringissem sua participação na Oferta Prioritária;
- V. os Acionistas deverão ter realizado seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária exclusivamente nos dias 3 e 4 de abril de 2014 (Período de Reserva da Oferta Prioritária), sendo que os Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária a sua condição de Pessoa Vinculada;
- VI. tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial (a Oferta das Debêntures da Primeira Série será realizada em regime de melhores esforços), nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição:
- (a) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou

- (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Acionista, mas que não poderá ser inferior a 250.000 Debêntures, podendo o Acionista, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal Acionista ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal Acionista, sendo que, se o Acionista tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição;
- VII. tendo em vista que (a) os Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (b) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos aqui previstos, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido verificado excesso de demanda da Oferta. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – *O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.*”, deste Prospecto;
- VIII. foi assegurado a cada um dos Acionistas que tenha realizado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, o direito de (a) subscrever Debêntures da Segunda Série até o limite proporcional de participação de tal Acionista no capital social total da Companhia (sem considerar as ações em tesouraria); (b) subscrever eventuais sobras de Debêntures da Segunda Série que cabiam aos Acionistas que não realizaram Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, nos termos do inciso X abaixo; e (c) subscrever Debêntures da Segunda Série em decorrência da cessão de direitos de prioridade que tenha sido realizada nos termos do inciso I acima, até o limite proporcional de participação do Acionista cedente no capital social total da Companhia (sem considerar as ações em tesouraria) cujo direito de prioridade tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade; sendo que, em qualquer caso, cada ação ordinária de emissão da Companhia de titularidade do Acionista assegurará ao Acionista o direito de subscrever 0,001981849 Debêntures da Segunda Série, sendo certo que as Debêntures da Segunda Série somente poderão ser subscritas em quantidades inteiras (Limite de Subscrição Proporcional);

- IX. a verificação do Limite de Subscrição Proporcional de cada um dos Acionistas foi realizada na Primeira Data de Corte da Oferta Prioritária, conforme as respectivas posições em custódia em tal data na BM&FBOVESPA e no Escriturador, desconsiderando-se as frações, observado que, (a) com relação à participação do próprio Acionista, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com o Escriturador na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, fosse inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, o Limite de Subscrição Proporcional foi ajustado para a respectiva posição em custódia do Acionista na Segunda Data de Corte, limitado, em qualquer caso, ao valor máximo de investimento previsto no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; e (b) com relação ao direito de prioridade que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista cedente, verificada com a BM&FBOVESPA ou com o Escriturador na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, fosse inferior ao direito de prioridade que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, a cessão foi desconsiderada, sendo o Limite de Subscrição Proporcional que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade automaticamente cancelado;
- X. não tendo havido manifestação por meio da celebração de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por qualquer dos Acionistas com relação à integralidade do seu respectivo direito de subscrever Debêntures da Segunda Série no âmbito da Oferta Prioritária, as Debêntures da Segunda Série remanescentes, resultantes de tal não manifestação, foram alocadas prioritariamente entre os Acionistas que participaram da etapa imediatamente anterior ao atendimento do pedido de sobras (Etapa Inicial) e manifestaram sua intenção de subscrição de sobras de Debêntures da Segunda Série da Oferta Prioritária, em uma única etapa para atendimento do pedido de sobras (Etapa de Sobras). Nesse caso, a subscrição das sobras de Debêntures da Segunda Série da Oferta Prioritária observou o limite proporcional de participação no capital social total da Companhia (sem considerar as ações em tesouraria) de cada Acionista que manifestou interesse em participar da Etapa de Sobras, observada sua disponibilidade financeira para tal, em relação ao somatório das participações no capital social total da Companhia (sem considerar as ações em tesouraria) de todos os Acionistas que manifestaram interesse em participar da Etapa de Sobras e possuísem disponibilidade financeira para tal, sendo certo que a alocação das Debêntures da Segunda Série disponíveis na Etapa de Sobras para cada Acionista foi igual (a) à quantidade de Debêntures da Segunda Série correspondente ao percentual a que tal Acionista tinha direito na Etapa de Sobras, conforme definido acima; ou (b) à quantidade de Debêntures da Segunda Série resultante do valor objeto do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária que exceder a quantidade atendida na Etapa Inicial, o que for menor entre as alíneas (a) e (b). As Debêntures da Segunda Série da Oferta Prioritária remanescentes após a Etapa de Sobras foram destinadas à Oferta Institucional;
- XI. os Acionistas que desejarem subscrever Debêntures da Segunda Série em quantidade superior ao que lhes foi alocado no âmbito da Oferta Prioritária puderam participar da Oferta Institucional, se fossem Investidores Institucionais, desde que tenham atendido às condições aplicáveis à Oferta Institucional, de acordo com o procedimento ali previsto;
- XII. até as 12h do primeiro Dia Útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Acionista pela Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Integralização, a quantidade de Debêntures da Segunda Série alocadas e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;

- XIII. na Data de Integralização, cada Acionista deverá subscrever as respectivas Debêntures da Segunda Série, e efetuar o pagamento do Preço de Integralização, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária automaticamente cancelado;
- XIV. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) o Acionista poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, devendo, para tanto, informar sua decisão para a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Acionista, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária;
- XV. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o Acionista poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao Acionista, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Acionista em não revogar sua aceitação. Se o Acionista revogar sua aceitação e se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- XVI. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resiliado, todos os Pedido de Reserva da Oferta Prioritária serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária comunicará tal evento aos Acionistas, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o Acionista já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Debêntures da Segunda Série – Oferta Institucional

As Debêntures da Segunda Série destinadas à Oferta Prioritária que não tiverem sido alocadas na Oferta Prioritária serão destinadas à Oferta Institucional juntamente com as demais Debêntures da Segunda Série, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. no âmbito da Oferta Institucional, não haverá recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- II. tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial (a Oferta das Debêntures da Primeira Série será realizada em regime de melhores esforços), nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o investidor poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição:
 - (a) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição; ou
 - (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior a 250.000 Debêntures, podendo o investidor, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal investidor ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures da Segunda Série subscritas por tal investidor, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição;
- III. foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta;
- IV. encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures da Segunda Série;

- V. como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures da Segunda Série, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. **O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, deste Prospecto;**
- VI. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;
- VII. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- VIII. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Companhia comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Exclusão das Instituições Consorciadas

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no contrato de adesão ao Contrato de Distribuição celebrado com as Instituições Consorciadas ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

Remuneração dos Coordenadores

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, a título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará, na Data de Integralização, as seguintes comissões (em conjunto, Comissionamento):

- I. comissão de estruturação e coordenação: 0,30%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures da Segunda Série emitidas, devida aos Coordenadores, a ser dividida igualmente entre cada um dos Coordenadores;
- II. comissão de colocação: com relação:
 - (a) às Debêntures da Primeira Série, 0,30%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures da Primeira Série emitidas, devida aos Coordenadores, a ser dividida igualmente entre cada um dos Coordenadores, observado que, para fins de cálculo da comissão de colocação, não serão consideradas as Debêntures da Primeira Série colocadas direta ou indiretamente aos membros integrantes da Família Iochpe e à BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; e
 - (b) às Debêntures da Segunda Série, 0,30%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures da Segunda Série emitidas, devida aos Coordenadores, a ser dividida igualmente entre cada um dos Coordenadores;
- III. prêmio de garantia firme: 0,15%, calculado sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures Objeto da Garantia Firme, independentemente do exercício da garantia firme a que se refere o item “Melhores Esforços” acima, devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme; e

IV. comissão de colocação das Instituições Consorciadas: com relação:

- (a) às Debêntures da Primeira Série, 0,05%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures da Primeira Série efetivamente colocadas pela respectiva Instituição Consorciada no âmbito da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, devida à respectiva Instituição Consorciada, sendo que (i) 40% de tal comissão será devida pela Companhia; e (ii) 60% de tal comissão será descontada da comissão de colocação devida aos Coordenadores, conforme previsto no inciso II acima, alínea (a); e
- (b) às Debêntures da Segunda Série, 0,10%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures da Segunda Série efetivamente colocadas pela respectiva Instituição Consorciada no âmbito da Oferta Prioritária, devida à respectiva Instituição Consorciada, sendo que (i) 40% de tal comissão será devida pela Companhia; e (ii) 60% de tal comissão será descontada da comissão de colocação aos Coordenadores, conforme previsto no inciso II acima, alínea (b).

O pagamento do Comissionamento será feito na Data de Integralização, em moeda corrente nacional, e deverá ser acrescido dos valores relativos a todos os tributos atuais, incidentes sobre os pagamentos, comissionamentos e reembolsos devido aos Coordenadores no âmbito da Emissão e da Oferta. A Companhia deverá fazer os pagamentos devidos líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre as operações das espécies da Emissão e da Oferta, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes. Dessa forma, todos os pagamentos relativos ao Comissionamento serão acrescidos dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de forma que os Coordenadores recebam o Comissionamento como se tais tributos não fossem incidentes (gross up). Os Coordenadores concordam que a obrigação constante deste parágrafo não se aplica à retenção de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL devidos sobre os pagamentos feitos a título de Comissionamento.

Cópia do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Companhia e dos Coordenadores, nos endereços previstos na seção “Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores”, na página 12 deste Prospecto.

Custos Estimados da Oferta

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Descrição	Valor Total (R\$)	Valor por Debênture (R\$)⁽¹⁾	% do Valor Total da Oferta
Valor Total	397.732.000,00	1.000,00	100,00%
Custo Total	4.643.757,85	11,68	1,17%
Comissões incluindo tributos incidentes sobre o			
comissionamento	2.378.502,58	5,98	0,60%
Comissão de Colocação	1.044.177,00	2,63	0,26%
Comissão de Estruturação e Coordenação	750.000,00	1,89	0,19%
Prêmio de Garantia Firme	375.000,00	0,94	0,09%
Tributos incidentes sobre o comissionamento	209.325,58	0,53	0,05%
Taxa de Registro na CVM	248.610,00	0,63	0,06%
CETIP	30.000,00	0,08	0,01%
BM&FBOVESPA	112.000,00	0,28	0,03%
ANBIMA	45.463,20	0,11	0,01%
Advogados	800.000,00	2,01	0,20%
Auditores	800.000,00	2,01	0,20%
Escriturador Mandatário e Banco Liquidante ⁽³⁾	23.760,00	0,06	0,01%
Agente Fiduciário ⁽³⁾	9.500,00	0,02	0,00%
Classificação de Risco	60.000,00	0,15	0,02%
Outras ⁽²⁾	100.000,00	0,25	0,03%
Comissão de Colocação das Instituições			
Consociadas ⁽⁴⁾	35.922,07	0,09	0,01%
Valor Líquido para a Companhia	393.088.242,15	988,32	98,83%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e publicações de anúncios e avisos.

⁽³⁾ Valor anual.

⁽⁴⁾ Considerando a remuneração máxima a ser recebida pelas Instituições Consociadas, caso a totalidade das Debêntures da Oferta Prioritária seja colocada por meio das Instituições Consociadas.

A tabela abaixo indica o custo estimado para a Companhia da Oferta por Debênture.

	Valor Nominal Unitário	Custo da Distribuição	% em relação ao preço unitário	Valor Líquido⁽¹⁾
Por Debênture	1.000,00	11,68	1,17%	988,32

⁽¹⁾ Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures e/ou aos Bônus de Subscrição, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures e dos Bônus de Subscrição no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta, Modificação da Oferta, Suspensão da Oferta e Cancelamento ou Revogação da Oferta

Para informações a respeito da manifestação de revogação da aceitação à oferta, modificação da oferta, suspensão da oferta e cancelamento ou revogação da oferta, ver itens “– Debêntures da Primeira Série – Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão”, “– Debêntures da Segunda Série – Oferta Prioritária” e “– Debêntures da Segunda Série – Oferta Institucional”, nas páginas 61, 70 e 75 deste Prospecto.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores

Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, mais especificamente ações (código MYPK3) e debêntures (código MYPK-D61), diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder não atingiu, e não atingiu, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia.

Em 1º de abril de 2013, a Companhia emitiu as Debêntures da Sexta Emissão, composta de 320.000 debêntures nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$320.000.000,00, em série única, com vencimento em 1º de abril de 2018 e remunerada a 99% do CDI, sendo que o valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. O Coordenador Líder foi contratado para estruturar referida emissão, fazendo jus a remuneração de R\$964,0 mil sobre o valor total da operação, sendo (i) 0,200% a título de prêmio de garantia firme; (ii) 0,150% a título de comissão de estruturação e coordenação; (iii) 0,150% a título de comissão de colocação; e (iv) 0,036% a título de comissão de sucesso.

Na data deste prospecto, o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico são debenturistas da 6ª Emissão de Debêntures da Companhia, com as seguintes posições: (i) Banco Fator S.A. detém 52.152 debêntures; (ii) Venilton Tadini, diretor presidente, membro do Conselho de Administração e acionista minoritário do Coordenador Líder detém cinco Debêntures da Sexta Emissão; (iii) Walter Appel, controlador indireto e membro do Conselho de Administração do Coordenador Líder detém 1.500 Debêntures da Sexta Emissão; e (iv) Fator Seguros FIM, que tem como cotista Fator Seguradora S.A., controlada do Coordenador Líder, detém 494 Debêntures da Sexta Emissão. Eventualmente, os administradores do Coordenador Líder e/ou suas controladas podem possuir posições indiretas que não detêm conhecimento, restando impossibilitado o seu detalhamento neste Prospecto. Para maiores informações, vide seção “Destinação dos Recursos” na página 93 deste Prospecto.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta”, na página 79 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento da Companhia com o Votorantim

Em 15 de março de 2013, a Companhia emitiu as Debêntures da Quinta Emissão, composta por 124.000 debêntures nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante total de R\$1.240.000,00, em série única, com vencimento em 15 de março de 2022, e remuneração equivalente a 100% do CDI, acrescido de uma sobretaxa entre 3,25% a 2,25%, a depender do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA da Companhia, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado, sendo que o valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. O Votorantim foi contratado para estruturar referida emissão, fazendo jus a remuneração de R\$1.640 mil, por ter atuado na qualidade de coordenador da referida oferta, a título de comissão de estruturação e coordenação, garantia firme e colocação.

Na data deste prospecto o Votorantim e seu respectivo conglomerado econômico são titulares de Debêntures da Quinta Emissão, cujo saldo principal corresponde a R\$290,0 milhões. Para maiores informações, vide seção "Destinação dos Recursos" na página 93 deste Prospecto e seção **"Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição – Poderá haver conflito de interesses entre o Votorantim e os investidores das Debêntures da Segunda Série, tendo em vista que o Votorantim é titular de Debêntures da Quinta Emissão."**, na página 85 deste Prospecto.

Adicionalmente, em 5 de março de 2014 o Votorantim e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia e suas controladas nas operações financeiras descritas abaixo:

Iochpe Maxion S.A.

Tipo de operação: BNDES EXIM Pré-Embarque

- Data de Início do Contrato: 16 de julho de 2012.
- Data de Vencimento: 15 de agosto de 2015.
- Condições de Pagamento: no vencimento.
- Valor Total do crédito: em R\$20.816,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$20.887,3 mil.
- Taxa Contratual: 8% ao ano.
- Finalidade: pré-embarque.
- Garantia: sem garantia.

Tipo de operação: BNDES EXIM Pré-Embarque

- Data de Início do Contrato: 21 de novembro de 2012.
- Data de Vencimento: 15 de dezembro de 2015.
- Condições de Pagamento: parcela única, no vencimento.

- Valor Total do crédito: R\$20.263,00 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$20.608,1 mil.
- Taxa Contratual: 8% ao ano.
- Finalidade: pré-embarque.
- Garantia: sem garantia.

Tipo de operação: BNDES EXIM Pré-Embarque

- Data de Início do Contrato: 7 de junho de 2013.
- Data de Vencimento: 15 de junho de 2016.
- Condições de Pagamento: no vencimento.
- Valor Total do crédito: R\$40.488,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$40.966,5 mil.
- Taxa Contratual: 5,50% ao ano.
- Finalidade: pré-embarque.
- Garantia: sem garantia.

Tipo de operação: BNDES PSI

- Data de Início do Contrato: 30 de junho de 2010.
- Data de Vencimento: 15 de junho de 2015.
- Condições de Pagamento: carência de 12 meses, amortização de principal em 48 meses.
- Valor Total do crédito: R\$243.664,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$86.466,8 mil.
- Taxa Contratual: 4,50% ao ano.
- Finalidade: O financiamento destina-se à aquisição de equipamentos.
- Garantia: alienação fiduciária dos bens adquiridos.

Tipo de operação: Fiança

- Data de Início do Contrato: 30 de agosto de 2013.
- Data de Vencimento: indeterminado.
- Condições de Pagamento: comissão de fiança mensal antecipado.
- Valor Total Tomado: R\$38.438,5 mil.
- Taxa Contratual: 1,5%, calculado linearmente, base 360 dias.
- Finalidade: garantias ao Processo Administrativo nº 13881.000148/2003-79.

Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários

Tipo de operação: Leasing Financeiro

- Data de Início do Contrato: 10 de abril de 2013.
- Data de Vencimento: 10 de abril de 2015.
- Condições de Pagamento/Valor Residual Garantido (VRG): uma parcela, paga ao término do prazo do arrendamento, equivalente a 20% do valor global dos bens.
- Valor Total Estimado: R\$567.000,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$391.015,3 mil.
- Taxa Contratual: 11,42% ao ano.
- Finalidade: arrendamento mercantil financeiro de bens, no caso veículos.
- Garantia: alienação fiduciária de veículos.

Tipo de operação: BNDES PSI

- Data de Início do Contrato: 16 de dezembro de 2013.
- Data de Vencimento: 15 de maio de 2014.
- Condições de Pagamento: mensal, após a carência de três meses.
- Valor Total do crédito: R\$50.417,3 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$50.779,9 mil.
- Taxa Contratual: 3,50% ao ano.
- Finalidade: produção de equipamentos.
- Garantia: equipamentos produzidos.

Tipo de operação: BNDES Automático

- Data de Início do Contrato: 27 de setembro de 2012.
- Data de Vencimento: 15 de outubro de 2015.
- Condições de Pagamento: Prazo de carência de 12 meses e Amortização de Principal em 24 parcelas mensais.
- Valor Total do crédito: R\$20.000,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$18.183,3 mil.
- Taxa Contratual: 3,65 % ao ano.
- Finalidade: aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro, na forma de capital de giro.
- Garantia: sem garantia.

Tipo de operação: BNDES Automático

- Data de Início do Contrato: 11 de outubro de 2012.
- Data de Vencimento: 15 de outubro de 2015.
- Condições de Pagamento: carência de 12 meses e amortização de principal em 24 parcelas mensais.
- Valor Total do crédito: R\$8.000,0 mil.
- Saldo Total em Aberto em 5 de março de 2014: R\$7.218,7 mil.
- Taxa Contratual: 3,65% ao ano.
- Finalidade: aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro, na forma de capital de giro.
- Garantia: sem garantia.

Tipo de operação: Fiança

- Data de Início do Contrato: 27 de junho de 2013.
- Data de Vencimento: 27 de junho de 2014.
- Condições de Pagamento: semestral.
- Valor Total Tomado: R\$11.634,1 mil.
- Taxa Contratual: 2% ao ano.
- Finalidade: exclusivamente para garantir as obrigações pecuniárias assumidas pelo afiançado, no contrato de locação de imóvel comercial, firmado entre o afiançado e o favorecido em 13 de junho de 2013, referente ao imóvel situado no Sítio São João, no Jardim São Camilo, na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.
- Garantia: sem garantia.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o Votorantim e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta” deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Votorantim cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

O relacionamento decorrente das Debêntures da Quinta Emissão, descrito acima, gera um conflito de interesses na atuação do Votorantim como instituição intermediária da Oferta, uma vez que as Debêntures da Quinta Emissão serão amortizadas antecipadamente com recursos provenientes das Debêntures da Segunda Série.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA, ÀS DEBÊNTURES E AOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures, aos Bônus de Subscrição e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência da Companhia.

O investimento nas Debêntures pode sofrer diversos fatores de riscos, hipóteses em que, em um cenário negativo, os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Poderá haver conflito de interesses entre o Votorantim e os investidores da Oferta caso o Votorantim venha a adquirir Debêntures da Segunda Série, tendo em vista que o Votorantim é titular de Debêntures da Quinta Emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures da Segunda Série serão integralmente utilizados para a amortização parcial antecipada das obrigações decorrentes das Debêntures da Quinta Emissão. O saldo credor de principal do Votorantim em relação às Debêntures da Quinta Emissão corresponde, na data deste Prospecto, a R\$290,0 milhões, e, portanto, existe um potencial conflito de interesse entre a sua atuação como instituição intermediária da Oferta e a destinação dos recursos líquidos da Oferta. Para mais informações sobre as Debêntures da Quinta Emissão, vide seção “Destinação dos Recursos”, na página 93 deste Prospecto.

O regime de colocação das Debêntures da Primeira Série – melhores esforços – não garante a colocação total das Debêntures, podendo atingir a destinação dos recursos da Companhia.

O Contrato de Distribuição, firmado entre a Companhia e os Coordenadores, prevê a colocação das Debêntures da Primeira Série sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série. Nenhuma garantia pode ser dada de que as Debêntures da Primeira Série serão efetivamente colocadas.

Ademais por conta do regime de melhores esforços, os investidores poderão, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja Oferta de todas ou de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor.

Se até a data de liquidação prevista no item “Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, na página 36 deste Prospecto, qual seja, 30 de abril de 2014, as Debêntures da Primeira Série, não tiverem sido total ou parcialmente subscritas e integralizadas, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado.

Assim, substituição da Debêntures da Sexta Emissão pretendida pela Companhia com a colocação das Debêntures da Primeira Série poderá não ser totalmente atingida.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia com relação às Debêntures, tais como (i) pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Companhia; (ii) não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão; (iii) não observância de certos índices financeiros; e (iv) vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Companhia poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

Para mais informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Vencimento Antecipado”, na página 51 deste Prospecto.

A espécie das Debêntures é quirografária, sem garantia e sem preferência.

As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia e sem preferência, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os titulares das Debêntures somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Companhia em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures pode ser considerada nula em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro e a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures e de bônus de subscrição pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures e nos Bônus de Subscrição e afetar o valor a ser recebido por seus titulares.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em valores mobiliários de empresas localizadas em mercados de títulos internacionais. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures e de bônus de subscrição. Os subscritores das Debêntures e dos Bônus de Subscrição não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures e dos Bônus de Subscrição que queiram vendê-los no mercado secundário.

Além disso, a percepção de baixa liquidez do mercado secundário pelos investidores pode ser agravada pela não contratação de formador de mercado para a Oferta.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures e os Bônus de Subscrição.

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures e Bônus de Subscrição, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderão dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas em relação à Oferta e/ou à Companhia durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário. Além disso, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, conseqüentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

Foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

Ademais, tendo em vista que (i) os Acionistas, no âmbito da Oferta Prioritária, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estão sujeitos a cancelamento em caso de verificação de excesso de demanda da Oferta.

Além disso, as Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, mediante o recebimento de reservas, não estando sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas.

Não temos como garantir que o investimento nas Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter suas Debêntures fora de circulação. Dessa forma, o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado nas hipóteses de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, bem como se ocorrer a sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate em razão da ausência de apuração e/ou divulgação, da extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI e/ou do IPCA, se não houver substituto legal para a Taxa DI e acordo entre Companhia e Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Para informações adicionais, ver seção “Informações sobre a Oferta – Características da Emissão, das Debêntures e dos Bônus de Subscrição – Remuneração”, na página 47 deste Prospecto.

Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência desse resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

A cessão de direitos de prioridade seria desconsiderada caso a posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista cedente, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a Instituição Escriuradora na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, seja inferior ao direito de prioridade que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, ou caso não tenham sido entregues os documentos relativos à cessão do direito de prioridade nos termos da Oferta Prioritária.

Não existe mecanismo capaz de impedir a venda, pelo Acionista cedente, das ações de sua titularidade que dão lastro para a cessão dos direitos de prioridade, e, dessa forma, com relação ao direito de prioridade que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista cedente, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a Instituição Escriuradora na Segunda Data de Corte da Oferta Prioritária, seja inferior ao direito de prioridade que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, a cessão seria desconsiderada, sendo o Limite de Subscrição Proporcional que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade automaticamente cancelado.

Nos termos da Oferta Prioritária, os Acionistas puderam ceder, uma única vez, para um único Acionista cessionário, e exclusivamente entre Acionistas, seus respectivos direitos de prioridade, no todo ou em parte, para subscrição das Debêntures destinadas à Oferta Prioritária, desde que fossem atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Acionista cedente e o Acionista cessionário celebrassem Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, conforme modelo anexo ao Prospecto Preliminar; e (b) exclusivamente em 4 de abril de 2013, até as 16h, uma via do Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, devidamente firmado, com firma reconhecida, acompanhado, (i) no caso de Acionistas representados por procuradores, de procuração, que deverá ter sido outorgada por meio de instrumento público; e (ii) no caso de Acionistas que não sejam pessoas físicas, de cópia autenticada de todos os documentos que comprovassem os respectivos poderes de representação (incluindo estatuto social, contrato social, regulamento e atos de nomeação de representantes), fosse entregue ao Coordenador Líder nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade. Não havendo o atendimento aos requisitos previstos acima, a cessão seria desconsiderada, sendo o Limite de Subscrição Proporcional que tenha sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade automaticamente cancelado.

Adicionalmente, se tiver sido apontada qualquer incongruência, distorção, incompatibilidade ou incorreção pela BM&FBOVESPA e/ou pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição escrituradora de ações de emissão da Companhia, com relação a qualquer informação fornecida pelo Acionista cedente e/ou pelo Acionista cessionário no Termo de Cessão de Direitos de Prioridade, a cessão foi desconsiderada, sendo o Limite de Subscrição Proporcional que tiver sido cedido nos termos do respectivo Termo de Cessão de Direitos de Prioridade automaticamente cancelado.

Caso as Ações da Companhia se desvalorizem, o valor de mercado das Debêntures e dos Bônus de Subscrição poderão ser afetados.

A Companhia acredita que o valor de mercado das Debêntures e dos Bônus de Subscrição serão significativamente afetados pelo valor de mercado das suas Ações. Isso poderá resultar em uma maior volatilidade no valor de mercado de suas Debêntures em comparação com o que seria esperado para uma debênture não conversível em ações. O valor de mercado das Ações provavelmente continuará a variar como resultado de diversos fatores, incluindo os fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição”. Por exemplo, o valor das Ações poderá ser afetado pela possível venda das Ações por investidores que considerem as Debêntures como uma maneira mais atrativa de participar do capital da Companhia e por operações de *hedge* e arbitragem que poderiam, por sua vez, afetar o preço de negociação das Debêntures. Adicionalmente, o exercício dos Bônus de Subscrição, com a emissão de novas ações poderão resultar na desvalorização do preço das Ações, caso seja emitido um número significativo de Ações.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia, caso exerça os Bônus de Subscrição, ou na quantidade de ações ordinárias de nossa emissão que cabe a Bônus de Subscrição, enquanto não exercidos.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. A captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores que tiverem exercido seus Bônus de Subscrição em ações ordinárias de emissão da Companhia, o que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, com o consequente cancelamento dos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão e/ou dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados perante tais Instituições Consorciadas e dos respectivos boletins de subscrição.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no contrato de adesão ao Contrato de Distribuição celebrado com as Instituições Consorciadas ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Debêntures, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento. Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Plano da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.

As informações acerca do futuro da Companhia contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia, as quais refletem as opiniões da Companhia em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há certeza de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta, às Debêntures e aos Bônus de Subscrição” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência, e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A não concretização das perspectivas do futuro da Companhia divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entendem que a Companhia possui plenas condições para honrar com suas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures. A Companhia pretende pagar o montante principal se sua dívida de curto e longo prazo descrito na Seção “Capitalização” na página 95 deste Prospecto Definitivo, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, estão descritos na tabela a seguir:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2011			2012				2013
	Originalmente Publicado	Reclassificação	Republicado	Originalmente publicado (Em R\$ mil)	Ajustes	Republicado		
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	429.393	(255.579)	173.814	(165.758)	234.166	64.408	496.548	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(197.400)	219.644	22.244	(1.304.875)	12.216	(1.292.659)	(249.201)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.140	35.935	37.075	1.684.157	(232.164)	1.451.993	(143.058)	
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior	712	0	712	1.492	8.849	10.341	56.670	
Aumento (Redução) do saldo do caixa e equivalentes a caixa	233.845	0	233.845	215.016	23.067	238.083	160.869	

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, permitir o alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante a dação em pagamento das Debêntures da Sexta Emissão, emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.”, celebrado em 27 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a amortização parcial antecipada das obrigações decorrentes das debêntures emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.”, celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado. Nesse sentido, estimamos obter aproximadamente R\$393.088.000,00 como resultado da Oferta, após a dedução das comissões e despesas estimadas relacionadas à Oferta, os quais serão alocados da seguinte forma:

- 1) Os créditos no valor de R\$147.732.000,00 que estimamos receber dos investidores na integralização das Debêntures da Primeira Série com as Debêntures da 6ª Emissão, conforme procedimento descrito na Escritura e neste Prospecto, correspondem a aproximadamente 37,6% do total dos recursos líquidos da Oferta. Esses créditos serão integralmente destinados ao alongamento do perfil da nossa dívida, com o cancelamento das Debêntures da 6ª Emissão recebidas em pagamento das Debêntures da Primeira Série.

Destinação	Estimado (R\$)	% Estimada do Total da Oferta
Sexta Emissão de Debêntures ⁽¹⁾	R\$147.732.000,00	37,6%

⁽¹⁾ As debêntures objeto da 6ª Emissão, a qual foi aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora de 07 de março de 2013 e de 27 de março de 2013, possuem, entre outras, as seguintes características: (i) valor nominal total de R\$320.000.000,00; (ii) remuneração equivalente a 99% da Taxa DI, de acordo com fórmula constante da respectiva escritura; (iii) vencimento final em 1º de abril de 2018; e (iv) utilização integral dos recursos no pagamento de amortização parcial das Debêntures da 5ª Emissão, descritas acima.

Para pagamento do saldo devedor das Debêntures da 6ª Emissão que permanecerão em circulação, nós poderemos utilizar recursos próprios ou captados junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, ou realizar ofertas de títulos e valores mobiliários nos mercados local e internacional. A definição de recursos será por nós definida, quando se fizer necessária, dependendo inclusive das condições de mercado.

- 2) Os recursos líquidos no montante de aproximadamente R\$245.356.000,00 após a dedução das comissões e despesas estimadas relacionadas à Oferta, que receberemos dos investidores na integralização, em moeda corrente nacional, das Debêntures da Segunda Série, corresponde a aproximadamente 62,4% do total dos recursos líquidos da Oferta. Esse montante será integralmente destinado ao pagamento de amortização parcial das Debêntures da Quinta Emissão.

Destinação	Estimado (R\$)	% Estimada do Total da Oferta
Quinta Emissão de Debêntures ⁽¹⁾	R\$245.356.000,00	62,4%

⁽¹⁾ As debêntures objeto da 5ª Emissão, a qual foi aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora de 07/03/2012 e 14/03/2012, possuem, entre outras, as seguintes características: (i) valor nominal total de R\$1.240.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões de reais); (ii) remuneração equivalente a 100% da Taxa DI, de acordo com fórmula constante da respectiva escritura; (iii) vencimento final em 15 de março de 2022; e (iv) utilização integral dos recursos na amortização ou quitação do empréstimo ponte tomado pela Iochpe Holdings, LLC para aquisição da totalidade do capital social da Maxion Wheels e suas subsidiárias, objeto do “Term Loan Agreement” celebrado em 26 de janeiro de 2012 e seus aditamentos.

Para o pagamento do saldo devedor das Debêntures da Quinta Emissão não amortizado com os recursos decorrentes da Oferta, poderemos buscar recursos adicionais junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, ofertas de títulos e valores mobiliários nos mercados local e internacional ou poderemos utilizar recursos próprios. A forma de obtenção desses recursos será por nós definida, quando se fizer necessária, dependendo inclusive das condições de mercado.

Os recursos decorrentes da Oferta, conforme acima mencionados, serão aplicados nas destinações descritas nesta Seção imediatamente após serem recebidos pela Companhia.

Ver seção “Capitalização” na página 95 deste Prospecto Definitivo sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta na situação patrimonial da Companhia.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento da Companhia, em bases efetivas, a partir das suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos de R\$393.088.000,00 provenientes da emissão de 397.732 Debêntures no âmbito da Oferta, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Companhia, considerando a colocação da totalidade das Debêntures.

Balanço Patrimonial Consolidado⁽¹⁾

	31/12/2013	
	Atual	Ajustado pela Oferta
	(R\$ mil)	
Empréstimos e financiamentos totais	1.514.191	1.514.191
Empréstimos e financiamentos curto prazo	712.303	712.303
Empréstimos e financiamentos longo prazo	801.888	801.888
Debêntures da Quinta Emissão	937.007	937.007⁽²⁾
Debêntures da Sexta Emissão	322.286	174.554
Debêntures da Sétima Emissão	-	393.088
Patrimônio Líquido Total	1.445.160	1.445.160
Participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	224.079	224.079
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores...	1.221.081	1.221.081
Capital social	700.000	700.000
Opções outorgadas reconhecidas	2.814	2.814
Reservas de capital	269	269
Reserva de lucros	207.812	207.812
Ações em Tesouraria	(5.941)	(5.941)
Ajuste de avaliação patrimonial	121.807	121.807
Outros resultados abrangentes	194.320	194.320
Capitalização total⁽³⁾	4.218.644	4.464.000⁽²⁾

⁽¹⁾ O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção "10.1 Comentários dos Diretores – Alterações Significativas em Cada Item das Demonstrações Financeiras", do Formulário de Referência.

⁽²⁾ Conforme divulgado pela Companhia, em 31 de março de 2014, por meio de aviso aos debenturistas da 5ª Emissão, no dia 24 de abril de 2014, a Companhia realizará amortização antecipada parcial facultativa das debêntures da 5ª Emissão no valor de R\$50.000.000,00, acrescido da remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento da referida amortização, acrescido, ainda, de prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) incidente sobre o valor da amortização antecipada, conforme previsto na Cláusula 6.20, inciso II, da escritura da 5ª Emissão. Considerando os efeitos da referida amortização na tabela acima, o valor descrito na linha "Debêntures da Quinta Emissão" da coluna "Ajustado pela Oferta" passará a ser R\$886.193.000,00 e o valor descrito na linha "Capitalização Total" da coluna "Ajustado pela Oferta" passará a ser R\$4.413.186.000,00.

⁽³⁾ A Capitalização Total decorre da soma dos montantes descritos nas linhas "Empréstimos e financiamentos totais", "Debêntures da Quinta Emissão", "Debêntures da Sexta Emissão", "Debêntures da Sétima Emissão" e "Patrimônio Líquido Total".

DILUIÇÃO

Os investidores que exercerem os seus Bônus de Subscrição terão o seu investimento diluído em decorrência dos fatores descritos nesta seção. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$1.445.160.000,00 e o valor patrimonial por ação de nossa emissão era de R\$15,28. O valor patrimonial por ação de nossa emissão corresponde ao resultado da divisão (1) do valor contábil total do nosso ativo excluído o valor contábil total do nosso passivo, pela (2) quantidade total de ações de nossa emissão, em 31 de dezembro de 2013, descontadas as 254.745 ações em tesouraria da Companhia.

Diluição decorrente da Oferta

Após considerarmos o efeito do exercício da totalidade dos Bônus de Subscrição por seus titulares, o nosso patrimônio líquido estimado em 31 de dezembro de 2013, seria de aproximadamente R\$1.842.892.000,00, representando um valor de R\$17,17 por Ação, considerado o exercício dos 12.727.424 de Bônus de Subscrição, referentes às Debêntures da 1ª e às Debêntures da 2ª Séries colocadas no âmbito da Oferta.

Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$1,89 ou 12,4% para os acionistas existentes e uma diluição máxima de R\$14,08 ou 45,1% por Ação para novos investidores.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço de Exercício do Bônus de Subscrição e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta, considerando a conversão da totalidade dos Bônus de Subscrição entregues no âmbito da Oferta. O quadro a seguir ilustra essa diluição máxima por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 a partir de suas demonstrações financeiras individuais:

Bônus de Subscrição (Oferta)

Número de Bônus de Subscrição	12.727.424
Preço de Exercício	R\$31,25
Valor recebido em função do exercício dos Bônus de Subscrição	R\$397.732.000,00
Número de Ações entregues no exercício dos Bônus de Subscrição	12.727.424
Número de Ações, Ex-Tesouraria em 31 de dezembro de 2013	94.608.627
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013	R\$1.445.160.000,00
Aumento do Patrimônio Líquido no exercício dos Bônus de Subscrição	R\$397.732.000,00
Valor Patrimonial por Ação (<i>ex</i> tesouraria) em 31 de dezembro de 2013	R\$15,28
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2013 ajustado pelo exercício dos Bônus de Subscrição	R\$17,17
Aumento/(Redução) no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas no exercício dos Bônus de Subscrição	R\$1,89
Aumento/(Redução) Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	12,4%
Diferença entre o Preço de Exercício e o valor patrimonial por Ação ajustado para o exercício dos Bônus de Subscrição	R\$14,08
Diluição do investimento para novos investidores no exercício dos Bônus de Subscrição	45,1%

Diluição decorrente da conversão das debêntures da Sexta Emissão

Após considerar o efeito da conversão da totalidade das Debêntures da Sexta Emissão que permanecerão em circulação após a Oferta ao preço de conversão de R\$30,303030, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2013 seria de aproximadamente R\$1.617.428.000,00, representando um valor de R\$16,13 por ação. Isso significaria um aumento no valor do patrimônio líquido da Companhia por ação de R\$0,85 ou 5,6% para os acionistas existentes, e uma diluição adicional de R\$15,12 ou 48,4% por Ação para os investidores que subscreverem as Debêntures e os Bônus de Subscrição no âmbito da Oferta ou que adquirirem os Bônus de Subscrição no mercado secundário e os exercerem. Esta diluição representa a diferença entre o Preço de Exercício e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Conversão da totalidade das Debêntures da Sexta Emissão que permanecerão em circulação após a Oferta em Ações. O quadro a seguir ilustra essa diluição, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013, a partir das suas demonstrações financeiras individuais:

Debêntures da 6ª Emissão

Preço de Conversão	R\$30,303030
Número de Ações entregues na Conversão	5.684.844
Número de Ações, Ex-Tesouraria, em 31 de dezembro de 2013	94.608.627
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013	R\$1.445.160.000,00
Aumento do Patrimônio Líquido na Conversão	R\$172.268.000,00
Patrimônio Líquido após a Conversão	R\$1.617.428.000,00
Valor Patrimonial por Ação (ex tesouraria) em 31 de dezembro de 2013	R\$15,28
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2013 ajustado pela conversão das debêntures da 6ª Emissão em circulação após a Oferta	R\$16,13
Aumento/(Redução) no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas na Conversão	R\$0,85
Aumento/(Redução) Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	5,6%
Diferença entre o Preço de Exercício e o valor patrimonial por Ação ajustado para a conversão das debêntures da 6ª Emissão em circulação após a Oferta	R\$15,12
Diluição do investimento para novos investidores considerando a conversão das debêntures da 6ª Emissão em circulação após a Oferta	48,4%

Diluição decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações

Com base no plano de compra de ações descrito no quadro 13.4 do Formulário de Referência, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de Dezembro de 2009, outorgamos a determinados colaboradores opções de compra de ações ("Opções"), com exercício permitido a partir de 2012. As Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do plano, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia, a qualquer tempo, considerando-se neste total o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

O quadro abaixo apresenta a hipótese de diluição máxima adicional, considerando a outorga e exercício de todas as Opções previstas para o plano, com a emissão de todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito do plano, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013, a partir das suas demonstrações financeiras individuais:

Plano de Opções

Preço de exercício da Opção ⁽¹⁾	R\$21,07
Número de Ações emitidas considerando o exercício da totalidade das opções que podem ser outorgadas em decorrência do plano ⁽²⁾	4.743.169
Número de Ações, Ex-Tesouraria, em 31 de dezembro de 2013	94.608.627
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013	R\$1.445.160.000,00
Aumento do Patrimônio no exercício da totalidade das Opções ⁽³⁾	R\$99.493.000,00
Valor Patrimonial por Ação (<i>ex</i> tesouraria) em 31 de dezembro de 2013	R\$15,28
Valor Patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2013 ajustado pelo exercício da totalidade das Opções ⁽³⁾	R\$15,55
Aumento/(Redução) no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas considerando o exercício da totalidade das Opções ⁽³⁾	R\$0,28
Aumento/(Redução) Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas ⁽³⁾	1,8%
Diferença entre o Preço de Exercício e o valor patrimonial por Ação ajustado pelo exercício da totalidade das Opções ⁽³⁾	R\$15,70
Diluição do investimento para novos investidores no exercício dos Bônus de Subscrição considerando o exercício da totalidade das Opções ⁽³⁾	50,2%

(1) Calculado com base na média ponderada do preço de exercício das Opções já outorgadas.

(2) Em 31 de dezembro de 2013, 5% do nosso capital social equivaliam a 4.743.169 ações, considerando o capital social ajustado em decorrência da conversão da totalidade das debêntures da 6ª Emissão.

(3) Considera a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas para o plano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas, por meio do exercício de Opções, 30.299 ações de emissão da Companhia, representativas de 0,03% do capital social atual da Companhia, ao preço médio ponderado de R\$18,98, que representa, aproximadamente, 60,7% do Preço de Emissão. O preço mínimo de aquisição no período foi de R\$17,90 e o preço máximo de aquisição foi de R\$24,18.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram adquiridas, por meio do exercício de Opções, 35.142 ações da Companhia, representativas de 0,04% do capital social atual da Companhia, ao preço médio ponderado de R\$16,87, que representa, aproximadamente, 54% do Preço de Emissão. O preço mínimo de aquisição no período foi de R\$16,84 e o preço máximo de aquisição foi de R\$16,88.

No total, até 31 de dezembro de 2013, foram *outorgadas* Opções no âmbito do plano que dão direito à aquisição de 375.961 Ações, equivalentes a 0,40% do capital social atual da Companhia, tendo sido *exercidas* Opções correspondentes a 65.441 Ações, equivalentes a 0,07% do capital social atual da Companhia.

Diluição máxima combinada: Bônus de Subscrição (Oferta), Debêntures da 6ª Emissão e Plano de Opções.

Segue, na tabela abaixo, o efeito da diluição máxima por ação de nossa emissão, que seria causada pelo exercício integral dos referidos bônus, pela conversão da totalidade das debêntures da 6ª Emissão que permanecerem em circulação após a Oferta e pela outorga e exercício da totalidade das Opções nos termos do plano, com base em nosso patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013, considerando a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta a serem suportadas por nós:

Diluição Máxima Combinada

Bônus de Subscrição (Oferta)

Preço de Exercício	R\$31,25
Número de Ações entregues no exercício dos Bônus de Subscrição	12.727.424
Valor recebido em função do exercício dos Bônus de Subscrição	R\$397.732.000,00

Debêntures da 6ª Emissão

Preço de Conversão	R\$30,30
Número de Ações entregues na Conversão	5.684.844

Plano de Opções

Preço de exercício da Opção ⁽¹⁾	R\$21,07
Número de Ações entregues em decorrência do plano	4.743.169
Valor recebido em função do exercício da totalidade das Opções	R\$99.493.000,00

Combinado

Número combinado de ações emitidas	23.155.437
Recursos líquidos combinados	R\$669.943.000,00
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	R\$1.445.160.000,00
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 (ajustado)	R\$2.115.103.000,00
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2013	R\$15,28
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2013 ajustado	R\$17,96
Variação no valor patrimonial por ação para os atuais acionistas	R\$2,69
Variação percentual no valor patrimonial por ação para os atuais acionistas	17,6%
Diluição (aumento) do valor patrimonial contábil por ação para os investidores	R\$13,29
Diluição combinada do investimento para novos investidores (valor patrimonial contábil por ação)	42,5%

⁽¹⁾ Calculado com base na média ponderada do preço de exercício das Opções já outorgadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

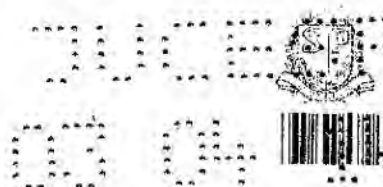
ANEXOS

- ANEXO A – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS**
- ANEXO B – ATOS SOCIETÁRIOS DA COMPANHIA RELATIVOS À EMISSÃO –
ATAS DE RCA**
- ANEXO C – SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**
- ANEXO D – DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER**
- ANEXO E – ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e dos bônus de subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão:

IOCHPE-MAXION S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos 83, Itagaçaba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.014.022, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures e dos Bônus de Subscrição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), do

processo simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários ("Procedimento Simplificado") instituído na Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Convenciadas ("Código ANBIMA"), do convênio para adoção do Procedimento Simplificado firmado em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2014 ("RCA Preliminar");
- II. da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 25 de março de 2014; e
- III. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 25 de março de 2014 ("RCA da Emissão e da Oferta").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da RCA Preliminar foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; e
 - (b) a ata da RCA da Emissão e da Oferta será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP;

III. *registro para distribuição das Debêntures:*

- (a) as Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição realizada por meio da CETIP; e
- (b) as Debêntures da Segunda Série serão registradas para distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;

IV. *registro para negociação e custódia eletrônica das Debêntures.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;

V. *registro para negociação e custódia eletrônica dos Bônus de Subscrição.* Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado");

VI. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta será registrada pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM 471 e no Convênio CVM-ANBIMA; e

VII. *análise prévia da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do Código ANBIMA e do Convênio CVM-ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhagem, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo; (ii) a importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização; (iii) a prestação de serviços de assistência técnica a outras empresas do mesmo ramo; (iv) assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social; (v) a locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado; (vi) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista; (vii) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados; (viii) a implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e (ix) desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, permitir o alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante a dação em pagamento das debêntures da sexta emissão da Companhia, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 27 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado ("Debêntures da Sexta Emissão")"; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a amortização parcial antecipada das

obrigações decorrentes das debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures e os Bônus de Subscrição serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Votorantim S.A. ("BV", e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") e das demais Instituições Participantes da Oferta (conforme definido no Contrato de Distribuição), instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série.
- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recolhimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participarão apenas Investidores Institucionais (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no Contrato de Distribuição), para a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observada a quantidade mínima de Debêntures prevista na Cláusula 6.3 abaixo e observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo ("Procedimento de Bookbuilding").

- 5.2.1 Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participarão apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tendo em vista que (i) os Acionistas (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição), não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição) efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estão sujeitos a cancelamento em caso de verificação de excesso de demanda da Oferta. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.
- 5.2.2 As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (conforme definido no Contrato de Distribuição), mediante o recebimento de reservas, não estando sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os respectivos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (conforme definido no Contrato de Distribuição) automaticamente cancelados, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.
- 5.2.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a existência e, se existirem, a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão recebidos, serão ratificados por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM,

independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e serão divulgados por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início").

5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o formulário de referência ("Formulário de Referência"), elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") (o prospecto definitivo da Oferta e o Formulário de Referência denominados, em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures e os Bônus de Subscrição serão subscritos, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado, em qualquer caso, à Data Limite de Colocação (conforme definido no Contrato de Distribuição).

5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Integralização"), observado que:

- I. com relação às Debêntures da Primeira Série, por meio do MDA ou da Central Depositária da BM&FBOVESPA, conforme o caso, exclusivamente mediante utilização dos créditos decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, observado que:
 - (a) cada Debênture da Sexta Emissão dará direito à subscrição e integralização de 1 (uma) Debênture da Primeira Série (acrescida dos Bônus de Subscrição a que cada Debênture faz jus nos termos desta Escritura de Emissão), tendo em vista que o saldo devedor de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão (correspondente ao saldo devedor do valor nominal das Debêntures da Sexta Emissão, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis* desde a data de pagamento de juros imediatamente anterior até a respectiva Data de Integralização) corresponderá ao Preço de Integralização de cada uma das Debêntures da Primeira Série;
 - (b) somente poderão ser utilizadas para integralizar Debêntures da Primeira Série (i) por meio do MDA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na CETIP; e (ii) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, as Debêntures da

Sexta Emissão que estiverem custodiadas na BM&FBOVESPA;
e

- (c) os titulares de Debêntures da Sexta Emissão que utilizarem Debêntures da Sexta Emissão para integralizar Debêntures da Primeira Série deverão adotar todas as medidas e providências necessárias à efetivação da integralização das Debêntures da Primeira Série e renunciar, de forma irrevogável e irrevogável, a quaisquer direitos a que façam jus na qualidade de titulares de Debêntures da Sexta Emissão, inclusive eventuais garantias e/ou remunerações e/ou encargos referentes às suas Debêntures da Sexta Emissão, que serão canceladas pela Companhia após a integralização das Debêntures da Primeira Série; e

- II. com relação às Debêntures da Segunda Série, por meio do MDA ou do DDA, conforme o caso, exclusivamente em moeda corrente nacional.

5.5 *Negociação das Debêntures.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e do BOVESPAFIX.

5.6 *Negociação dos Bônus de Subscrição.* Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado, observado o disposto na Cláusula 6.10.2 abaixo.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, DAS DEBÊNTURES E DOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a sétima emissão de debêntures da Companhia.

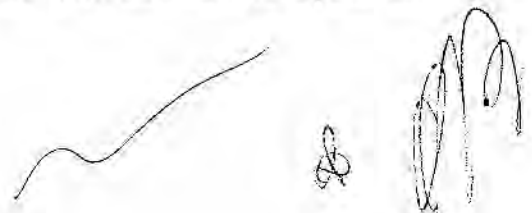
6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, e, no máximo, R\$570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 5.2 acima e na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas).

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas, no mínimo, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures, e, no máximo, 570.000 (quinhentos e setenta mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 5.2 acima e na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas).

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, observado que:

- I. com relação à primeira série, serão emitidas até 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - II. com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências ao termo Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.5.2 Fica desde já certo e ajustado que, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, esta Escritura de Emissão será aditada, uma ou mais vezes, independentemente de qualquer deliberação societária da Companhia e/ou de qualquer assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para (i) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e (ii) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série, sob a denominação de "Debêntures".
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por este extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por este extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures e dos Bônus de Subscrição é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.



- 6.10 *Bônus de Subscrição.* Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 (trinta e dois) bônus de subscrição de emissão da Companhia, com as características previstas no Anexo I a esta Escritura de Emissão ("Bônus de Subscrição").
- 6.10.1 Os Bônus de Subscrição concedidos às Debêntures subscritas e integralizadas (i) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou do DDA, no caso das Debêntures da Segunda Série, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio da BM&FBOVESPA, na respectiva Data de Integralização; e (ii) por meio do MDA, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio do Escriturador, na respectiva Data de Integralização.
- 6.10.2 Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.
- 6.11 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) incidirão juros remuneratórios correspondentes a 99% (noventa e nove por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição, nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º (primeiro) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Sendo que:

$k =$ número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

$n_{DI} =$ número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

$S =$ 99,0000;

$TDI_k =$ fator da Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k =$ Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento,

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

- 6.15.1 Observado o disposto na Cláusula 6.15.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.15.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de

até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Exceto pelo disposto na Cláusula 6.19 abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

6.18 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

6.19 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.28 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e prazo de manifestação à Companhia pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, e, conforme indicado no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, deverá ocorrer, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao

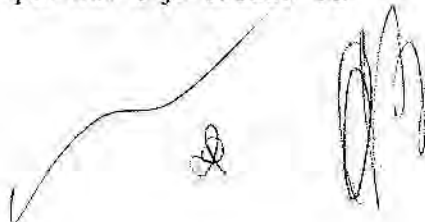
Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; c (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;

- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.22 abaixo; e
- VI. o resgate antecipado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55,

parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

- 6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) por meio da CETIP, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio da BM&FBOVESPA, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA; ou (iii) por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso, nos demais casos.
- 6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.



- 6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.26 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.1 a 6.27.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.27.1 abaixo e 6.27.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
- 6.27.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na

respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

- II. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) ou dos Bônus de Subscrição, declarada por meio de decisão judicial transitada em julgado;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada da Companhia, desta Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- V. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo; (b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (f) eventos similares aos descritos nas alíneas (a) a (e) acima em outras jurisdições;
- VI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:



- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Valor Base"), sendo que, nesse caso, será recalculada toda a Remuneração paga até a data do efetivo pagamento, em cada data de pagamento de Remuneração, considerando-se uma taxa de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Taxa Ajustada"), sendo que as diferenças entre os valores recalculados e os valores efetivamente pagos, para cada data de pagamento de Remuneração, serão trazidas a valor presente pela Taxa Ajustada até a data do efetivo pagamento e adicionadas ao Valor Base; ou
- (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada, de ações de emissão de qualquer Controlada ou de parcela cindida de qualquer Controlada; ou
- (d) pela incorporação, por qualquer Controlada, de qualquer outra Controlada, de ações de emissão de qualquer outra Controlada ou de parcela cindida de qualquer outra Controlada; ou
- (e) pela incorporação, pela Companhia ou por qualquer Controlada (de modo que a Companhia ou a Controlada seja a incorporadora) de qualquer sociedade, de ações de emissão de qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações de emissão da Companhia ou de ações de emissão da respectiva Controlada, desde que, em qualquer caso, seja realizada, imediatamente após a realização da operação, a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures e que a nova classificação de risco (*rating*) das Debêntures seja

igual ou superior àquela obtida por ocasião da emissão das Debêntures; ou

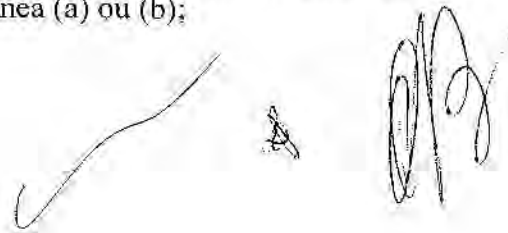
- (f) pela incorporação, por qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, de qualquer Controlada que não seja uma Controlada Relevante; ou
 - (g) pela cisão, total ou parcial, de qualquer Controlada, desde que a totalidade da parcela cindida do patrimônio da Controlada cindida seja vertida para a Companhia e/ou para qualquer outra Controlada; ou
 - (h) pela cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária de qualquer Controlada em razão de ordem judicial, sentença arbitral, exigência legal ou decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE");
- VIII. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. não manutenção de capital autorizado necessário ao exercício dos Bônus de Subscrição, nos termos previstos na Cláusula 6.10 acima;
- X. criação de ações preferenciais de emissão da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- XI. alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) exclusivamente no caso de qualquer Controlada, se não resultar em alteração do objeto social principal da respectiva Controlada;
- XII. vencimento antecipado, seja por declaração do respectivo credor ou de forma automática, de qualquer dívida ou obrigação, incluindo qualquer Obrigação Financeira, da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora);
- XIII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros

aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; ou

- XIV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima.

6.27.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Bônus de Subscrição, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. aquisição, por terceiros, do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se o(s) novo(s) controlador(es) atender(em), cumulativamente, às seguintes condições: (a) possuir classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco (*rating*) atribuída à Companhia, em escala local, caso aplicável, pela Standard & Poors' ou pela Fitch Ratings, ou classificação similar publicada pela Moody's; (b) possuir histórico de adimplência de todas as suas obrigações com os mercados financeiros brasileiro e internacional similar ao da Companhia na Data de Emissão; e (c) manter as ações de emissão da Companhia listadas no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Novo Mercado");
- III. pedido de cancelamento ou cancelamento (a) do registro da Companhia como companhia emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM; e/ou (b) da listagem das ações de emissão da Companhia e/ou dos Bônus de Subscrição no Novo Mercado, exceto se o cancelamento tenha ocorrido em virtude de reorganização societária envolvendo a Companhia que seja autorizada pelos Debenturistas ou permitida, nos termos da Cláusula 6.27.1 acima, inciso VII, alínea (a) ou (b);



- IV. caso a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante deixe de manter todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, exceto por aquelas cuja ausência, perda ou não renovação não tenha um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- V. citação da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante em autuações na esfera administrativa ou medida judiciais iniciadas por órgãos governamentais de natureza fiscal, previdenciária, ambiental ou de defesa da concorrência, em qualquer jurisdição, exceto se, no prazo legal aplicável, tenham sido apresentadas as defesas, recursos e/ou exceções cabíveis, com o objetivo de suspender ou interromper tais autuações ou medida judiciais e, caso aplicável, tenham sido apresentadas garantias consideradas suficientes pelo respectivo juízo, exceto por tais eventos que não tenham um Efeito Adverso Relevante;
- VI. realização, pela Companhia ou por qualquer Controlada, de qualquer operação com parte(s) relacionada(s), exceto:
- (a) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se contratada em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços, e a taxas de juros e condições de mercado, no caso de mútuos; ou
 - (c) se contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou quaisquer de suas subsidiárias;
- VII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo), não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- IX. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação que não seja Obrigação Financeira, em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de

reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

- X. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) para a Companhia ou qualquer Controlada; ou
 - (c) por venda de ativo(s) para terceiros em virtude de ordem judicial, sentença arbitral ou exigência legal de decisão do CADE; ou
 - (d) pela cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativo(s) em valor, individual ou, durante a vigência das Debêntures, agregado, considerando quaisquer aquisições de ativos a partir da Data de Emissão, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) (x) do ativo consolidado da Companhia ou (y) da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor entre os itens (x) e (y), com base (i) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes à época da cessão, venda, alienação e/ou transferência em questão; ou,

alternativamente, (ii) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013, o que for maior entre os itens (i) e (ii) acima;

XIII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse, direta ou indireta, da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, que resultem em Efeito Adverso Relevante; ou

XIV. não observância, pela Companhia, do índice financeiro abaixo ("Índice Financeiro"), a ser assegurado pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) semestralmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014; o quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pela soma do EBITDA (conforme definido abaixo) dos 4 (quatro) últimos trimestres, não deverá ser superior a:

- (a) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014;
- (b) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2014;
- (c) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2015;
- (d) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2015;
- (e) 3,0 (três) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2016;
- (f) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2016; e

(g) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

6.27.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.27.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.27.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.27.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos destinados ao pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações



decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.27.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada Relevante" significa (a) a Iochpe Holdings LLC; (b) a Maxion Wheels; e (c) qualquer outra Controlada cujo ativo total ou cuja receita bruta, com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas de tal Controlada, represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do ativo consolidado da Companhia ou da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia;
- II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório do endividamento financeiro da Companhia do circulante e do não circulante, venda de recebíveis com coobrigação, garantias em favor de terceiros, *leasing* financeiro, debêntures e notas, passivos oriundos de outros instrumentos financeiros, incluindo contas a pagar de operações de fusão e aquisição e dívidas oriundas de aquisições de novas entidades ainda não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, deduzido da rubrica "caixa e aplicações financeiras";
- III. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012; e

A handwritten signature in black ink is visible in the bottom right corner of the page. To the left of the signature, there is a small, faint circular stamp or seal.

- IV. "Obrigação Financeira" significa valores devidos, em qualquer jurisdição, em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, cédulas de crédito bancário, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias, *bonds*, *notes* ou instrumentos similares; (b) aquisições societárias a pagar; (c) saldo líquido de operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de sociedades não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos fixos ou mínimos, se aplicável.
- 6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.29 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando (a) entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; ou (b) realizadas por fac-símile ou correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Ioehpe-Maxion S.A.

Rua Luigi Galvani 146, 13º andar

04575-020 São Paulo, SP

At.: Sr. Oscar Antônio Fontoura Becker

Sr. Alberto Arbex Filho

Telefone: (11) 5508-3803

Fac-símile: (11) 5506-7353

Correio Eletrônico: becker@ioehpe.com.br

alberto@ioehpe.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro

Sra. Marcelle Motta Santoro

Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet:

(a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

(b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de

seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e

- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alínea (a) e, exclusivamente com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia relativas a 30 de junho de cada ano, alínea (h), a memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à verificação do Índice Financeiro, juntamente com o relatório de asseguuração limitada dos Auditores Independentes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou aos Auditores Independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alínea (a) e, exclusivamente com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia relativas a 30 de junho de cada ano, alínea (b), declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os Debenturistas; (iv) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM; (v) o cumprimento da obrigação de manutenção de departamento para atendimento aos

Debenturistas; (vi) que os bens da Companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (vii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia, relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações (com base nas informações então disponíveis) a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e das Controladas, considerado de forma agregada e com relação à Companhia e as Controladas como um todo; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (j) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência

classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XIII abaixo; e

(k) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;

- III. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM;
- IV. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- V. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- VI. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais leis e regulamentos ambientais supletivos, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita no objeto social da Companhia e das Controladas, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- VII. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, observar, e fazer com que as Controladas observem, estritamente a legislação e a regulamentação tributárias aplicáveis, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar e fazer com que as Controladas efetuem o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- VIII. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir o disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- IX. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, a CETIP e a BM&FBOVESPA,

incluindo o envio de documentos e a prestação de informações que lhe forem solicitadas por tais instituições, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis;

- X. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- XI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA e, conforme aplicável, DDA), os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e BOVESPAFIX) e o sistema de negociação dos Bônus de Subscrição no mercado secundário (Novo Mercado);
- XIII. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a

- agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- XIV. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XV. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XVII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva convocá-la nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- XVIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XIX. promover todos os atos legais e regulamentares pertinentes para assegurar a plena eficácia e efetividade do exercício dos Bônus de Subscrição, nos termos da Cláusula 6.10 acima.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido

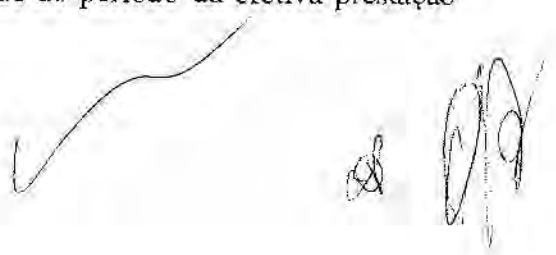
plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;



- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- XIII. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:
- (a) quinta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 124.000 (cento e vinte e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas por fiança de Iochpe Holdings LLC, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando, portanto, R\$1.240.000.000,00 (um bilhão e duzentos e quarenta milhões de reais), com prazo de 9 (nove) anos contados da data de emissão, qual seja, 15 de março de 2013, sendo toda a emissão garantida por penhor da totalidade do capital social de Iochpe Holdings LLC, penhor da totalidade do capital social de Maxion Wheels e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A., existentes e originados no futuro decorrentes da venda de produtos e serviços de qualquer natureza pelas outorgantes a terceiros, correspondendo tais direitos de crédito a 100% (cem por cento) de sua receita operacional (observados os termos de tal contrato), tendo ocorrido evento de amortização extraordinária, e não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, repactuação ou inadimplemento; e
 - (b) sexta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), com prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; e
- XIV. tendo em vista o disposto no inciso XIII acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIII acima.

- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCESP;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
 - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
 - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração

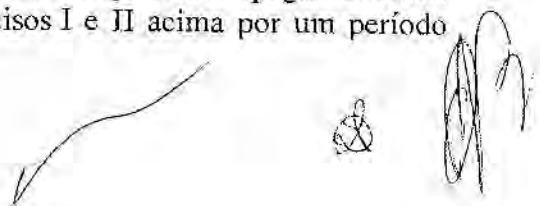
devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;

- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGPM, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e
- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização;
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas, conforme definido em assembleia geral de Debenturistas; e
- (g) pagamento de custas judiciais incorridas para preservação dos direitos dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período

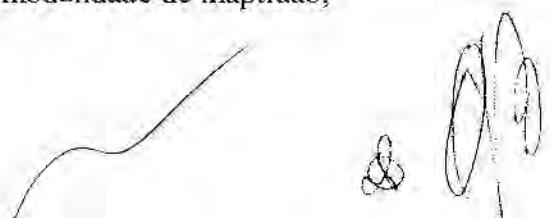
Handwritten signature and a circular stamp with a cross inside, located at the bottom right of the page.

superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

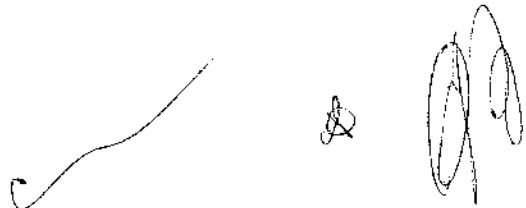
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

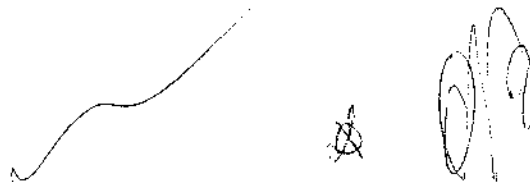
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. examinar a alteração do estatuto social da Companhia que objetive mudar o objeto social da Companhia, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações objeto dos Bônus de Subscrição, cumprindo-lhe convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar acerca da matéria, nos termos do artigo 57, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta, observado o disposto na Cláusula 6.27.1 acima, incisos X e XI, alínea (a);
- XIII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual

destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, dação em pagamento de Debêntures para pagamento do Preço de Emissão, nos termos da Cláusula 6.10 acima, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o sortido das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XIII; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.28 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;



- XXII. divulgar as informações referidas no inciso XV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXIII. divulgar, aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial ou eventos similares em outras jurisdições, da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.27 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário pode se balizar exclusivamente nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para verificar o atendimento do Índice Financeiro.
- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9

abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.

- 8.10 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1

abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

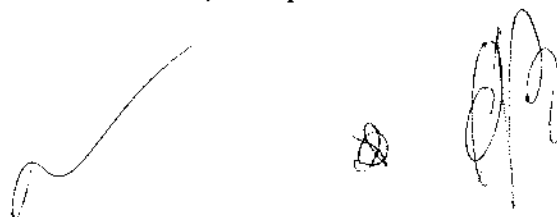
9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima; e
- III. as disposições referentes aos Bônus de Subscrição, que não estão sujeitas às deliberações de Debenturistas.

9.6.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, directa ou indirectamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.7 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

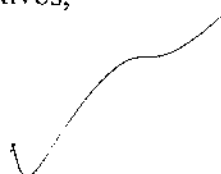
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

- 10.1 A Companhia, neste ato, na data de publicação do Anúncio de Início e em cada Data de Integralização, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão dos Bônus de Subscrição e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;



- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, que incorpora por referência o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos"), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm e conterão todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, dos Bônus de Subscrição, da Companhia e das Controladas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e das Controladas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm e não conterão declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contêm e não conterão omissões de fatos relevantes; e (d) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XII. seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM encontra-se atualizado;
- XIII. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012

e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

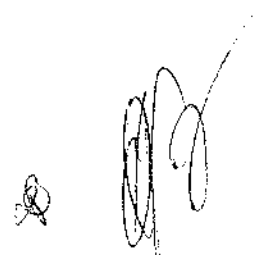

- XIV. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cujos questionamentos estão descritos nos Prospectos, e/ou cujo descumprimento que não cause um Efeito Adverso Relevante;
- XV. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- XVI. possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- XVII. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XVIII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- XIX. a Companhia tem capital social autorizado descrito nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta; todas as ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram devidamente autorizadas; todas as ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram e, quando do exercício dos Bônus de Subscrição e da integralização das ações objeto dos Bônus de Subscrição, terão sido, devidamente emitidas, totalmente subscritas e não sujeitas a chamadas adicionais, e estarão

de acordo, em todos os aspectos relevantes, com a sua descrição nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta; e, exceto pelo direito de prioridade assegurado aos acionistas da Companhia no âmbito da oferta prioritária, nos termos do Contrato de Distribuição, nem os acionistas da Companhia ou quaisquer outras pessoas têm direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures e respectivos Bônus de Subscrição; nenhuma das ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram emitidas em violação a qualquer direito de preferência ou direito similar de qualquer acionista e não há limitações ou restrições com relação aos direitos dos acionistas de manter, votar ou transferir suas respectivas ações de emissão da Companhia, exceto conforme descrito nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta. Com o exercício dos Bônus de Subscrição e a integralização das ações objeto dos Bônus de Subscrição, todos os direitos e a propriedade sobre tais ações objeto dos Bônus de Subscrição serão transferidos para os respectivos subscritores, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais (exceto por aqueles que tenham sido causados pelos titulares dos Bônus de Subscrição).

- 10.2 A Companhia, de forma irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas, os titulares dos Bônus de Subscrição e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas, pelos titulares dos Bônus de Subscrição e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

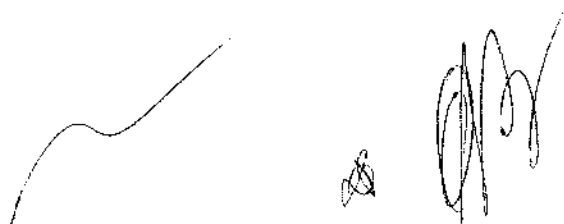


12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.



14. FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 25 de março de 2014.

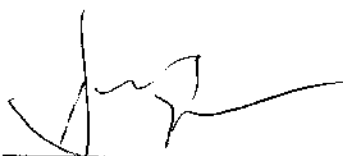
(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

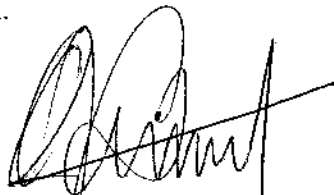


Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A., entre Iochpe-Maxion S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas.

IOCHPE-MAXION S.A.

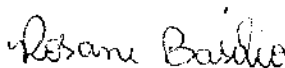


Nome: DAN IOCHPE
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



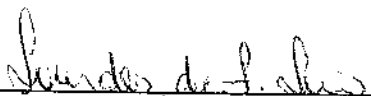
Nome: OSCAR ANTÔNIO FONTOURA BECKER
Cargo: DIRETOR

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas:



Nome: LOURDES DE FATIMA LEITE
Id.: 7.320.566-5
CPF/MF: 409.824.838-00

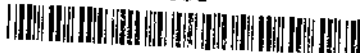


Nome: ELIANE MARTINS VILELA
Id.: 12.258.907-5
CPF/MF: 062.440.486-28



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
BIXEZA SÍMTEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL

ED001388-2/000



JUCESP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

Termos iniciados por letra maiúscula aqui utilizados que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 25 de março de 2014, entre Iochpe-Maxion S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e seus aditamentos ("Escritura de Emissão").

1. VALOR DA EMISSÃO

- 1.1 Não será atribuído valor à emissão dos Bônus de Subscrição, uma vez que os Bônus de Subscrição serão emitidos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures da sétima emissão de Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") nos termos da Escritura de Emissão ("Debêntures").

2. QUANTIDADE

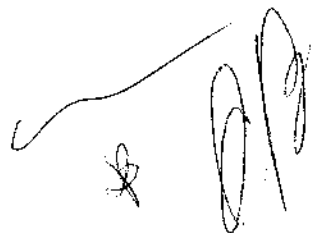
- 2.1 Serão emitidos até 18.240.000 (dezoito milhões, duzentos e quarenta mil) Bônus de Subscrição pela Companhia, sendo 32 (trinta e dois) Bônus de Subscrição atribuídos a cada I (uma) Debênture subscrita e integralizada nos termos da Escritura de Emissão, os quais circularão independentemente das Debêntures subscritas a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização.

3. SÉRIES

- 3.1 Os Bônus de Subscrição serão emitidos em série única.

4. DATA DE EMISSÃO

- 4.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão").



5. ESCRITURADOR

- 5.1 A instituição prestadora de serviços de escrituração dos Bônus de Subscrição é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

6. FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE

- 6.1 Os Bônus de Subscrição serão emitidos sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade dos Bônus de Subscrição será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação aos Bônus de Subscrição que estiverem custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por este extrato em nome do respectivo titular, que servirá de comprovante de titularidade de tais Bônus de Subscrição.

7. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

8. QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM SUBSCRITAS E PREÇO DE EMISSÃO

- 8.1 Cada Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser emitida pela Companhia ("Ação") ao Preço de Emissão (conforme definido abaixo).
- 8.2 O preço de emissão das Ações será de:
- I. R\$31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos) por Ação ("Preço de Emissão"); ou
 - II. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2017 (exceto nos casos previstos na Cláusula 8.3 abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição, exclusivamente pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que o preço de emissão por ação ordinária da nova emissão pela Companhia for estabelecido, poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da

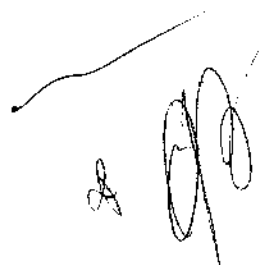
nova emissão. Após o decurso do referido prazo de 60 (sessenta) dias, o Preço de Emissão será reestabelecido conforme valor mencionado no inciso I acima; ou

- III. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 2 de abril de 2017 e 1º de abril de 2019 (exceto nos casos previstos na Cláusula 8.3 abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão até 1º de abril de 2019.
- 8.3 O disposto na Cláusula 8.2 acima, incisos II e III, não será aplicável se as referidas emissões de ações (i) resultarem em um preço de emissão por ação superior ao Preço de Emissão; (ii) decorrerem do exercício de plano de opção de compra de ações da Companhia já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão; (iii) decorrerem da conversão das Debêntures da Sexta Emissão; ou (iv) decorrerem dos eventos societários permitidos nos termos da Cláusula 6.27.1, inciso VII, alíneas (c), (e), (g) e (h), da Escritura de Emissão.
- 8.4 Caso ocorra qualquer das hipóteses de alteração do Preço de Emissão previstas na Cláusula 8.2 acima, a Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do evento que lhe der causa, deverá publicar um comunicado, na forma prevista na Cláusula 6.28 da Escritura de Emissão, informando o novo Preço de Emissão, sem qualquer ajuste ao Preço de Emissão pago por Ações que já tenham sido subscritas e integralizadas em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição.
- 8.5 A quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição e o Preço de Emissão (i) serão automaticamente ajustados por qualquer bonificação, desdobramento, ou agrupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão; e (ii) não serão ajustados por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros.
- 8.6 As Ações subscritas e integralizadas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, bem como farão jus a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da

Data de Exercício (conforme definido abaixo), inclusive no que se refere ao direito a dividendos integrais que venham a ser deliberados a partir da Data de Exercício, mesmo que se refiram a resultados de exercícios anteriores ao da Data de Exercício.

9. PROCEDIMENTO PARA EXERCÍCIO DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

- 9.1 Os Bônus de Subscrição, à opção de seus titulares, poderão ser exercidos, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão até 1º de abril de 2019 ("Período de Exercício").
- 9.2 Os titulares dos Bônus de Subscrição que desejarem exercer seus Bônus de Subscrição, nos termos previstos acima, deverão exercer esse direito durante o Período de Exercício da seguinte forma ("Solicitação de Exercício"):
- I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício; e
 - II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e, posteriormente, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício.
- 9.3 O Escriturador (i) fará o controle e a confirmação da Solicitação de Exercício e da verificação da quantidade de Bônus de Subscrição do respectivo titular; e (ii) informará, na mesma data, a Companhia acerca do exercício de cada Bônus de Subscrição.
- 9.4 Para todos os efeitos legais, a data de exercício dos Bônus de Subscrição será a data de recebimento da Solicitação de Exercício ("Data de Exercício"), desde que a mesma tenha sido confirmada nos termos da Cláusula 9.3 acima, observado o disposto na Cláusula 10.3 abaixo.
- 9.5 Os Bônus de Subscrição que não tenham sido exercidos no Período de Exercício serão automaticamente extintos.



10. FORMA DE PAGAMENTO DO PREÇO DE EMISSÃO

10.1 O pagamento do Preço de Emissão poderá ser feito da seguinte forma:

I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo:

(a) em moeda corrente nacional; ou

(b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:

(i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;

(ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanescer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e

(iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão; e

II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e, posteriormente, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo:

(a) em moeda corrente nacional; ou



- (b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:
- (i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;
 - (ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanesceer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e
 - (iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão.
- 10.2 Somente Debêntures custodiadas no Escriturador poderão ser utilizadas para fins de pagamento do Preço de Emissão.
- 10.3 A Companhia depositará no Escriturador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício, a quantidade de Ações correspondentes à quantidade de Bônus de Subscrição exercidos. Quaisquer tributos e despesas relacionados ao depósito serão pagos pela Companhia.
- 10.4 Os aumentos de capital decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição, observada a forma estabelecida no artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, serão arquivados na JUCFSP no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da respectiva efetivação.
- 10.5 Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos na

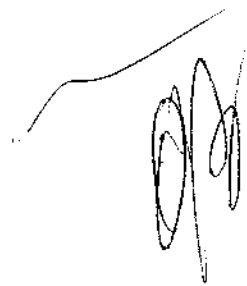
Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.

11. AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DO ESCRITURADOR

11.1 A Solicitação de Exercício deverá ser realizada exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador indicadas a seguir:

- I. Agência Especializada Valores Mobiliários Brasília: SCS Quadra 3, Edifício D'Angela, 30, bloco A, sobreloja, Centro, Brasília, DF;
- II. Agência Especializada Valores Mobiliários Belo Horizonte: Avenida João Pinheiro 195, subsolo, Centro, Belo Horizonte, MG;
- III. Agência Especializada Valores Mobiliários Curitiba: Rua João Negrão 65, sobreloja, Centro, Curitiba, PR;
- IV. Agência Especializada Valores Mobiliários Porto Alegre: Rua Sete de Setembro 746, térreo, Centro, Porto Alegre, RS;
- V. Agência Especializada Valores Mobiliários Rio de Janeiro: Rua Sete de Setembro 99, subsolo, Centro, Rio de Janeiro, RJ;
- VI. Agência Especializada Valores Mobiliários São Paulo: Rua Boa Vista 176, 1º subsolo, Centro, São Paulo, SP; e
- VII. Agência Especializada Valores Mobiliários Salvador: Avenida Estados Unidos 50, 2º andar, Comércio, Salvador, BA.

* * * * *





JUCESF PROTOCOLO
0.332.701/14-1



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.**

Celebram este "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Aditamento"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures") e dos bônus de subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão:

IOCHPE-MAXION S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos 83, Itagaçaba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.014.022, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 25 de março de 2014, entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Escritura de Emissão"), que é parte integrante, complementar e inseparável deste Aditamento.)

CONSIDERANDO que:

- (A) as partes celebraram a Escritura de Emissão;

- (B) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que as matérias objeto deste Aditamento independem de qualquer assembleia geral de Debenturistas; e
- (C) as partes desejam aditar a Escritura de Emissão, conforme as alterações previstas neste Aditamento;

resolvem celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

1.1 A Cláusula 2.1, incisos I e II, da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

"I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:

(a) a ata da RCA Preliminar foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; e

(b) a ata da RCA da Emissão e da Oferta foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014;"

"II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 3 de abril de 2014, sob o n.º ED001388-2/000, e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP;"

1.2 A Cláusula 5.2, *caput*, da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participarão apenas Investidores Institucionais (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no Contrato de Distribuição), para a apuração da demanda apresentada por potenciais investidores, e, consequentemente, a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observada a quantidade mínima de Debêntures prevista na Cláusula 6.3 abaixo e observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no

Contrato de Distribuição, o qual leva em consideração, inclusive em caso de excesso de demanda verificado na Oferta, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia ("Procedimento de Bookbuilding")."

- 1.3 A Cláusula 8.1 da Escritura de Emissão passará a incluir os incisos XV e XVI, com a seguinte redação:

"8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

(...)

XV. o mecanismo de utilização dos créditos para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão; e

XVI. acompanhou e concorda com os cálculos propostos para a troca das Debêntures da Sexta Emissão pelas Debêntures da Primeira Série, possibilitando o alongamento da dívida da Companhia junto a tais debenturistas."

- 1.4 A Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão passará a incluir o inciso XX, com a seguinte redação:

"10.1 A Companhia, neste ato, na data de publicação do Anúncio de Início e em cada Data de Integralização, declara que:

(...)

XX. o mecanismo de utilização dos créditos para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão."

2. RATIFICAÇÃO

- 2.1 Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

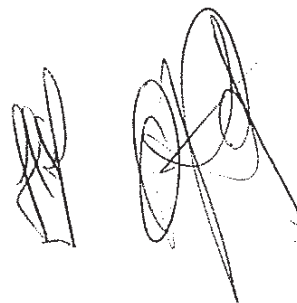


3. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 3.2 Qualquer alteração a este Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 3.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 3.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 3.5 As partes reconhecem este Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 3.6 Para os fins deste Aditamento, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

4. LEI DE REGÊNCIA

- 4.1 Este Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.



5. FORO

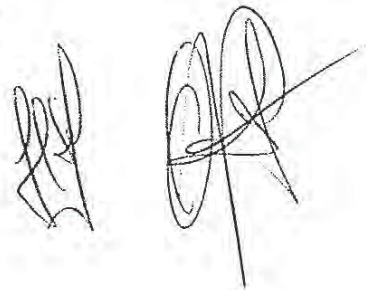
- 5.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de abril de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



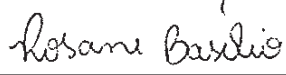
Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A., celebrado entre Iochpe-Maxion S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas.

IOCHPE-MAXION S.A.

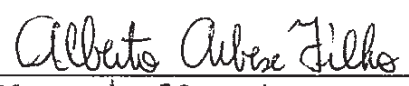

Nome: **Marcos S. de Oliveira**
Cargo: **Diretor Presidente**

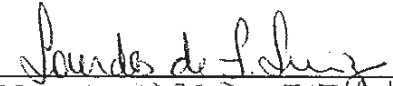

Nome: **OSCAR A. F. BECKER**
Cargo: **Diretor Corporativo Financeiro**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Rosane da Silva Basilio**
Cargo: **Procuradora**
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas:


Nome: **ALBERTO ARBEX FILHO**
Id.: **17.498.140 - SSP/SP**
CPF/MF: **112.690.128-86**


Nome: **LOURDES DE FÁTIMA LUIZ**
Id.: **9.320.566 - SSP/SP**
CPF/MF: **469.824.868-00**



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
GISELA SIMTEMA GESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

ED001388-2/001



SEGUNDO ADITAMENTO AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

Celebram este "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Aditamento"):

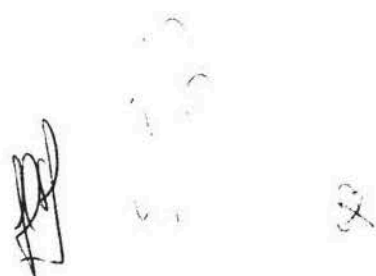
- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures") e dos bônus de subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão:

IOCHPE-MAXION S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos 83, Itagaçaba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.014.022, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 25 de março de 2014, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 10 de abril de 2014 e seus demais aditamentos (em conjunto, "Escritura de Emissão"), que é parte integrante, complementar e inseparável deste Aditamento.)



CONSIDERANDO que:

- (A) as partes celebraram a Escritura de Emissão;
- (B) conforme previsto na Escritura de Emissão:
 - (i) foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão), tendo sido definida, com a Companhia, a alocação de Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão); e
 - (ii) foram definidas a existência e a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (conforme definido no Contrato de Distribuição (o qual está definido na Escritura de Emissão)) recebidos;
- (C) conforme previsto na Cláusula 5.2.3 da Escritura de Emissão, as matérias objeto deste Aditamento independem de qualquer deliberação societária adicional da Companhia;
- (D) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que as matérias objeto deste Aditamento independem de qualquer assembleia geral de Debenturistas; e
- (E) as partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão, conforme as alterações previstas neste Aditamento;

resolvem celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

1.1 A Cláusula 2.1, incisos I e II, da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

"I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:

- (a) a ata da RCA Preliminar foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; e
- (b) a ata da RCA da Emissão e da Oferta foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014;"

"II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 3 de abril de 2014, sob o n.º ED001388-2/000, e o primeiro aditamento a esta Escritura de



Emissão e os demais aditamentos a esta Escritura de Emissão serão inscritos na JUCESP;"

- 1.2 A Cláusula 5.2 (e subcláusulas) da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no Contrato de Distribuição), tendo sido apurada a demanda apresentada por potenciais investidores, e, conseqüentemente, definida, com a Companhia, a alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no Contrato de Distribuição, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia ("Procedimento de Bookbuilding").

- 5.2.1 Foi aceita a participação de investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Tendo em vista que (i) os Acionistas (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição), não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição) efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido



verificado excesso de demanda da Oferta. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

- 5.2.2 As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (conforme definido no Contrato de Distribuição), mediante o recebimento de reservas, e não estavam sujeitas ao Procedimento de *Bookbuilding*. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.
- 5.2.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e a existência e a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão recebidos, serão divulgados por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início")."
- 1.3 A Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:
- "6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$397.732.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas)."
- 1.4 A Cláusula 6.3 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:
- "6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 397.732 (trezentas e noventa e sete mil, setecentas e trinta e duas) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas)."
- 1.5 A Cláusula 6.5 (e subcláusulas) da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:
- "6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, observado que:
- I. com relação à primeira série, serão emitidas 147.732 (cento e quarenta e sete mil, setecentas e trinta e duas) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - II. com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").

- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências ao termo Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.5.2 Fica desde já certo e ajustado que, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, esta Escritura de Emissão será aditada, uma ou mais vezes, independentemente de qualquer deliberação societária da Companhia e/ou de qualquer assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para (i) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e (ii) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série, sob a denominação de "Debêntures".
- 1.6 O item 2 do Anexo I da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:
- "2. QUANTIDADE
- 2.1 Serão emitidos 12.727.424 (doze milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro) Bônus de Subscrição pela Companhia, sendo 32 (trinta e dois) Bônus de Subscrição atribuídos a cada 1 (uma) Debênture subscrita e integralizada nos termos da Escritura de Emissão, os quais circularão independentemente das Debêntures subscritas a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização."
2. RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
- 2.1 Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor, sendo transcrita no Anexo I a este Aditamento a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações objeto deste Aditamento.
3. DISPOSIÇÕES GERAIS
- 3.1 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 3.2 Qualquer alteração a este Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 3.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes



até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 3.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 3.5 As partes reconhecem este Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 3.6 Para os fins deste Aditamento, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

4. LEI DE REGÊNCIA

- 4.1 Este Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.



5. FORO

- 5.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de abril de 2014.


(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'JF' or similar initials, located in the bottom right corner of the page.

Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A., celebrado entre Iochpe-Maxion S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas.

IOCHPE-MAXION S.A.




Nome: Marcos Sergio de Oliveira
Cargo: Diretor Presidente




Nome: Oscar A.F. Becker
Cargo: Diretor Corporativo Financeiro

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS




Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas:



Nome: ALBERTO ARBEX FILHO
Id.: 37.498.140 - SSP-SP
CPF/MF: 112.696.128-86



Nome: ANDRÉ DE FÁTIMA
Id.: 11.220.000
CPF/MF: 40.524.255-06

SEGUNDO ADITAMENTO AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

ANEXO I

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e dos bônus de subscrição a serem emitidos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão:

IOCHPE-MAXION S.A., sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos 83, Itagaçaba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 61.156.113/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.014.022, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:



1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures e dos Bônus de Subscrição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), do processo simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários ("Procedimento Simplificado") instituído na Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas ("Código ANBIMA"), do convênio para adoção do Procedimento Simplificado firmado em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2014 ("RCA Preliminar");
- II. da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 25 de março de 2014; e
- III. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 25 de março de 2014 ("RCA da Emissão e da Oferta").

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da RCA Preliminar foi arquivada na JUCESP em 10 de março de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado de



São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2014; e

(b) a ata da RCA da Emissão e da Oferta foi arquivada na JUCESP em 3 de abril de 2014 e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em 27 de março de 2014;

II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 3 de abril de 2014, sob o n.º ED001388-2/000, e o primeiro aditamento a esta Escritura de Emissão e os demais aditamentos a esta Escritura de Emissão serão inscritos na JUCESP;

III. *registro para distribuição das Debêntures:*

(a) as Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição realizada por meio da CETIP; e

(b) as Debêntures da Segunda Série serão registradas para distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;

IV. *registro para negociação e custódia eletrônica das Debêntures.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;

V. *registro para negociação e custódia eletrônica dos Bônus de Subscrição.* Os Bônus de Subscrição serão registrados para



negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado");

- VI. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta será registrada pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM 471 e no Convênio CVM-ANBIMA; e
- VII. *análise prévia da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do Código ANBIMA e do Convênio CVM-ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhagem, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo; (ii) a importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização; (iii) a prestação de serviços de assistência técnica a outras empresas do mesmo ramo; (iv) assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social; (v) a locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado; (vi) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista; (vii) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados; (viii) a implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e (ix) desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.



4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, permitir o alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante a dação em pagamento das debêntures da sexta emissão da Companhia, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 27 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado ("Debêntures da Sexta Emissão")"; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a amortização parcial antecipada das obrigações decorrentes das debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures e os Bônus de Subscrição serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Votorantim S.A. ("BV", e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") e das demais Instituições Participantes da Oferta (conforme definido no Contrato de Distribuição), instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures



da Primeira Série; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série.

- 5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participaram apenas Investidores Institucionais (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no Contrato de Distribuição), tendo sido apurada a demanda apresentada por potenciais investidores, e, conseqüentemente, definida, com a Companhia, a alocação de Debêntures da Segunda Série, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo, conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e previsto no Contrato de Distribuição, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica das Instituições Participantes da Oferta e da Companhia ("Procedimento de Bookbuilding").

- 5.2.1 Foi aceita a participação de investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, do qual participaram apenas Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Segunda Série, no âmbito da Oferta Institucional, perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Tendo em vista que (i) os Acionistas (conforme definido no Contrato de Distribuição), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição), não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*; e (ii) a Oferta Prioritária tem por base o disposto no artigo 21 da Instrução CVM 400, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária (conforme definido no Contrato de Distribuição) efetuados por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta Prioritária, de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição, não estavam sujeitos a cancelamento caso tivesse sido verificado excesso de demanda da Oferta. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

- 5.2.2 As Debêntures da Primeira Série serão objeto de oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão (conforme definido no Contrato de Distribuição), mediante o recebimento de reservas, e não estavam sujeitas ao Procedimento de



Bookbuilding. Como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, será permitida a colocação de Debêntures da Primeira Série perante Debenturistas da Sexta Emissão que sejam Pessoas Vinculadas. O investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

5.2.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, e a existência e a quantidade de Debêntures da Primeira Série, com base nos Pedidos de Reserva da Oferta aos Debenturistas da Sexta Emissão recebidos, serão divulgados por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início").

5.3 *Prazo de Subscrição*. Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o formulário de referência ("Formulário de Referência"), elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") (o prospecto definitivo da Oferta e o Formulário de Referência denominados, em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures e os Bônus de Subscrição serão subscritos, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado, em qualquer caso, à Data Limite de Colocação (conforme definido no Contrato de Distribuição).

5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures*. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Integralização"), observado que:

I. com relação às Debêntures da Primeira Série, por meio do MDA ou da Central Depositária da BM&FBOVESPA, conforme o caso, exclusivamente mediante utilização dos créditos decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, observado que:

(a) cada Debênture da Sexta Emissão dará direito à subscrição e integralização de 1 (uma) Debênture da Primeira Série (acrescida dos Bônus de Subscrição a que cada Debênture faz jus nos termos desta Escritura de Emissão), tendo em vista que o saldo devedor de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão (correspondente ao saldo devedor do valor nominal das Debêntures da Sexta Emissão, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis* desde a data de pagamento de juros

imediatamente anterior até a respectiva Data de Integralização) corresponderá ao Preço de Integralização de cada uma das Debêntures da Primeira Série;

(b) somente poderão ser utilizadas para integralizar Debêntures da Primeira Série (i) por meio do MDA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na CETIP; e (ii) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, as Debêntures da Sexta Emissão que estiverem custodiadas na BM&FBOVESPA; e

(c) os titulares de Debêntures da Sexta Emissão que utilizarem Debêntures da Sexta Emissão para integralizar Debêntures da Primeira Série deverão adotar todas as medidas e providências necessárias à efetivação da integralização das Debêntures da Primeira Série e renunciar, de forma irrevogável e irretratável, a quaisquer direitos a que façam jus na qualidade de titulares de Debêntures da Sexta Emissão, inclusive eventuais garantias e/ou remunerações e/ou encargos referentes às suas Debêntures da Sexta Emissão, que serão canceladas pela Companhia após a integralização das Debêntures da Primeira Série; e

II. com relação às Debêntures da Segunda Série, por meio do MDA ou do DDA, conforme o caso, exclusivamente em moeda corrente nacional.

5.5 *Negociação das Debêntures.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e do BOVESPAFIX.

5.6 *Negociação dos Bônus de Subscrição.* Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado, observado o disposto na Cláusula 6.10.2 abaixo.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, DAS DEBÊNTURES E DOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a sétima emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$397.732.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas).



- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 397.732 (trezentas e noventa e sete mil, setecentas e trinta e duas) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo (e subcláusulas).
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, observado que:
- I. com relação à primeira série, serão emitidas 147.732 (cento e quarenta e sete mil, setecentas e trinta e duas) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - II. com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências ao termo Debêntures devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.5.2 Fica desde já certo e ajustado que, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, esta Escritura de Emissão será aditada, uma ou mais vezes, independentemente de qualquer deliberação societária da Companhia e/ou de qualquer assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para (i) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e (ii) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série, sob a denominação de "Debêntures".
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures e dos Bônus de Subscrição é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Bônus de Subscrição.* Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 (trinta e dois) bônus de subscrição de emissão da Companhia, com as características previstas no Anexo I a esta Escritura de Emissão ("Bônus de Subscrição").
- 6.10.1 Os Bônus de Subscrição concedidos às Debêntures subscritas e integralizadas (i) por meio da Central Depositária da BM&FBOVESPA, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou do DDA, no caso das Debêntures da Segunda Série, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio da BM&FBOVESPA, na respectiva Data de Integralização; e (ii) por meio do MDA, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio do Escriturador, na respectiva Data de Integralização.
- 6.10.2 Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.
- 6.11 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019 ("Data de Vencimento").



6.14 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento.

6.15 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; e

II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) incidirão juros remuneratórios correspondentes a 99% (noventa e nove por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º (primeiro) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Sendo que:

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

S = 99,0000;

TDI_k = fator da Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1 Observado o disposto na Cláusula 6.15.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta

Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

- 6.15.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente

anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Exceto pelo disposto na Cláusula 6.19 abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.
- 6.18 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
- 6.19 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.28 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma e prazo de manifestação à Companhia pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à



Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, e, conforme indicado no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, deverá ocorrer, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;

- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;
- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.22 abaixo; e
- VI. o resgate antecipado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da

quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

- 6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.
- 6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) por meio da CETIP, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio da BM&FBOVESPA, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA; ou (iii) por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso, nos demais casos.
- 6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional;



(ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

- 6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.26 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.1 a 6.27.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de



Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.27.1 abaixo e 6.27.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

6.27.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.3 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) ou dos Bônus de Subscrição, declarada por meio de decisão judicial transitada em julgado;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada da Companhia, desta Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou dos Bônus de Subscrição, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- V. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VII abaixo; (b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, independentemente do



deferimento do respectivo pedido; ou (f) eventos similares aos descritos nas alíneas (a) a (e) acima em outras jurisdições;

VI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

VII. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:

(a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou

(b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Valor Base"), sendo que, nesse caso, será recalculada toda a Remuneração paga até a data do efetivo pagamento, em cada data de pagamento de Remuneração, considerando-se uma taxa de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Taxa Ajustada"), sendo que as diferenças entre os valores recalculados e os valores efetivamente pagos, para cada data de pagamento de Remuneração, serão trazidas a valor presente pela Taxa Ajustada até a data do efetivo pagamento e adicionadas ao Valor Base; ou

(c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada, de ações de emissão de qualquer Controlada ou de parcela cindida de qualquer Controlada; ou

(d) pela incorporação, por qualquer Controlada, de qualquer outra Controlada, de ações de emissão de qualquer outra Controlada ou de parcela cindida de qualquer outra Controlada; ou

(e) pela incorporação, pela Companhia ou por qualquer Controlada (de modo que a Companhia ou a Controlada seja a incorporadora) de qualquer sociedade, de ações de emissão de



qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações de emissão da Companhia ou de ações de emissão da respectiva Controlada, desde que, em qualquer caso, seja realizada, imediatamente após a realização da operação, a atualização da classificação de risco (*rating*) das Debêntures e que a nova classificação de risco (*rating*) das Debêntures seja igual ou superior àquela obtida por ocasião da emissão das Debêntures; ou

- (f) pela incorporação, por qualquer sociedade, seja ou não tal sociedade parte relacionada da Companhia, de qualquer Controlada que não seja uma Controlada Relevante; ou
- (g) pela cisão, total ou parcial, de qualquer Controlada, desde que a totalidade da parcela cindida do patrimônio da Controlada cindida seja vertida para a Companhia e/ou para qualquer outra Controlada; ou
- (h) pela cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária de qualquer Controlada em razão de ordem judicial, sentença arbitral, exigência legal ou decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE");

- VIII. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. não manutenção de capital autorizado necessário ao exercício dos Bônus de Subscrição, nos termos previstos na Cláusula 6.10 acima;
- X. criação de ações preferenciais de emissão da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- XI. alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou



- (b) exclusivamente no caso de qualquer Controlada, se não resultar em alteração do objeto social principal da respectiva Controlada;
- XII. vencimento antecipado, seja por declaração do respectivo credor ou de forma automática, de qualquer dívida ou obrigação, incluindo qualquer Obrigação Financeira, da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora);
- XIII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; ou
- XIV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima.

6.27.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Bônus de Subscrição, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. aquisição, por terceiros, do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se o(s) novo(s) controlador(es) atender(em), cumulativamente, às seguintes condições: (a) possuir classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco (*rating*) atribuída à Companhia, em escala local, caso aplicável, pela Standard & Poors' ou pela Fitch Ratings, ou classificação similar publicada pela Moody's; (b) possuir histórico de adimplência de todas as suas obrigações com os mercados financeiros brasileiro e internacional similar ao da Companhia na Data de Emissão; e (c) manter as ações de emissão da Companhia listadas no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, disciplinado pelo



Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA
("Novo Mercado");

- III. pedido de cancelamento ou cancelamento (a) do registro da Companhia como companhia emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM; e/ou (b) da listagem das ações de emissão da Companhia e/ou dos Bônus de Subscrição no Novo Mercado, exceto se o cancelamento tenha ocorrido em virtude de reorganização societária envolvendo a Companhia que seja autorizada pelos Debenturistas ou permitida, nos termos da Cláusula 6.27.1 acima, inciso VII, alínea (a) ou (b);
- IV. caso a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante deixe de manter todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, exceto por aquelas cuja ausência, perda ou não renovação não tenha um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- V. citação da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante em autuações na esfera administrativa ou medida judiciais iniciadas por órgãos governamentais de natureza fiscal, previdenciária, ambiental ou de defesa da concorrência, em qualquer jurisdição, exceto se, no prazo legal aplicável, tenham sido apresentadas as defesas, recursos e/ou exceções cabíveis, com o objetivo de suspender ou interromper tais autuações ou medida judiciais e, caso aplicável, tenham sido apresentadas garantias consideradas suficientes pelo respectivo juízo, exceto por tais eventos que não tenham um Efeito Adverso Relevante;
- VI. realização, pela Companhia ou por qualquer Controlada, de qualquer operação com parte(s) relacionada(s), exceto:
 - (a) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se contratada em parâmetros de mercado, no caso de prestação de serviços, e a taxas de juros e condições de mercado, no caso de mútuos; ou
 - (c) se contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou quaisquer de suas subsidiárias;
- VII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;



- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo), não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- IX. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação que não seja Obrigação Financeira, em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- X. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- XI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- XII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) para a Companhia ou qualquer Controlada; ou
 - (c) por venda de ativo(s) para terceiros em virtude de ordem judicial, sentença arbitral ou exigência legal de decisão do CADE; ou



(d) pela cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativo(s) em valor, individual ou, durante a vigência das Debêntures, agregado, considerando quaisquer aquisições de ativos a partir da Data de Emissão, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) (x) do ativo consolidado da Companhia ou (y) da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor entre os itens (x) e (y), com base (i) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes à época da cessão, venda, alienação e/ou transferência em questão; ou, alternativamente, (ii) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013, o que for maior entre os itens (i) e (ii) acima;

XIII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse, direta ou indireta, da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, que resultem em Efeito Adverso Relevante; ou

XIV. não observância, pela Companhia, do índice financeiro abaixo ("Índice Financeiro"), a ser assegurado pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) semestralmente, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014: o quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pela soma do EBITDA (conforme definido abaixo) dos 4 (quatro) últimos trimestres, não deverá ser superior a:

(a) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2014;

(b) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2014;

(c) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2015;



- (d) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2015;
- (e) 3,0 (três) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho de 2016;
- (f) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2016; e
- (g) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

6.27.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.27.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.27.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento



antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.27.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos destinados ao pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.27.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada Relevante" significa (a) a Iochpe Holdings LLC; (b) a Maxion Wheels; e (c) qualquer outra Controlada cujo ativo total ou cuja receita bruta, com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas de tal Controlada, represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do ativo consolidado da Companhia ou da receita bruta consolidada da Companhia, o que for menor, com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia;
- II. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório do endividamento financeiro da Companhia do circulante e do não circulante, venda de recebíveis com coobrigação, garantias em favor de terceiros, *leasing* financeiro, debêntures e notas, passivos oriundos de outros instrumentos financeiros, incluindo contas a pagar de operações de fusão e aquisição e dívidas oriundas de aquisições de novas entidades ainda não consolidadas nas



Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, deduzido da rubrica "caixa e aplicações financeiras";

- III. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012; e
- IV. "Obrigação Financeira" significa valores devidos, em qualquer jurisdição, em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, cédulas de crédito bancário, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias, *bonds*, *notes* ou instrumentos similares; (b) aquisições societárias a pagar; (c) saldo líquido de operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de sociedades não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos fixos ou mínimos, se aplicável.

6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.29 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo, e serão consideradas recebidas quando (a) entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; ou (b) realizadas por fac-símile ou correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.



I. para a Companhia:

Iochpe-Maxion S.A.
Rua Luigi Galvani 146, 13º andar
04575-020 São Paulo, SP

At.: Sr. Oscar Antônio Fontoura Becker
Sr. Alberto Arbex Filho
Telefone: (11) 5508-3803
Fac-símile: (11) 5506-7353
Correio Eletrônico: becker@iochpe.com.br
alberto@iochpe.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet:

(a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

(b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de



seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e

- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alínea (a) e, exclusivamente com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia relativas a 30 de junho de cada ano, alínea (b), a memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à verificação do Índice Financeiro, juntamente com o relatório de asseguuração limitada dos Auditores Independentes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou aos Auditores Independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alínea (a) e, exclusivamente com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia relativas a 30 de junho de cada ano, alínea (b), declaração firmada por representantes legais da Companhia, na forma de seu estatuto social, atestando (i) a veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro; (ii) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (iii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os Debenturistas; (iv) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM; (v) o cumprimento da obrigação de manutenção de departamento para atendimento aos



Debenturistas; (vi) que os bens da Companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (vii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia, relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações (com base nas informações então disponíveis) a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e das Controladas, considerado de forma agregada e com relação à Companhia e as Controladas como um todo; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (j) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência



classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso XIII abaixo; e

(k) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;

- III. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM;
- IV. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- V. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- VI. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais leis e regulamentos ambientais supletivos, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita no objeto social da Companhia e das Controladas, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- VII. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, observar, e fazer com que as Controladas observem, estritamente a legislação e a regulamentação tributárias aplicáveis, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar e fazer com que as Controladas efetuem o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- VIII. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir o disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- IX. sem prejuízo do disposto no inciso V acima, cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, a CETIP e a BM&FBOVESPA,



incluindo o envio de documentos e a prestação de informações que lhe forem solicitadas por tais instituições, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis;

- X. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- XI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA e, conforme aplicável, DDA), os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e BOVESPAFIX) e o sistema de negociação dos Bônus de Subscrição no mercado secundário (Novo Mercado);
- XIII. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a



agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- XIV. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XV. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XVI. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XVII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva convocá-la nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- XVIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XIX. promover todos os atos legais e regulamentares pertinentes para assegurar a plena eficácia e efetividade do exercício dos Bônus de Subscrição, nos termos da Cláusula 6.10 acima.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido



plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- XIII. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:
- (a) quinta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 124.000 (cento e vinte e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas por fiança de Iochpe Holdings LLC, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando, portanto, R\$1.240.000.000,00 (um bilhão e duzentos e quarenta milhões de reais), com prazo de 9 (nove) anos contados da data de emissão, qual seja, 15 de março de 2013, sendo toda a emissão garantida por penhor da totalidade do capital social de Iochpe Holdings LLC, penhor da totalidade do capital social de Maxion Wheels e cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de Hayes Lemmerz Indústria de Rodas S.A., existentes e originados no futuro decorrentes da venda de produtos e serviços de qualquer natureza pelas outorgantes a terceiros, correspondendo tais direitos de crédito a 100% (cem por cento) de sua receita operacional (observados os termos de tal contrato), tendo ocorrido evento de amortização extraordinária, e não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, repactuação ou inadimplemento; e
 - (b) sexta emissão de debêntures da Companhia, consistindo em 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirografária, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), com prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, qual seja, 1º de abril de 2013, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento;
- XIV. tendo em vista o disposto no inciso XIII acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIII acima;



- XV. o mecanismo de utilização dos créditos para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão; e
- XVI. acompanhou e concorda com os cálculos propostos para a troca das Debêntures da Sexta Emissão pelas Debêntures da Primeira Série, possibilitando o alongamento da dívida da Companhia junto a tais debenturistas.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;



- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado na JUCESP;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
 - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima; e
 - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
 - (a) de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
 - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que

venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;

- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGPM, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e
- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;

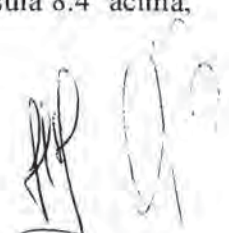
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização;
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas, conforme definido em assembleia geral de Debenturistas; e
- (g) pagamento de custas judiciais incorridas para preservação dos direitos dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima,



- inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
 - XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
 - XII. examinar a alteração do estatuto social da Companhia que objetive mudar o objeto social da Companhia, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações objeto dos Bônus de Subscrição, cumprindo-lhe convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar acerca da matéria, nos termos do artigo 57, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a



alteração proposta, observado o disposto na Cláusula 6.27.1 acima, incisos X e XI, alínea (a);

- XIII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, dação em pagamento de Debêntures para pagamento do Preço de Emissão, nos termos da Cláusula 6.10 acima, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;



- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XIII; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.28 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- XXII. divulgar as informações referidas no inciso XV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXIII. divulgar, aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial ou eventos similares em outras jurisdições, da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.27 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário pode se balizar exclusivamente nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para verificar o atendimento do Índice Financeiro.



- 8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.
- 8.10 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

A handwritten signature in dark ink is visible, followed by a faint circular stamp or seal.

- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima; e
 - III. as disposições referentes aos Bônus de Subscrição, que não estão sujeitas às deliberações de Debenturistas.
- 9.6.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge,



companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

- 9.7 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

- 10.1 A Companhia, neste ato, na data de publicação do Anúncio de Início e em cada Data de Integralização, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão dos Bônus de Subscrição e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos,

esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, que incorpora por referência o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos"), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm e conterão todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, dos Bônus de Subscrição, da Companhia e das Controladas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e das Controladas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm e não conterão declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contêm e não conterão omissões de fatos relevantes; e (d) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;



- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XII. seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM encontra-se atualizado;
- XIII. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XIV. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cujos questionamentos estão descritos nos Prospectos, e/ou cujo descumprimento que não cause um Efeito Adverso Relevante;
- XV. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- XVI. possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- XVII. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;



- XVIII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIX. a Companhia tem capital social autorizado descrito nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta; todas as ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram devida e validamente autorizadas; todas as ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram e, quando do exercício dos Bônus de Subscrição e da integralização das ações objeto dos Bônus de Subscrição, terão sido, devidamente emitidas, totalmente subscritas e não sujeitas a chamadas adicionais, e estarão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com a sua descrição nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta; e, exceto pelo direito de prioridade assegurado aos acionistas da Companhia no âmbito da oferta prioritária, nos termos do Contrato de Distribuição, nem os acionistas da Companhia ou quaisquer outras pessoas têm direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures e respectivos Bônus de Subscrição; nenhuma das ações em circulação representativas do capital social da Companhia foram emitidas em violação a qualquer direito de preferência ou direito similar de qualquer acionista e não há limitações ou restrições com relação aos direitos dos acionistas de manter, votar ou transferir suas respectivas ações de emissão da Companhia, exceto conforme descrito nos Prospectos e em eventuais materiais de *marketing* da Oferta. Com o exercício dos Bônus de Subscrição e a integralização das ações objeto dos Bônus de Subscrição, todos os direitos e a propriedade sobre tais ações objeto dos Bônus de Subscrição serão transferidos para os respectivos subscritores, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais (exceto por aqueles que tenham sido causados pelos titulares dos Bônus de Subscrição); e
- XX. o mecanismo de utilização dos créditos para subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série não contraria qualquer cláusula da escritura de emissão das Debêntures da Sexta Emissão.
- 10.2 A Companhia, de forma irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas, os titulares dos Bônus de Subscrição e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas, pelos titulares dos Bônus de Subscrição e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei

n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO, DA SÉTIMA EMISSÃO DE
IOCHPE-MAXION S.A.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

Termos iniciados por letra maiúscula aqui utilizados que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 25 de março de 2014, entre Iochpe-Maxion S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e seus aditamentos ("Escritura de Emissão")

1. VALOR DA EMISSÃO

- 1.1 Não será atribuído valor à emissão dos Bônus de Subscrição, uma vez que os Bônus de Subscrição serão emitidos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures da sétima emissão de Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") nos termos da Escritura de Emissão ("Debêntures").

2. QUANTIDADE

- 2.1 Serão emitidos 12.727.424 (doze milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro) Bônus de Subscrição pela Companhia, sendo 32 (trinta e dois) Bônus de Subscrição atribuídos a cada 1 (uma) Debênture subscrita e integralizada nos termos da Escritura de Emissão, os quais circularão independentemente das Debêntures subscritas a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização.

3. SÉRIES

- 3.1 Os Bônus de Subscrição serão emitidos em série única.

4. DATA DE EMISSÃO

- 4.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão").



5. ESCRITURADOR

- 5.1 A instituição prestadora de serviços de escrituração dos Bônus de Subscrição é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escrutador").

6. FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE

- 6.1 Os Bônus de Subscrição serão emitidos sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade dos Bônus de Subscrição será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação aos Bônus de Subscrição que estiverem custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do respectivo titular, que servirá de comprovante de titularidade de tais Bônus de Subscrição.

7. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

8. QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM SUBSCRITAS E PREÇO DE EMISSÃO

- 8.1 Cada Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser emitida pela Companhia ("Ação") ao Preço de Emissão (conforme definido abaixo).

- 8.2 O preço de emissão das Ações será de;

I. R\$31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos) por Ação ("Preço de Emissão"); ou

II. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2017 (exceto nos casos previstos na Cláusula 8.3 abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição, exclusivamente pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que o preço de emissão por ação ordinária da nova emissão pela Companhia for estabelecido, poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da



nova emissão. Após o decurso do referido prazo de 60 (sessenta) dias, o Preço de Emissão será reestabelecido conforme valor mencionado no inciso I acima; ou

III. caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 2 de abril de 2017 e 1º de abril de 2019 (exceto nos casos previstos na Cláusula 8.3 abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão até 1º de abril de 2019.

- 8.3 O disposto na Cláusula 8.2 acima, incisos II e III, não será aplicável se as referidas emissões de ações (i) resultarem em um preço de emissão por ação superior ao Preço de Emissão; (ii) decorrerem do exercício de plano de opção de compra de ações da Companhia já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão; (iii) decorrerem da conversão das Debêntures da Sexta Emissão; ou (iv) decorrerem dos eventos societários permitidos nos termos da Cláusula 6.27.1, inciso VII, alíneas (c), (e), (g) e (h), da Escritura de Emissão.
- 8.4 Caso ocorra qualquer das hipóteses de alteração do Preço de Emissão previstas na Cláusula 8.2 acima, a Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do evento que lhe der causa, deverá publicar um comunicado, na forma prevista na Cláusula 6.28 da Escritura de Emissão, informando o novo Preço de Emissão, sem qualquer ajuste ao Preço de Emissão pago por Ações que já tenham sido subscritas e integralizadas em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição.
- 8.5 A quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição e o Preço de Emissão (i) serão automaticamente ajustados por qualquer bonificação, desdobramento, ou grupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão; e (ii) não serão ajustados por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros.
- 8.6 As Ações subscritas e integralizadas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, bem como farão jus a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da

Data de Exercício (conforme definido abaixo), inclusive no que se refere ao direito a dividendos integrais que venham a ser deliberados a partir da Data de Exercício, mesmo que se refiram a resultados de exercícios anteriores ao da Data de Exercício.

9. PROCEDIMENTO PARA EXERCÍCIO DO BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO

- 9.1 Os Bônus de Subscrição, à opção de seus titulares, poderão ser exercidos, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão até 1º de abril de 2019 ("Período de Exercício").
- 9.2 Os titulares dos Bônus de Subscrição que desejarem exercer seus Bônus de Subscrição, nos termos previstos acima, deverão exercer esse direito durante o Período de Exercício da seguinte forma ("Solicitação de Exercício"):
- I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício; e
 - II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e, posteriormente, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo, mediante a indicação da quantidade de Bônus de Subscrição de sua titularidade que serão objeto do exercício.
- 9.3 O Escriturador (i) fará o controle e a confirmação da Solicitação de Exercício e da verificação da quantidade de Bônus de Subscrição do respectivo titular; e (ii) informará, na mesma data, a Companhia acerca do exercício de cada Bônus de Subscrição.
- 9.4 Para todos os efeitos legais, a data de exercício dos Bônus de Subscrição será a data de recebimento da Solicitação de Exercício ("Data de Exercício"), desde que a mesma tenha sido confirmada nos termos da Cláusula 9.3 acima, observado o disposto na Cláusula 10.3 abaixo.
- 9.5 Os Bônus de Subscrição que não tenham sido exercidos no Período de Exercício serão automaticamente extintos.



10. FORMA DE PAGAMENTO DO PREÇO DE EMISSÃO

10.1 O pagamento do Preço de Emissão poderá ser feito da seguinte forma:

I. com relação aos Bônus de Subscrição que não estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo:

(a) em moeda corrente nacional; ou

(b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:

(i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;

(ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanescer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e

(iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão; e

II. com relação aos Bônus de Subscrição que estejam custodiados eletronicamente na BM&FBOVESPA, por meio da retirada dos respectivos Bônus de Subscrição da custódia da BM&FBOVESPA e, posteriormente, por meio dos procedimentos do Escriturador, exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador a que se refere a Cláusula 11 abaixo:

(a) em moeda corrente nacional; ou



- (b) mediante dação em pagamento de Debêntures custodiadas no Escriturador, desde que o somatório do Preço de Emissão das Ações a serem subscritas seja igual ou superior ao somatório do valor nominal das Debêntures dadas em pagamento, observado que:
- (i) será considerado exclusivamente o Valor Nominal Unitário como pagamento do Preço de Emissão, devendo a Remuneração ser (1) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, conforme prevista no item (2) abaixo; e (2) paga, pela Companhia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício;
 - (ii) eventual saldo devedor do Preço de Emissão que remanescer após a dação em pagamento de Debêntures deverá ser pago à Companhia em moeda corrente nacional na Data de Exercício; e
 - (iii) a dação em pagamento de qualquer das Debêntures para pagamento do Preço de Emissão implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture pela Companhia, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture previstos na Escritura de Emissão.
- 10.2 Somente Debêntures custodiadas no Escriturador poderão ser utilizadas para fins de pagamento do Preço de Emissão.
- 10.3 A Companhia depositará no Escriturador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva Data de Exercício, a quantidade de Ações correspondentes à quantidade de Bônus de Subscrição exercidos. Quaisquer tributos e despesas relacionados ao depósito serão pagos pela Companhia.
- 10.4 Os aumentos de capital decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição, observada a forma estabelecida no artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, serão arquivados na JUCESP no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da respectiva efetivação.
- 10.5 Os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos na

Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro.

11. AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DO ESCRITURADOR

11.1 A Solicitação de Exercício deverá ser realizada exclusivamente nas agências especializadas do Escriturador indicadas a seguir:

- I. Agência Especializada Valores Mobiliários Brasília: SCS Quadra 3, Edifício D'Angela, 30, bloco A, sobreloja, Centro, Brasília, DF;
- II. Agência Especializada Valores Mobiliários Belo Horizonte: Avenida João Pinheiro 195, subsolo, Centro, Belo Horizonte, MG;
- III. Agência Especializada Valores Mobiliários Curitiba: Rua João Negrão 65, sobreloja, Centro, Curitiba, PR;
- IV. Agência Especializada Valores Mobiliários Porto Alegre: Rua Sete de Setembro 746, térreo, Centro, Porto Alegre, RS;
- V. Agência Especializada Valores Mobiliários Rio de Janeiro: Rua Sete de Setembro 99, subsolo, Centro, Rio de Janeiro, RJ;
- VI. Agência Especializada Valores Mobiliários São Paulo: Rua Boa Vista 176, 1º subsolo, Centro, São Paulo, SP; e
- VII. Agência Especializada Valores Mobiliários Salvador: Avenida Estados Unidos 50, 2º andar, Comércio, Salvador, BA.

* * * * *



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Capa do Requerimento

<div>DATA DO R</div> <div>PROCOLO</div> <div>16 ABR 2014</div> <div>JUNTA COMERCIAL</div>	<p>SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.</p> <p>NOME EMPRESARIAL IOCHPE-MAXION S.A.</p>	<div>JUCESP PROCOLO 0.348.225/14-3</div> <div></div> <div></div> <div>USO EXCLUSIVO DA JUCESP</div>
<p>ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)</p> <p>Debenture Aditamento;</p>		<p>Controle Internet</p> <p>014244173-2</p> <div></div>

ANEXO B - ATOS SOCIETÁRIOS DA COMPANHIA RELATIVOS À EMISSÃO – ATAS DE RCA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ/ME 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022
Companhia Aberta

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014**

1. **Data, Hora e Local:** Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2014, às 18:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146 - 13 º andar.
2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 26 parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda: (i) a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (ii) a Sra. Flávia Senna Handel.
3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel.
4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) emissão pela Companhia de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"), às quais serão atribuídos, como vantagem adicional, os Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo), nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Emissão"), objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (ii) autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação, formalização e administração das deliberações desta Reunião, assim como representar a Companhia junto às entidades participantes da Emissão e da Oferta; e (iii) ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.
5. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, deliberaram, nos termos da alínea (t) do artigo 27 e do parágrafo segundo do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia:
 - 5.1. Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário.
 - 5.2. Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características: Valor total da Emissão: até R\$570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais), sendo R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para integralização em dinheiro ("Novos Recursos") e objeto de garantia firme a ser prestada pela(s) instituição(ões) intermediária(s) da Oferta ("Coordenador(es)"), e até R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) para integralização em

✓

créditos decorrentes das debêntures da 6ª emissão da Companhia ("6ª Emissão"), a exclusivo critério dos debenturistas da 6ª Emissão, que poderão entregar as debêntures da 6ª Emissão a título de dação em pagamento do preço de subscrição das Debêntures, sendo canceladas as debêntures da 6ª Emissão recebidas como pagamento das Debêntures; Destinação dos Recursos: os Novos Recursos decorrentes da Emissão serão destinados à readequação do perfil da dívida da Companhia; Quantidade: até 570.000 (quinhentas e setenta mil) Debêntures; Valor nominal de cada Debênture: R\$1.000,00 (um mil reais); Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos, contados de 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão"); Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; Espécie: quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; Remuneração: juros remuneratórios correspondentes a 99% (noventa e nove por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, a ser paga semestralmente; Bônus de Subscrição: as Debêntures farão jus à emissão de até 18.240.000 (dezoito milhões, duzentos e quarenta mil) bônus de subscrição ("Bônus de Subscrição"), atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das Debêntures, nos termos do artigo 77 da Lei das Sociedades por Ações, sendo atribuídos 32 (trinta e dois) Bônus de Subscrição para cada Debênture emitida e cada Bônus de Subscrição dará direito à subscrição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ao preço de exercício de R\$ 31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos); Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding): será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, com ou sem o recebimento de reservas, organizado pelo(s) Coordenador(es), nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição, com a Companhia, da quantidade de Debêntures objeto da oferta, observado o limite previsto acima.

5.3. Autorizar a Diretoria da Companhia a (i) praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação, formalização e administração das deliberações desta Reunião, assim como representá-la perante quaisquer entidades públicas ou privadas com o fim da obtenção do registro da Oferta perante a CVM, incluindo a própria CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; e (ii) contratar os prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, conforme aplicável, incluindo instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, agente fiduciário, instituição financeira para atuar como escriturador e banco liquidante das Debêntures, assessores legais, auditores independentes e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures e dos Bônus de Subscrição.

+

5.4. Nos termos da alínea (b) do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, indicar que o Sr. Marcos Sérgio de Oliveira, Diretor da Companhia, poderá, conjuntamente com outro Diretor sem designação específica da Companhia, praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos a que se refere a deliberação anterior.

5.5. Ratificar todos os atos anteriormente praticados pela Diretoria do âmbito da Oferta.

5.6. Consignar que a efetiva emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição, de acordo com o artigo 59 caput e seu parágrafo 1º e o artigo 76 da Lei das Sociedades por Ações, os principais instrumentos a eles relacionados, assim como os principais termos e condições da Emissão e da Oferta serão oportunamente deliberados em nova Reunião do Conselho de Administração da Companhia.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo presidente da mesa, pela secretária, pelos membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal presentes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.

Assinaturas: Ivoncy Brochmann Ioschpe - Presidente da mesa. Flávia Senna Handel - Secretária. Membros do Conselho de Administração: Ivoncy Brochmann Ioschpe, Salomão Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, Iboty Brochmann Ioschpe, Leandro Kolodny, Mauro Knijnik, Pedro Gomes Duncan, Nildemar Secches, Thomas Bier Herrmann, Israel Vainboim, Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira. Membros do Conselho Fiscal: Ademar Rui Bratz, Mauricio Diácoli, Reginaldo Ferreira Alexandre.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Flávia Senna Handel
Flávia Senna Handel
Secretária



JUCESP

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ/MF 61.456.113/0001-75

NIRE 35.300.014.022

Companhia Aberta



JUCESP PROTOCOLO
0.271.969/14-3



**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 25 de março de 2014, às 17:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146 – 13º andar.
2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 26 Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Companhia. Presentes ainda: (i) membro do Conselho Fiscal da Companhia; e (ii) a Sra. Flávia Senna Handel.
3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel.
4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre, conforme consignado no item 5.6 da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 26 de fevereiro de 2014, às 18:00 horas, (4.1) a realização da 7ª (sétima) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries ("Debêntures"), às quais serão atribuídos, como vantagem adicional, Bônus de Subscrição (conforme definido abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), do processo simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários ("Procedimento Simplificado") instituído na Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas ("Código ANBIMA"), do convênio para adoção do Procedimento Simplificado firmado em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto Social, porém, com prioridade aos atuais acionistas da Companhia para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400 ("Oferta"); (4.2) a autorização para a Companhia cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) não colocado no âmbito da Oferta, por meio de aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo);

↓

(4.3) a autorização para a Companhia (i) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; (ii) contratar (a) o Banco Fator S.A. e o Banco Votorantim S.A., para intermediar e coordenar a Oferta ("Coordenadores") e outras instituições financeiras que se façam necessárias para agir nessa qualidade (em conjunto com os Coordenadores, "Instituições Participantes da Oferta"); e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), instituição escrituradora das Debêntures ("Escriturador"), banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante"), auditor independente, agência(s) de classificação de risco e assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; (4.4) a autorização para a Companhia cancelar as Debêntures da Sexta Emissão (conforme definido abaixo) recebidas em dação em pagamento no âmbito da subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série; e (4.5) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.

5. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos e sem ressalvas, nos termos da alínea (t) do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, em complemento ao aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 26 de fevereiro de 2014, às 18:00 horas, e conforme consignado no item 5.6 da ata da referida reunião:

5.1 Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da competente escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"):

- I. *Destinação dos Recursos.* Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) com relação às Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), permitir o alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante a dação em pagamento das debêntures da sexta emissão da Companhia, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Sexta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 27 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado ("Debêntures da Sexta Emissão")"; e (ii) com relação às Debêntures da Segunda Série, a amortização parcial antecipada das obrigações decorrentes das debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Quinta Emissão de Iochpe-Maxion S.A.", celebrado em 14 de março de 2013, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado.

- II. *Colocação.* As Debêntures e os Bônus de Subscrição serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, do Procedimento Simplificado instituído na Instrução CVM 471, do Código ANBIMA, do Convênio CVM-ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Companhia na subscrição dos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto Social, porém, com prioridade aos atuais acionistas para a subscrição de determinada quantidade de Debêntures da Segunda Série e respectivos Bônus de Subscrição, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e do contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação dos Coordenadores e das demais Instituições Participantes da Oferta, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob (i) o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Primeira Série; e (ii) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures da Segunda Série.
- III. *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, do qual participarão apenas investidores institucionais, no âmbito da oferta institucional, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta, para a definição, com a Companhia, da alocação de Debêntures da Segunda Série, observada a quantidade mínima de Debêntures prevista no item X abaixo e observado o disposto no item XII abaixo ("Procedimento de Bookbuilding").
- IV. *Prazo de Subscrição.* Respeitados (i) o atendimento dos requisitos previstos na Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iv) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, que incorpora por referência o formulário de referência e determinadas demonstrações financeiras da Companhia, elaborados pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, as Debêntures e os Bônus de Subscrição serão subscritos, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado, em qualquer caso, à data limite de colocação prevista no Contrato de Distribuição.
- V. *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização das Debêntures.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração

(conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Integralização"), observado que:

- (a) com relação às Debêntures da Primeira Série, por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), ou (b) da Central Depositária da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), conforme o caso, exclusivamente mediante utilização dos créditos decorrentes das Debêntures da Sexta Emissão, observado que cada Debênture da Sexta Emissão dará direito à subscrição e integralização de 1 (uma) Debênture da Primeira Série (acrescida dos Bônus de Subscrição a que cada Debênture faz jus nos termos da Escritura de Emissão), tendo em vista que o saldo devedor de cada uma das Debêntures da Sexta Emissão (correspondente ao saldo devedor do valor nominal das Debêntures da Sexta Emissão, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis* desde a data de pagamento de juros imediatamente anterior até a respectiva Data de Integralização) corresponderá ao Preço de Integralização de cada uma das Debêntures da Primeira Série, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; e
- (b) com relação às Debêntures da Segunda Série, por meio (a) do MDA; ou (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, exclusivamente em moeda corrente nacional.

- VI. *Negociação das Debêntures.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
- VII. *Negociação dos Bônus de Subscrição.* Os Bônus de Subscrição serão registrados para negociação no mercado secundário no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.
- VIII. *Númera da Emissão.* As Debêntures representam a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Companhia.
- IX. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de, no mínimo, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, e, no máximo, R\$570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto no item III acima e no item XII abaixo.

4

- X. *Quantidade.* Serão emitidas, no mínimo, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures, e, no máximo, 570.000 (quinhentos e setenta mil) Debêntures, observado o disposto no item III acima e no item XII abaixo.
- XI. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- XII. *Séries.* A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, observado que:
- (a) com relação à primeira série, serão emitidas até 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - (b) com relação à segunda série, serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- XIII. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas.
- XIV. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- XV. *Bônus de Subscrição.* Cada Debênture fará jus, como vantagem adicional, a 32 (trinta e dois) bônus de subscrição de emissão da Companhia, com as características previstas na Escritura de Emissão e as seguintes características principais ("Bônus de Subscrição");
- (a) os Bônus de Subscrição concedidos às Debêntures subscritas e integralizadas (i) por meio da Central Depositária da BM&FBDVESPA, no caso das Debêntures da Primeira Série, ou do DDA, no caso das Debêntures da Segunda Série, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio da BM&FBOVESPA, na respectiva Data de Integralização; e (ii) por meio do MDA, serão entregues ao respectivo Debenturista por meio do Escriturador, na respectiva Data de Integralização;
 - (b) os Bônus de Subscrição são títulos autônomos e desvinculados das Debêntures e circularão independentemente das Debêntures a partir do dia útil imediatamente subsequente à Data de Integralização, não estando sujeitos a deliberações de Debenturistas ou a qualquer dos eventos de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição das Debêntures previstos na Escritura de Emissão, devendo permanecer válidos e em pleno vigor desde a Data de Emissão até a respectiva data de exercício ou 1º de abril de 2019, o que ocorrer primeiro;
 - (c) cada Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser emitida pela Companhia ("Ação"), ao Preço de Emissão (conforme definido abaixo);

- (d) o preço de emissão das Ações será de: (i) R\$31,25 (trinta e um reais e vinte e cinco centavos) por Ação ("Preço de Emissão"); ou (ii) caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2017 (exceto nos casos previstos na alínea (e) abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição, exclusivamente pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que o preço de emissão por ação ordinária da nova emissão pela Companhia for estabelecido, poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão. Após o decurso do referido prazo de 60 (sessenta) dias, o Preço de Emissão será reestabelecido conforme valor mencionado no item (i) acima; ou (iii) caso ocorra qualquer emissão de ações ordinárias pela Companhia, para subscrição pública ou particular, no período entre 2 de abril de 2017 e 1º de abril de 2019 (exceto nos casos previstos na alínea (e) abaixo), os titulares de Bônus de Subscrição poderão optar por exercer seus Bônus de Subscrição pelo referido preço de emissão por ação objeto da nova emissão até 1º de abril de 2019;
- (e) o disposto na alínea (d) acima, itens (ii) e (iii) acima, não será aplicável se as referidas emissões de ações (i) resultarem em um preço de emissão por ação superior ao Preço de Emissão; (ii) decorrerem do exercício de plano de opção de compra de ações da Companhia já existente na Data de Emissão ou que venha a ser aprovado posteriormente à Data de Emissão; (iii) decorrerem da conversão das Debêntures da Sexta Emissão; ou (iv) decorrerem dos eventos societários permitidos nos termos de determinadas disposições da Escritura de Emissão, conforme previsto na Escritura de Emissão;
- (f) a quantidade de Ações a ser subscrita mediante o exercício de cada Bônus de Subscrição e o Preço de Emissão (i) serão automaticamente ajustados por qualquer bonificação, desdobramento, ou grupamento de ações de emissão da Companhia, emissão de novas ações pela Companhia em decorrência de capitalização de lucros ou reservas ou bonificações em ações de emissão da Companhia, ou redução de capital com cancelamento de ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão; e (ii) não serão ajustados por proventos pagos ou a serem pagos às ações de emissão da Companhia, tais como dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros;
- (g) as Ações subscritas e integralizadas em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das

demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, bem como farão jus a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data de exercício do Bônus de Subscrição por seu respectivo titular, inclusive no que se refere ao direito a dividendos integrais que venham a ser deliberados a partir da referida data de exercício, mesmo que se refiram a resultados de exercícios anteriores ao da data de exercício;

- (h) os Bônus de Subscrição, à opção de seus titulares, poderão ser exercidos, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, até 1º de abril de 2019, observadas as condições descritas na Escritura de Emissão; e
- (i) os Bônus de Subscrição que não tenham sido exercidos no prazo de exercício serão automaticamente extintos.

XVI. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

XVII. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures e dos Bônus de Subscrição será 1º de abril de 2014 ("Data de Emissão").

XVIII. *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2019 ("Data de Vencimento").

XIX. *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma parcela única, na Data de Vencimento.

XX. *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- (a) *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- (b) *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação incidirão juros remuneratórios correspondentes a 99% (noventa e nove por cento) da variação

acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over* extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pra rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de dação em pagamento de Debêntures para pagamento do preço de emissão das ações objeto dos Bônus de Subscrição e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º (primeiro) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de outubro de 2014 e o último, na Data de Vencimento, nos termos da Escritura de Emissão.

- XXI. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
 - XXII. *Resgate Antecipada Facultativa.* Exceto pelo disposto no item XXIV abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.
 - XXIII. *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
 - XXIV. *Oferta Facultativa de Resgate Antecipada.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, podendo ser oferecido prêmio de resgate antecipado, que não poderá ser negativo.
 - XXV. *Vencimento Antecipado.* As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão.
- 5.2 Autorizar a Companhia a cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta, por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

- 5.3 Autorizar a Companhia a (i) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo (a) a Escritura de Emissão e seus aditamentos, incluindo os aditamentos à Escritura de Emissão para (a) refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a existência e, se existirem, a quantidade de Debêntures da Primeira Série; (b) cancelar eventual saldo de Debêntures da Primeira Série não colocado no âmbito da Oferta; e/ou (c) consolidar as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série em uma única série; e (b) o Contrato de Distribuição e seus aditamentos, e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; (ii) contratar (a) os Coordenadores e as demais Instituições Participantes da Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, auditor independente, agência(s) de classificação de risco e assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários.
- 5.4 Autorizar a Companhia cancelar as Debêntures da Sexta Emissão recebidas em dação em pagamento no âmbito da subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série.
- 5.5 Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.
6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo presidente da mesa, pela secretária, pelos membros do Conselho de Administração e membro do Conselho Fiscal presentes.

São Paulo, 25 de março de 2014.

[Assinaturas: Ivoncy Brochmann Ioschpe - Presidente da mesa. Flávia Senna Handel - Secretária. Membros do Conselho de Administração: Ivoncy Brochmann Ioschpe, Salomão Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, Iboty Brochmann Ioschpe, Leandro Kolodny, Mauro Knijnik, Pedro Gomes Duncan, Nildemar Secches, Thomas Bier Herrmann, Israel Vainboim, Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira. Membro do Conselho Fiscal: Mauricio Diácoli.]

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Flávia Senna Handel
Secretária



ANEXO C - SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 21 de março de 2014

Comunicado à Imprensa

S&P atribui rating 'brA' à proposta da 7ª emissão de debêntures da lochpe-Maxion S.A. e reafirma seus ratings 'brA'; Perspectiva estável

Analista principal: Marcus Fernandes, São Paulo, 55 (11) 3039-9734, marcus.fernandes@standardandpoors.com

Contato analítico adicional: Bernardo Gonzales, Cidade do México, 52 (55) 5081 4492, bernardo.gonzalez@standardandpoors.com

Líder do comitê de rating: Eduardo Uribe, Cidade do México, 52 (55) 5081-4408, eduardo.uribe@standardandpoors.com

Resumo

- A lochpe-Maxion S.A. apresentou melhores métricas de crédito em 2013, como reflexo da recuperação da demanda nos mercados brasileiro e norte-americano. Ao mesmo tempo, a empresa continuou a concentrar seus esforços na melhoria do custo e do perfil de amortização de sua dívida, reduzindo pressões sobre sua liquidez.
- Reafirmamos os ratings 'brA' atribuídos à lochpe e à sua 6ª emissão de debêntures conversíveis em ações. A perspectiva do rating de emissor é estável.
- Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brA' à nova emissão de debêntures proposta pela empresa.
- Acreditamos que a lochpe continuará a apresentar resultados operacionais adequados, principalmente em função das melhores condições de mercado na América do Norte e na Europa durante 2014, o que deverá resultar em leve melhora nas métricas de crédito ao longo deste ano, refletindo também nossa expectativa de um cenário mais desafiador para o mercado brasileiro.

Ações de Rating

São Paulo (Standard & Poor's), 21 de março de 2014 – A Standard & Poor's Ratings Services reafirmou hoje os ratings 'brA' atribuídos em sua Escala Nacional Brasil à **lochpe-Maxion S.A.** ("lochpe") e à sua 6ª emissão de debêntures conversíveis em ações no valor de R\$ 320 milhões, com vencimento final em 2018. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brA' à 7ª emissão de debêntures proposta pela empresa, no valor de até R\$ 570 milhões, com vencimento em 2019. A perspectiva do rating de emissor é estável.

Fundamentos

Os ratings refletem nossa avaliação de um perfil de risco de negócios 'regular' e do perfil de risco financeiro 'agressivo' da empresa. A lochpe apresentou significativa melhora em seus resultados de 2013 em comparação ao ano anterior, impulsionada principalmente pela recuperação do mercado norte americano e normalização da produção de veículos comerciais no Brasil ao longo de 2013. No entanto, para 2014, esperamos que a continuidade na melhora dos mercados norte-americano e europeu deverão suavizar os efeitos de um cenário mais desafiador no mercado brasileiro, resultando em métricas de crédito apenas levemente superiores em 2014, porém em constante evolução nos próximos anos. Adicionalmente, a lochpe ainda precisa lidar com os riscos inerentes de se operar na indústria de autopeças, a qual, além de apresentar forte competição e ser afetada por constantes negociações com as montadoras e fornecedores, também é de natureza muito cíclica.

Vemos o perfil de risco de negócios da empresa como 'regular', refletindo principalmente a concentração nas receitas da empresa em rodas, que é um produto de baixo valor agregado, o que reduz as barreiras contra competição. Além disso, vemos o risco de se operar na indústria de autopeças como 'moderadamente alto', refletindo a ciclicidade e competição da indústria, o que resulta em grande volatilidade na demanda e nos resultados. A liderança da lochpe no mercado brasileiro de rodas de aço, a sua significativa presença global, e as receitas geradas da venda de componentes estruturais mitigam parcialmente os riscos mencionados anteriormente. Além disso, esperamos que a empresa continue a apresentar níveis de rentabilidade adequados, principalmente em função de sua eficiência operacional. Adicionalmente, esperamos que a demanda no mercado europeu volte a crescer de 2014 em diante, mesmo que a taxas ainda modestas, e que o mercado norte-americano siga com sua tendência de recuperação, o que deve ser refletido em maior volume de vendas e de rentabilidade nesses mercados à lochpe nos próximos anos. Acreditamos, porém, que a demanda no mercado brasileiro seja limitada pela menor atividade econômica e mudança de lei que obriga todos os carros novos vendidos no Brasil a possuírem *air bag* e freios ABS como itens de série, o que deve afetar o volume de vendas de veículos neste ano.

O perfil de risco financeiro 'agressivo' da lochpe reflete seu endividamento ainda relativamente alto. No ano de 2013, seu índice de dívida ajustada sobre EBITDA era de 3,9x, significativamente melhor que os 6,3x apresentados em 2012, como reflexo da melhora no EBITDA gerado nas operações. A empresa continua a realizar esforços para a redução no custo de sua dívida, o que tem limitado sua geração de caixa, levando a índices de geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) sobre dívida ajustada de 15% em 2013, melhor que os 7,6% apresentados em 2012, porém ainda muito abaixo dos níveis de 40% apresentados antes das aquisições realizadas em 2012.

Como parte dos esforços para melhoria do custo e do perfil de amortização da dívida, a lochpe propõe a colocação de até R\$ 570 milhões em debêntures com vencimento em 2019, sendo a primeira série sem garantia firme de colocação no valor de até R\$ 320 milhões, e a segunda série, no valor de R\$ 250 milhões com garantia firme de colocação. Os recursos obtidos por meio da colocação da segunda série das debêntures serão utilizados para a amortização parcial antecipada das obrigações das debêntures da quinta emissão. Já a colocação da primeira série será feita por meio da oferta de troca com os debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da empresa, as quais são conversíveis em ações.

Nosso cenário-base para a lochpe assume:

- Crescimento de 0% da demanda no mercado brasileiro em 2014 e de 2%-3,5% nos anos seguintes;
- Aumento da demanda de 3% no mercado norte-americano e de 2% no mercado europeu nos próximos anos;
- Ligeiro aumento nas margens EBITDA em 2014 e 2015 como resultado de ampliação nos volumes nos mercados externos e da deterioração do real diante do dólar e euro em comparação à média de 2013;
- Dívida bruta relativamente estável pelos próximos três anos;
- Necessidade de investimentos anuais mais baixos que nos últimos anos, uma vez que não há necessidade de ampliação da capacidade; e
- Distribuição de dividendos no patamar mínimo de 25%.

Assim, projetamos que a empresa será capaz de apresentar leve melhora em suas métricas de crédito, com dívida ajustada sobre EBITDA de 3,5x em 2014 e de 3,2x em 2015, enquanto o FFO sobre dívida deverá alcançar 16% e 18% em 2014 e 2015, respectivamente.

Liquidez

Consideramos a liquidez da lochpe como 'adequada'. Em dezembro de 2013, a empresa apresentava caixa de R\$ 662 milhões e dívidas de curto prazo de R\$ 712 milhões, e geração de caixa operacional esperada acima de R\$ 600 milhões em 2014. Na nossa avaliação da liquidez da empresa consideramos os seguintes fatores e premissas:

- As fontes de liquidez (caixa, geração de caixa e linhas de crédito disponíveis) deverão corresponder a 1,2x dos usos (amortização de dívida, necessidade de capital de giro, investimentos e dividendos);
- Apesar de o volume de dívidas no curto prazo ser relativamente elevado, grande parte deste corresponde a empréstimos para capital de giro advindos das operações no exterior, os quais acreditamos serão integralmente refinanciados;
- Esperamos que os investimentos para os próximos anos se mantenham em patamares reduzidos, uma vez que não há necessidade de expansão da capacidade;
- A lochpe deverá atender as cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) presentes no contrato de suas debêntures, mesmo que haja uma redução de 15% no EBITDA em 2014; e
- Acreditamos que a lochpe manterá o pagamento de dividendos no percentual mínimo para os próximos anos.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de emissor reflete nossa expectativa de que a lochpe deverá apresentar melhora consistente em suas métricas financeiras nos próximos anos, embora em um ritmo ainda lento em 2014, como reflexo da expectativa de um mercado mais fraco no Brasil, e mesmo sem considerar uma significativa redução no endividamento total da empresa nos próximos anos.

Cenário de rebaixamento

Poderemos revisar os ratings para baixo caso a empresa apresente deterioração em suas métricas de crédito, seja por condições de mercado mais fracas, aumento na competição, ou aumento de sua dívida, levando a métricas de dívida ajustada sobre EBITDA superior a 4,0x e de FFO sobre dívida inferior a 10%.

Cenário de elevação

Uma ação positiva nos ratings da lochpe poderá ocorrer caso a empresa apresente melhora significativa e permanente em suas métricas financeiras, seja por um crescimento de mercado mais forte que o projetado, seja por uma melhora de sua rentabilidade, resultando em índices de dívida ajustada sobre EBITDA inferior a 3,0x e de FFO sobre dívida superior a 20%.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS	
Rating de crédito corporativo	brA/Estável/--
Risco de negócios	Regular
• Risco-país	Intermediário
• Risco da indústria	Moderado
• Posição competitiva	Regular
Risco financeiro	Agressivo
• Fluxo de caixa/alavancagem	Agressivo
Modificadores	
• Diversificação/Efeito-portfólio	Neutra
• Estrutura de capital	Neutra
• Liquidez	Adequada
• Política financeira	Neutra
• Administração e governança corporativa	Satisfatória
	Neutra

- Análise de ratings comparáveis

Critérios e Artigos Relacionados

- Metodologia e premissas: descritores de liquidez para emissores corporativos globais, 2 de janeiro de 2014.
- Principais Fatores de Crédito Para a Indústria de Fornecedores de Componentes Automotivos, 19 de novembro de 2013.
- Critério Geral: Metodologia e Premissas de Avaliação do Risco-País, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia de Ratings Corporativos, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia corporativa: Índices e Ajustes, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia: Fatores de créditos relativos à administração e governança para entidades corporativas e seguradoras, 13 de novembro de 2012.

LISTA DE RATINGS		
Ratings Reafirmados		
lochpe-Maxion S.A.		
<i>Rating de Crédito Corporativo</i>		
Escala Nacional Brasil		brA/Estável/-
<i>Rating de Emissão</i>		
Proposta de emissão de debêntures conversíveis em ações no valor de R\$ 320 milhões, com vencimento final em 2018.		brA
Novo Rating de Emissão		
Nova emissão de debêntures proposta pela empresa, no valor de até R\$ 570 milhões, com vencimento em 2019		brA

Emissor	Data de Atribuição do Rating Inicial	Data da Ação Anterior de Rating
<i>Rating de Crédito de Emissor</i>		
Escala Nacional Brasil	27 de março de 2013	27 de março de 2013

Informações regulatórias adicionais

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "Aviso de Pré-Publicação aos Emissores".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito) <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII" seção em www.standardandpoors.com.br.

Faixa limite de 5%

- A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br (gratuitos), www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

ANEXO D - DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03


IOCHPE-MAXION S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos 83, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n.º 61.156.113/0001-75, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Companhia**"), no âmbito da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Bônus de Subscrição, da Sétima Emissão da Companhia ("**Oferta**" e "**Debêntures**", respectivamente) a ser realizada pela Companhia, vem, pela presente, para fins do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), declarar o que segue:

- (a) conforme disposto no *caput* do artigo 56 da Instrução CVM 400, a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (b) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar da Oferta contêm e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, nas suas respectivas datas de publicação, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (c) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar da Oferta contêm e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, em suas respectivas datas de publicação, informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (d) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar da Oferta foram e o Prospecto Definitivo da Oferta será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Cruzeiro, 19 de março de 2014.

IOCHPE-MAXION S.A.


Nome: Dan Ioschpe
Cargo: Presidente


Nome: Oscar A.F. Becker
Cargo: Diretor Corporativo Financeiro

DECLARAÇÃO

O **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros 1017, 11º e 12º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.644.196/0001-06, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com bônus de subscrição, em até duas séries, da sétima emissão de IOCHPE-MAXION S.A. ("Companhia") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 27 de fevereiro de 2014, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores

legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das debêntures a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 27 de março de 2014.

BANCO FATOR S.A.


Nome: Julian M. Hester
Cargo: CPF: 014.018.327-25
RG: 08865302-7


Nome: Maria Francisca dos Santos e Passos Sachs
Cargo: CPF: 011.763.348-83
Diretora



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E - ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL DA
IOCHPE-MAXION S/A¹**

**CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E
DURAÇÃO**

Art. 1º - IOCHPE-MAXION S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento de Listagem do Novo Mercado”).

Art. 2º - A Companhia tem sua sede e foro no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, podendo criar e extinguir filiais e outros estabelecimentos, no país e no exterior.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto:

- a) a fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhagem, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo;
- b) a importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização;
- c) a prestação de serviços de assistência técnica à outras empresas do mesmo ramo;
- d) assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social;
- e) a locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado;
- f) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista;
- g) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados;

¹ Base: Estatuto social consolidado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, conforme modificado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2013.

- h) a implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos;e
- i) desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Art. 5º – O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), dividido em 94.863.372 (noventa e quatro milhões, oitocentas e sessenta e três mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Único – O capital será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, vedada a emissão de ações preferenciais.

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 18.600.000 (dezoito milhões e seicentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro - As emissões dentro do limite do capital autorizado serão efetuadas mediante deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições de emissão das ações, inclusive quantidade, preço e prazo de integralização.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e, de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei n.º 6.404/76.

Art. 7º - Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Primeiro - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) que a Companhia designar, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferências de ações.

Art. 8º - Os acionistas na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

Parágrafo Primeiro - O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação da ata que deliberar o respectivo aumento ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado até o dobro.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser emitidas, sem direito de preferência, ou com redução do prazo de preferência de subscrição para os então acionistas, ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nas hipóteses admitidas pelo Artigo 172 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Terceiro – A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Parágrafo Quarto – Por deliberação da Assembleia Geral, em virtude de proposta do Conselho de Administração, o capital social da Companhia pode ser aumentado mediante a capitalização de lucros ou reservas, sendo facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento, entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuam.

Art. 9º - Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações ou conversão nestas de títulos, a Assembleia Geral ou Conselho de Administração, conforme for o caso, poderá estabelecer que ao novo capital sejam atribuídos dividendos calculados "pro rata temporis", tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.

Art. 10 - A Companhia poderá converter as ações escriturais em outra forma legalmente admissível.

Art. 11 - As ações, novas provenientes de aumento de capital em emissões públicas, serão emitidas e postas à disposição do acionista dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de aprovação do registro de emissão pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Art. 12 – É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III

ACIONISTAS

Art. 13 – Para os efeitos deste Estatuto Social, quando em letra maiúscula, serão considerados como “Grupo de Acionistas” dois ou mais acionistas da Companhia que sejam partes de acordo

de voto, oral ou escrito, tácito ou expresso, genérico ou para matérias específicas, inclusive para eleição de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – Consideram-se também como sendo um mesmo Grupo de Acionistas todas as sociedades, associações, fundações, fundos de investimento ou de previdência, condomínios, universalidades de fato ou de direito, *trust* e demais patrimônios ou entidades que estejam sob controle direto ou indireto, exercido por qualquer meio, (i) de uma mesma pessoa, acionista ou não da Companhia ou (ii) de grupo de pessoas que ajam em conjunto e representem um único centro de interesses, acionistas ou não da Companhia.

Parágrafo Segundo - Para efeitos do Parágrafo Primeiro, acima, consideram-se como sendo controlados (i) pelos respectivos quotistas, os fundos exclusivos ou fechados e os fundos com administração não-discrecionária; (ii) pelos respectivos administradores, os fundos abertos e os fundos com administração discrecionária; e (iii) pelos *beneficiary owners*, os *trusts*.

Parágrafo Terceiro – Serão considerados, ainda, partes de um mesmo Grupo de Acionistas, um ou mais acionistas representados, de forma contínua, por um mesmo mandatário, procurador, administrador ou representante, a qualquer título (“Representante”), e que atuando nessa qualidade tenha(m) intenção de constituir um acordo de voto, oral ou escrito, tácito ou expresso, genérico ou para matérias específicas, inclusive para eleição de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto – No caso de acordos de acionistas, de fato ou de direito, que tratem do exercício do direito de voto, todos os seus signatários serão considerados, na forma deste Artigo, como integrantes de um Grupo de Acionistas.

Art. 14 - Todo acionista ou Grupo de Acionistas é obrigado a divulgar à Companhia, que assim se encarregará de comunicar às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, superem 5% (cinco por cento) do capital da Companhia, assim como, após atingido tal percentual, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, correspondam a aquisição de mais 1% (um por cento) do capital da Companhia ou múltiplos de tal percentual. Igual dever terão os titulares de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nas quantidades previstas neste Artigo. A infração ao disposto neste Artigo ensejará, ao(s) infrator(es), a aplicação das penalidades descritas no artigo 120 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 15 – A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que a lei ou os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas da Companhia, devidamente convocada pelo Conselho de Administração, a partir de requerimento do seu Presidente ou conforme disposto em lei.

Parágrafo Segundo - Os anúncios de convocação serão publicados pela imprensa na forma da lei e deles constarão a ordem do dia, a data, e horário da Assembleia Geral e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, bem como a informação de que a documentação respectiva estará disponível para consulta na sede da Companhia. A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, exceto no caso do Artigo 54, (ii) deste Estatuto Social, ou a saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Terceiro - Só poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, até a data da Assembleia, perante o agente contratado pela Companhia para prestar tais serviços.

Parágrafo Quarto - As pessoas presentes à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas mediante a exibição de: (i) documento hábil de sua identidade, (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 41 da Lei nº 6.404/76 e, conforme o caso, (iii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Parágrafo Quinto - O acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

Parágrafo Sexto – Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou as abstenções.

Parágrafo Sétimo - Antes de se instalar a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo Oitavo - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia. Os acionistas que comparecerem à Assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos atribuídos a cada acionista.

Art. 16 – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro membro do Conselho de Administração e secretariada pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor de Relações com os Investidores da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Nos casos de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor Presidente, do Diretor de Relações com os Investidores, e/ou dos demais membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por um acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes e secretariada por outro membro da administração da Companhia escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - O secretário da Assembleia Geral será o responsável pela lavratura, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das suas deliberações, podendo também ditas emissões serem efetuadas pelo Presidente da respectiva Assembleia Geral.

Art. 17 - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% do capital social, salvo quando a lei exigir quorum mais elevado; e em segunda convocação com qualquer número de acionistas.

Art. 18 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei, deliberar (i) a saída do Novo Mercado BM&FBOVESPA, (ii) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e (iii) a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto neste Estatuto Social, dentre as instituições ou empresas especializadas indicadas pelo Conselho de Administração.

Art. 19 - O Presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

CAPÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - PARTE GERAL

Art. 20 - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão eleitos com o prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, permitida a sua reeleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo Segundo - Todos os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse nos respectivos Livros de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando sua posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o

Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores

Parágrafo Quarto - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral nos termos da legislação vigente, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração de cada Conselheiro e de cada Diretor.

Parágrafo Quinto - Os administradores perceberão, além da remuneração referida no parágrafo quarto acima, a participação nos lucros referida no Artigo 42 abaixo.

Parágrafo Sexto - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador da Companhia, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 21 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral e composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 13 (treze) membros titulares e até 13 (treze) membros suplentes, residentes no País ou no exterior, sendo um Presidente, um Vice Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Primeiro – No mínimo 20% (vinte por cento) dos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e expressamente declarado(s) como tal(is) na ata da Assembleia Geral que o(s) eleger, sendo considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo Primeiro acima, resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Quarto – Na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a eleição dos seus membros, competirá ao Conselho de Administração escolher dentre os seus

membros, por maioria de votos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto - O Presidente do Conselho de Administração terá, além do voto comum, o voto de qualidade, a ser exercido no caso de empate nas deliberações do Colegiado.

Parágrafo Sexto - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, além das suas atribuições e do seu direito de voto habituais.

Art. 22 – Se não tiver sido solicitado, na forma da lei, o processo de voto múltiplo, a Assembleia deverá votar através de chapas registradas nos termos dos parágrafos 1º e 2º a seguir, vedada a votação individual em candidatos.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração deverá sempre formar uma chapa para concorrer à eleição para o Conselho de Administração prevista neste artigo, observado que a administração da Companhia deverá, na data da convocação da Assembleia Geral, enviar à Bolsa de Valores, inserir em *site* da rede mundial de computadores e manter disponível para os acionistas na sede da Companhia, os nomes dos candidatos, informação se são candidatos a cargo efetivo ou suplente, a qualificação e o *curriculum* profissional dos candidatos efetivos e suplentes integrantes da chapa formada nos termos deste parágrafo.

Parágrafo Segundo - É facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, propor outra chapa para o Conselho de Administração, observadas as seguintes normas:

- a) a proposta deverá ser comunicada por escrito à Companhia até 10 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, sendo vedada a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou Grupo de Acionistas;
- b) a comunicação deverá conter indicação do nome, informação se é candidato a cargo efetivo ou suplente, qualificação e *curriculum* profissional de cada candidato e anexando termo firmado pelo candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo.
- c) até 8 dias antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia, a Companhia publicará aviso, com divulgação em *site* da rede mundial de computadores, informando o local em que os acionistas poderão obter cópia das propostas de chapas apresentadas, e cópia da qualificação e do *curriculum* profissional de cada candidato.

Parágrafo Terceiro – As chapas deverão ser compostas por até 13 (treze) membros titulares e até 13 (treze) membros suplentes, sendo que, em caso de chapas compostas por 13 (treze) membros, um membro titular e um suplente deverão ser apontados como membros provisórios. Tais membros somente poderão tomar posse no caso de não ser requerida eleição nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável, hipótese em que 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente assim eleitos ocuparão tal cargo.

Parágrafo Quarto – Cada acionista somente poderá votar em uma chapa; e será declarada eleita a chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto - Caso venha a ser solicitado o procedimento de eleição previsto nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76, a determinação do número de vagas do Conselho a serem preenchidas, conforme dispõe o *caput* deste Artigo, será precedida pelo procedimento de votação em questão, e na hipótese dos minoritários elegerem seu representante para o Conselho, respeitará o resultado de tal eleição.

Art. 23 – Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração com o processo de voto múltiplo, nos termos da Lei nº 6.404/76, uma vez instalada a Assembleia, a Mesa promoverá, com base no Livro de Presença, o cálculo do número de votos que caberá a cada acionista, após a realização do procedimento de eleição previsto nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei nº 6.404/76, aplicável somente se a Companhia possuir Acionista Controlador e se o mesmo for solicitado nos termos da lei.

Art. 24 - Sempre que ocorrer eleição para o Conselho de Administração pelo regime de voto múltiplo: (i) a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral, implicará a destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, a nova eleição; e (ii) nos demais casos de vaga, a primeira Assembleia Geral procederá à nova eleição de todo o colegiado.

Art. 25 – É facultado a qualquer Conselheiro, no caso de ausência e impedimento de seu suplente, efetuar indicação específica de outro Conselheiro para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo Único – Caso a Companhia tenha Acionista Controlador, no caso de vacância do cargo de Conselheiro titular e seu respectivo suplente, os substitutos serão nomeados pelos Conselheiros remanescentes e servirão até a primeira Assembleia Geral que ocorrer posteriormente. Nesse caso, se ocorrer vacância da maioria dos cargos dos Conselheiros, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Caso a Companhia não tenha Acionista Controlador, no caso de vaga de titular e seu respectivo suplente, será convocada a Assembleia Geral para, dentro de 30 (trinta) dias, eleger o membro titular e suplente que deverão cumprir o restante do mandato.

Art. 26 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 10 (dez) vezes ao ano, sendo que, no mínimo, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente ou por dois Conselheiros conjuntamente.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, na qual constará o local, data, ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência e/ou de cunho comercial, quando o prazo poderá ser reduzido para 8 (oito) dias. Cópia da documentação pertinente às matérias constantes da

referida ordem do dia deverá ser disponibilizada com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da reunião.

Parágrafo Segundo - Serão consideradas regulares as reuniões que comparecerem todos os membros, independente das formalidades pertinentes ou desde que todos manifestem sua concordância na dispensa das mesmas.

Parágrafo Terceiro - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, (ii) que participarem da reunião por tele ou vídeo conferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-los e/ou vê-los, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito.

Parágrafo Quarto – As reuniões do Conselho de Administração ocorridas na forma do item (ii) do §3º acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Quinto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos Conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.

Parágrafo Sexto – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

Art. 27 - Compete ao Conselho de Administração, além das competências atribuídas em Lei ou neste Estatuto:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e acompanhar o seu desenvolvimento, orientando, quando for o caso, a gestão da Diretoria Executiva;
- b) aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operação e ou investimentos;
- c) estabelecer a estrutura administrativa da Sociedade;
- d) eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas e alçadas da Diretoria Executiva mencionada neste Estatuto;
- e) distribuir dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores, bem como a participação de empregados nos resultados;

- f) estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia;
- g) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- h) manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria Executiva;
- i) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, o pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos na forma proposta pela Diretoria Executiva, o que poderá inclusive ocorrer, na forma de dividendos intercalares ou intermediários, a serem declarados com base em balanço a ser levantado na forma do Artigo 43 desse Estatuto e, quando necessário, apresentar o orçamento de capital, e, observada a legislação vigente, encaminhar a matéria à deliberação da Assembleia Geral;
- j) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de quaisquer propostas de iniciativa da Diretoria Executiva;
- k) deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da Assembleia Geral;
- l) escolher e destituir os auditores independentes;
- m) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posteriormente aliená-las, bem como deliberar aumento de capital dentro do limite do capital autorizado;
- n) deliberar, para posterior apreciação da Assembleia Geral, quando for o caso, sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a Companhia ou suas sociedades controladas sejam parte ou objeto, bem como sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, cujos valores ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- o) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- p) autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- q) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias às obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos casos enumerados nesta alínea, exceda os limites fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria Executiva;
- r) deliberar sobre a formulação de políticas da Companhia referente Plano de Opções de Compra de ações, bem como de participação nos resultados para administradores e empregados a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;

- s) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos, devendo tais solicitações ser encaminhadas ao Presidente do Conselho;
- t) deliberar sobre a emissão pública de notas promissórias (commercial papers), bem como de debêntures conversíveis ou não em ações, conforme proposta realizada pela Diretoria Executiva;
- u) aprovar a assinatura de contratos com partes relacionadas;
- v) constituir comitês técnicos ou consultivos nos termos do § 2º deste Artigo e acompanhar o cumprimento das atribuições de tais comitês;
- w) definir a lista tríptica de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida neste Estatuto Social;
- x) deliberar sobre os casos omissos, bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto;
- y) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras estabelecidas pela CVM; e
- z) aprovar o regimento interno próprio do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e eventuais modificações ao mesmo, sua dotação orçamentária, anual ou por projeto, bem como eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

Parágrafo Primeiro - É também da competência do Conselho de Administração fixar a orientação da Companhia nas sociedades de que participar e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela Companhia, ou por pessoas por esta indicadas, quanto à eleição e destituição de administradores, à alteração de estatutos ou contratos sociais das ditas sociedades, bem como às matérias listadas no caput deste Artigo, ainda no tocante as mesmas sociedades.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, para o seu assessoramento, comitês que preencham funções consultivas ou técnicas. Os membros dos comitês de que trata este parágrafo serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da Companhia, somente farão jus à percepção de remuneração adicional referente à sua participação nos comitês se o Conselho de Administração assim especificar.

Art. 28 - A Companhia possui Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e dotação orçamentária anual ou por projeto, com funcionamento de acordo com regimento interno próprio que prevê detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais.

SEÇÃO III - A DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 29 - A Diretoria Executiva, órgão da administração executiva da Companhia, será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) Diretores Executivos, acionistas ou não, todos residentes no País, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, na forma da lei e deste Estatuto.

Art. 30 - Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias às obrigações de terceiros observados especialmente os preceitos e limites fixados pelo Conselho de Administração e por este Estatuto.

Art. 31 - Além das atribuições conferidas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete:

I - ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) submeter ao Conselho de Administração os Planos Anuais e Plurianuais, bem como as demonstrações financeiras previstas em lei que dependam de sua apreciação ou deliberação; e
- c) suprir o Conselho de Administração com todas as informações necessárias para as deliberações das matérias arroladas no art. 27 deste Estatuto

II - aos Diretores, sem designação específica:

- a) exercer as atividades indicadas pelo Diretor Presidente; e
- b) praticar os atos de gestão autorizados por este Estatuto.

Art. 32 - Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados:

- a) pelo Diretor Presidente em conjunto com outro diretor ou procurador com poderes específicos;
- b) por dois Diretores, sem designação específica, sendo que um deles deverá ser indicado ad hoc pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração; e
- c) por um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor:

- a) perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- b) quando se tratar de receber ou de dar quitações de importâncias ou valores devidas à Companhia;
- c) firmar correspondência e atos de simples rotina;
- d) endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da Companhia; e
- e) para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor sem designação específica, designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder de confessar.

Parágrafo Segundo - O disposto neste Artigo não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores.

Art. 33 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, pelo Diretor Presidente em conjunto com um diretor sem designação específica, ou por dois diretores sem designação específica, sendo um deles indicado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - As procurações deverão sempre especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão o prazo de validade limitado.

Art. 34 - A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação do Diretor Presidente ou seu substituto, ou, na ausência destes, de dois Diretores sem designação específica. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou seu substituto, e, em sua ausência, pelo Diretor que for escolhido na ocasião.

Parágrafo Primeiro - Para que se possam instalar as reuniões da Diretoria Executiva e nelas validamente se deliberar, é necessária a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros em exercício, entre eles, obrigatoriamente o Diretor Presidente ou seu substituto, ou, em segunda convocação, de qualquer número de membros, após expedida nova convocação.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria Executiva constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, o voto de desempate.

Art. 35 - O Diretor Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído por um Diretor sem designação específica que para tanto for indicado pelo Diretor Presidente, ou na falta de indicação deste, pelo que for indicado pelo Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções e votos. Em caso de vaga, o Conselho de Administração, nos 15 (quinze) dias que se seguirem à vacância, elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do substituído.

Art. 36 - Os Diretores sem designação específica terão substitutos indicados pelo Conselho de Administração, nos casos de impedimentos, e eleitos pelo mesmo, em caso de vaga. Nesta última hipótese, o Diretor eleito exercerá suas funções até o final do mandato da Diretoria Executiva em exercício, ou até que seja substituído por deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

Art. 37 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei nº 6.404/76, acionistas ou não.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, estando sua posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções, os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites legais aplicáveis.

Art. 38 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Art. 39 - Em suas ausências, impedimentos temporário ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO

SOCIAL E LUCROS

Art. 40 - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses e, se inicia a 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro do mesmo ano.

Art. 41 - Ao fim de cada exercício social a Diretoria Executiva fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. A Companhia poderá levantar também balanço semestral ou trimestral.

Art. 42 - Do resultado do exercício após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste Artigo.

Parágrafo Primeiro - O lucro líquido do exercício, apurado de conformidade com os termos da Lei n.º 6.404/76 terá seguinte destinação: a) 5 % (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) 37% (trinta e sete por cento) para a distribuição, como dividendo obrigatório; e, c) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de que trata o parágrafo segundo, infra, ou, retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Parágrafo Segundo - A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas. Será formado com parcela anual de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Art. 43 - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário. Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório o Conselho poderá autorizar, "ad referendum" da Assembleia Geral, a participação proporcional aos Administradores.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas instituídas em balanços semestrais ou intermediários.

Art. 44 – O valor dos juros, pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, §7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Art. 45 - Os dividendos e os juros sobre capital próprio serão pagos nas épocas e locais indicados pelo Conselho de Administração, revertendo a favor da Companhia os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

CAPÍTULO VIII

DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO

DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Art. 46- A alienação do Poder de Controle (conforme definido no Parágrafo 1º deste Artigo) da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do Poder de Controle.

Parágrafo Primeiro - Para fins deste Estatuto Social, os termos indicados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente de Participação Relevante” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, observado o disposto no Artigo 61 abaixo.

“Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” significam todas as ações emitidas pela Companhia excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Parágrafo Segundo – Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Poder de Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações exigida pelo Artigo 49 deste Estatuto Social, o adquirente estará obrigado a formular uma única oferta pública de aquisição de ações, cujo preço ofertado será necessariamente o maior entre os preços determinados em conformidade com este Artigo e com o Artigo 49, Parágrafo 2º deste Estatuto Social, bem como, em atendimento ao disposto no Artigo 56 deste Estatuto Social, o adquirente estará obrigado a compatibilizar os procedimentos para realização das ofertas públicas aplicáveis, nos termos deste Estatuto Social, do Regulamento de Listagem no Novo Mercado e da regulamentação da CVM, bem como a observar que não haja prejuízo para os destinatários da oferta, respeitando para tanto o disposto no parágrafo único do Artigo 57, e, por fim, que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações, para o comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no Parágrafo 3º deste Artigo.

Art. 47 - A oferta pública referida no Artigo anterior também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Poder de Controle da Companhia; e/ou (ii) em caso de alienação do Poder de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 48 – Aquele que venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 46 deste Estatuto Social; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço

da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), sendo que tal quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) se for o caso, tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle.

Art. 49 - Qualquer Acionista Adquirente de Participação Relevante, que adquira ou que se torne titular de ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (OPA), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo. A Companhia informará a CVM e a BM&FBOVESPA sobre qualquer evento que venha a ser do seu conhecimento e que enseje à realização da OPA referida neste artigo.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao resultado obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Preço OPA} = \text{Valor da Ação} + \text{Prêmio}$$

onde:

“Preço OPA” corresponde ao preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na OPA prevista neste artigo.

“Valor da Ação” corresponde ao maior valor entre: (i) cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 36 (trinta e seis) meses anterior à realização da OPA dentre os valores registrados em qualquer bolsa de valores na qual as referidas ações forem negociadas; (ii) o preço mais alto pago pelo Acionista Adquirente de Participação Relevante, durante o período de 36 (trinta e seis) meses anterior à realização da OPA, por uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (iii) o valor equivalente a 9

(nove) vezes o EBITDA Consolidado Médio da Companhia (conforme definido abaixo) deduzido do Endividamento Consolidado Líquido da Companhia (conforme definido abaixo), sujeito a eventual Ajuste Pró Forma (conforme definido abaixo) dividido pelo número total de ações de sua emissão e (iv) 1,5 vezes o valor médio anual da receita líquida da Companhia nos 2 (dois) exercícios sociais completos mais recentes, dividido pelo número total de ações de sua emissão.

“Prêmio” corresponde a 50% do Valor da Ação.

“EBITDA Consolidado da Companhia” é o lucro ou prejuízo líquido consolidado da Companhia adicionado das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação, exaustão e amortização, resultado não operacional e participação de acionistas minoritários em sociedades controladas, conforme obtido com base nas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social completo mais recente da Companhia já auditadas e publicadas.

“EBITDA Consolidado Médio da Companhia” é a média aritmética dos EBITDAs Consolidados da Companhia relativos aos 2 exercícios sociais completos mais recentes.

“Endividamento Consolidado Líquido da Companhia” é o endividamento consolidado da Companhia, líquido de caixa e aplicações financeiras, relativo ao exercício social completo mais recente.

“Ajuste Pró Forma” ocorrerá sempre que a Companhia realize qualquer aquisição, fusão ou incorporação (“transação” para fins deste parágrafo) nos dois exercícios sociais completos mais recentes, sempre que tal transação acarrete aumento superior a 10% do Endividamento Consolidado Líquido da Companhia em um qualquer destes exercícios, e significará a inclusão no cálculo do EBITDA Consolidado Médio da Companhia, do EBITDA médio anual relativo ao objeto da referida transação, nos dois exercícios sociais completos mais recentes.

Parágrafo Terceiro – A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente de Participação Relevante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de o Acionista Adquirente de Participação Relevante não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente de Participação Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente de Participação Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação

imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente de Participação Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Sexto - Qualquer Acionista Adquirente de Participação Relevante que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócios, inclusive usufruto, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo.

Parágrafo Sétimo - As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e dos Artigos 46, 47 e 48 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente de Participação Relevante das obrigações constantes deste Artigo, ressalvado o disposto nos Artigos 56 e 57 deste Estatuto Social.

Parágrafo Oitavo - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência e sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante, (i) de sucessão legal, (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Nono - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Décimo Primeiro - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em)

votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Art. 50 – O Acionista Controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja porque a saída ocorre (i) para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual a sociedade resultante de tal reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida reorganização. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 55 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 51 – Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, referido no Artigo 55 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 52 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação dos valores mobiliários por ela emitidos fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 50 (ii) deste Estatuto Social, deverá ser efetivada a oferta pública de aquisição de ações nos moldes previstos no Artigo 50, sempre observado o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral mencionada no caput deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisições de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 53 - Caso a Companhia não tenha Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determine que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia na forma da lei.

Parágrafo Segundo - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no Parágrafo 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim.

Art. 54 - Caso a Companhia não tenha Acionista Controlador e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorra em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações nos moldes do Artigo 51 deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, e, nesta última hipótese, a Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações nos moldes do Artigo 51, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar tal oferta. Ainda, nas hipóteses previstas neste artigo, caso exista Acionista Controlador, este deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações mencionada neste artigo.

Art. 55 - O laudo de avaliação de que tratam os Artigos 50 e 51 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus Administradores e Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º.

Parágrafo Primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

Art. 56 – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 57 – Os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro ou, nas hipóteses previstas em lei, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Parágrafo Único – Não obstante o disposto neste Capítulo, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO IX

DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 58 – A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei nº 6.404/76, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, Regulamento de Sanções, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo a arbitragem conduzida em conformidade com este último Regulamento.

CAPÍTULO X

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 59 – A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sede social, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora dos trabalhos assembleares ou das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social ou de membro do Conselho de Administração, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à substituição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Art. 61 - As seguintes pessoas físicas acionistas da Companhia na data da aprovação deste Estatuto Social, de forma direta e/ou indireta, de forma individual ou conjunta, e seus sucessores a qualquer título, são doravante designados “Família Lochpe”: cada um dos sócios da Infipar Participações Ltda., cada um dos sócios da Degus Participações Ltda., cada um dos sócios da IBI Participações e Negócios Ltda. e cada um dos sócios da ISI Participações S.A. Os membros da Família Lochpe e o BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) na qualidade de integrantes, direta ou indiretamente, do Acordo de Acionistas arquivado na Companhia na data da aprovação deste Estatuto Social, bem como as partes que a qualquer tempo venham a integrar o referido Acordo de Acionistas são doravante em conjunto designados como “Grupo Original”.

Parágrafo Primeiro- O disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social não se aplica e não se aplicará ao Grupo Original somente nas hipóteses a seguir: (i) substituição de acionista(s) por outro(s) acionista(s) no referido Grupo Original, desde que, neste caso, o(s) acionista(s) que assim ingressar(em) no Grupo Original não seja(m) ou venha(m) a ser, direta ou indiretamente, titular(es) de ações de emissão da Companhia representativas de 15% (quinze por cento) ou mais do capital total da Companhia, hipótese em que este(s) acionista(s) ingressante(s) estará(ão) obrigado(s) a respeitar o disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social; (ii) adesão de outro(s) acionista(s) ao referido Grupo Original, desde que, neste caso, o(s) acionista(s) que assim aderir(em) ao Grupo Original não seja(m) ou venham a ser, direta ou indiretamente, titular(es) de ações de emissão da Companhia representativas de 15% (quinze por cento) ou mais do capital total da Companhia, hipótese em que este(s) acionista(s) ingressante(s) estará(ão) obrigado(s) a respeitar o disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social; (iii) o referido Grupo Original ser titular de 15% (quinze por cento) ou mais do total das ações de emissão da Companhia; ou (iv) variações na quantidade de ações detidas pelo Grupo Original, mesmo que, a qualquer momento e por qualquer período de tempo, o referido Grupo Original ou qualquer de seus integrantes venha a deter menos do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, e posteriormente tal Grupo Original ou qualquer de seus integrantes venha a deter mais do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ressalvado que o disposto neste item “iv” não se aplica ou se aplicará, ou beneficia ou beneficiará, aos acionistas que ingressarem no Grupo Original nos termos dos itens “i” ou “ii” acima.

Parágrafo Segundo- A partir de 26 de Outubro de 2013 e até 26 de Outubro de 2015, o disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social não se aplicará ao BNDESPAR exclusivamente para o caso de o BNDESPAR vir a deter, de forma isolada, ou seja, sem integrar Grupo de Acionistas que não o Grupo Original, mais do que 15% (quinze por cento), mas não mais do que 25% (vinte e cinco por cento), do total de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Terceiro - A partir de 26 de Outubro de 2013 o disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social não se aplicará a qualquer membro da Família Lochpe em qualquer hipótese, mesmo que, a qualquer momento e por qualquer período de tempo, a Família Lochpe ou qualquer de seus membros venha a deter menos do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, e posteriormente a Família Lochpe ou qualquer de seus membros venha a deter mais do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, incluindo, mas não se limitando à novas aquisições de ações de emissão da Companhia por qualquer membro da Família Lochpe, ressalvado que o disposto neste parágrafo não se aplicará, ou beneficiará os acionistas da Companhia que formarem um Grupo de Acionistas com qualquer membro da Família Lochpe, no qual os acionistas que não os membros da Família Lochpe sejam ou venham a ser, direta ou indiretamente, titulares de ações de emissão da Companhia representativas de 15% (quinze por cento) ou mais do capital total da Companhia, hipótese em que estes acionistas não membros da Família Lochpe estarão obrigados a respeitar o disposto no Artigo 49 deste Estatuto Social.

Parágrafo Quarto – A desvinculação de qualquer parte integrante do Grupo Original ao Acordo de Acionistas referido no *caput* deste Artigo, bem como o seu término, não ensejará a realização da oferta pública prevista no Artigo 49 deste Estatuto Social.

Art. 62 – Excepcionalmente e para fins de transição, quando a Companhia não tiver Acionista Controlador, os membros do Conselho de Administração serão eleitos, uma única vez, para mandato unificado de 3 (três) anos, findo o qual, o mandato dos membros do Conselho de Administração a serem eleitos será novamente aquele estabelecido no parágrafo primeiro do Art. 20 acima.

Art. 63 - Excepcionalmente e para fins de transição, quando a Companhia não tiver Acionista Controlador, os membros da Diretoria serão eleitos, uma única vez, para mandato unificado de 3 (três) anos, findo o qual, o mandato dos membros da Diretoria a serem eleitos será novamente aquele estabelecido no parágrafo primeiro do Art. 20 acima.

* * *